



Diário de um **RESGATE**





Diário de um **RESGATE**

IDEALIZADORES:

Renata Gil, presidente da AMB

Walter Barone, secretário-adjunto de Relações Internacionais da AMB

e vice-presidente da UIM

Maria Domitila Manssur, diretora da AMB Mulheres

Julianne Freire Marques, secretária-geral da AMB

Marcela Carvalho Bocayuva, coordenadora executiva da ENM

AUTOR:

Jonathas Nacaratte, jornalista

PESQUISADORA:

Cristina Britto, historiadora

Expediente

COORDENAÇÃO EDITORIAL:

Carollina Andrade

DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO:

Gabriel Medeiros

ILUSTRADOR:

Rodolfo Bayma

CAPA:

Kennedy Silva

FOTOGRAFIA:

Lucas Borges

REVISÃO:

Pedro Galas

TRADUÇÃO:

Leandro de Freitas de Araújo

COLABORADORES:

Laura Bordin

Telmo Fadul

ASSISTENTES DE PRODUÇÃO:

Caio Lima e Rayssa Carneiro

Sumário

8

Prefácio

11

Apresentação

14

Capítulo 1

O rastro de pânico pelo
Afeganistão

17

Capítulo 2

O último brasileiro no Afeganistão

23

Capítulo 3

O dia que ainda não acabou

48

Capítulo 4

A Fuga

55

Capítulo 5

Operação Resgate: o poder
do associativismo na
luta contra o terrorismo

66

Capítulo 6

Brasil: a rota da Esperança

72

Capítulo 7

Refugiados pelo mundo

78

Capítulo 8

Sem pátria: uma vida vivida nas
sombras

86

Capítulo 9

Plano de Ação humanitária da AMB

107

Capítulo 10

Iniciar do zero: a vida em nova rota

119

Capítulo 11

Nós por Elas: a inauguração
de um novo modelo de ajuda
humanitária no mundo

140

Capítulo 12

No palco do maior evento da
Magistratura

148

Capítulo 13

O aniversário da saude

157

Capítulo 14

Cartas de desabafo

162

Capítulo 15

Quem são elas?

182

Apêndice

Estado Constitucional:
em busca da equidade de
gênero (1923-1996)

Prefácio

A situação de violência a que as mulheres estão expostas é um problema global. Apesar de despontar com maior gravidade em nações subdesenvolvidas, não faz distinção de classe social, idioma ou cultura. Por esse motivo, demanda uma resposta conjunta entre governos e entidades da sociedade civil que têm a causa como bandeira.

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) saiu na frente com uma iniciativa que transcendeu as fronteiras nacionais: o plano de acolhida no Brasil das juízas afegãs ameaçadas pelo Talibã.

Temos percorrido o mundo para compartilhar as nossas bem-sucedidas experiências, que concorreram para salvar a vida de inúmeras mulheres em condição de vulnerabilidade.

A recepção às juízas afegãs, por sua vez, foi um imperativo moral que se impôs depois da tomada do poder pelo Talibã, facção fundamentalista que persegue mulheres apenas pelo fato de serem mulheres e por trabalharem.

Diante da possibilidade do assassinato de juízas – muitas delas, antes da retirada das tropas norte-americanas, haviam condenado integrantes do grupo –, decidimos agir para, além de resgatá-las com segurança, assegurar um abrigo humanizado e capaz de inseri-las na nova comunidade.

Tal modelo é relevante nos momentos de emergência política e econômica – e, sobretudo, quando as guerras e os desastres naturais obrigam grandes contingentes populacionais a se deslocarem em busca da sobrevivência.

Em semelhantes ocasiões, o preconceito se acentua, aumentando o número das vítimas da desigualdade. Tenho muito orgulho de representar o país que primeiro atuou de forma diplomática, com toda a cautela e coragem, para enfrentar esse desafio de protagonizar o movimento pela defesa da dignidade da pessoa humana – fundamento basilar do Estado Democrático de Direito. Nesses gestos de solidariedade, demos um exemplo de cooperação ao planeta.

O sucesso dessa empreitada deriva de um intenso esforço de diálogo e negociação com o poder público e o setor privado, que colaboraram com a AMB em prol da construção de um futuro justo e igualitário para todas as mulheres. É necessário superar a opressão e a discriminação que nos ronda diariamente. E as instituições não podem fugir de sua responsabilidade.

Renata Gil
Presidente da AMB



Apresentação

O caos – político, econômico e social – instaurado no Afeganistão fez o país ser palco de uma grave crise humanitária acompanhada pelos olhos do mundo. O velho tempo chegou, adormecido por duas décadas, e trouxe as antigas violações aos direitos humanos à tona a fim de marcar o retorno do regime Talibã.

Diário de um Resgate é um livro-reportagem que traz os detalhes da maior operação internacional de acolhimento humanitário para salvar as magistradas afegãs marcadas para morrer. São mulheres perseguidas pelo grupo terrorista em razão de terem condenado alguns de seus integrantes fundamentalistas. Na luta pela vida, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e as juízas refugiadas se cruzam numa história inédita de superação e inauguram um novo modelo de ajuda humanitária no mundo.

Apesar do medo, algumas aceitaram compartilhar as experiências de vida ao longo de um ano em território brasileiro.

Esta obra tem 15 capítulos e um apêndice que trata sobre o domínio do Talibã e o Estado Constitucional em busca da equidade de gênero. A grande reportagem começa com a tomada da capital da província de Badghis pelos radicais. O fato anunciou a tragédia que estaria por vir. O fotógrafo Luca Bassani testemunhou a mudança do clima de tensão no Afeganistão. Ele acredita que foi o último brasileiro que esteve no país antes da ofensiva dos rebeldes em Cabul. O jovem traz detalhes sobre os dias que antecederam a volta do temível regime.

Dia 15 de agosto de 2021 faz parte do calendário das barbáries pelo mundo. É um dia que ainda não acabou para milhões de afegãos que perderam a dignidade. No capítulo a respeito da data da retomada dos fundamentalistas, contamos a história da protagonista Maryam*, juíza de direito, vítima de perseguição dos rebeldes. A personagem faz uma travessia dolorosa a fim de salvar a vida dela e a de seus familiares. Dentro deste enredo, outros coadjuvantes assumem, neste livro, o papel para explicar a avalanche do terror que sobreveio à nação. São histórias que estão no mesmo pano de fundo – a velha era voltou, e sem expectativas de acabar.

A Fuga traz os momentos de pânico e a intervenção da AMB e das entidades internacionais para articular a evasão das magistradas e de seus familiares do país. Logo depois, o livro mostra como funcionou a operação de resgate e o poder solidário do associativismo na luta contra o terrorismo. A grande reportagem também trata da rota da esperança – o Brasil como país acolhedor de todos os povos. No capítulo seguinte, a movimentação de milhões de pessoas na cruel condição de serem obrigadas a abandonar a casa, o trabalho e até o país devido a situações de conflito ou a atentados aos direitos fundamentais.

No capítulo “Sem pátria: uma vida vivida nas sombras”, a ativista Maha Mamo, primeira apátrida brasileira, contou a sua experiência de vida a partir do acolhimento do Brasil, que reconstruiu os sonhos da libanesa no território que estonteia a sua humanidade. O livro conta com um breve resumo do relatório do Plano de Ação Humanitária da AMB, com importantes destaques que trazem estofo à história desse resgate único.

Como começar do zero? A pergunta foi respondida pelas juízas que experimentaram o renascimento. Em face de um cenário desafiador, a AMB fez a ponte que liga ao futuro acolhedor dessas afegãs, ao pensar em detalhes mínimos que constroem uma jornada segura.

“Nós por Elas” é o nome do programa criado para viabilizar a acolhida do grupo de refugiados. No capítulo sobre o tópico, trata-se da força do altruísmo em prol dos emigrados que reconquistaram a dignidade. No palco do maior evento da Magistratura brasileira, as judicantes contaram suas histórias de superação. Um momento que traduziu a força que as trouxe até aqui. Por fim, outras magistradas compartilham as dores e as conquistas do primeiro ano no Brasil. Algumas deixaram cartas desabafo.

Pretende-se que essa leitura possa simbolizar uma nova era sobre valores fundamentais da nossa civilização: vida, dignidade, liberdade e solidariedade.

Entendemos que a melhor forma de contar esta história é seguindo os princípios de um livro-reportagem, a fim de trazer a emoção, com as vivências dos personagens – principais e coadjuvantes –, e outros tantos detalhes que constroem uma narrativa a fim de atingir em cheio o coração do leitor.

Capítulo 1

O rastro de pânico pelo Afeganistão

7 de Julho de 2021. Quarta-feira, início de noite. O silêncio em Qala-i-Naw, capital da província de Badghis, destaca o barulho das aves e dos animais que vivem às escuras. Pelas ruas, quase ninguém e poucos veículos. A cidade escondida reforça o cenário desértico, o qual traduz o medo de uma população ameaçada. O clima de tensão tomou os quatro cantos das montanhas do noroeste afegão. Dias antes, cidades vizinhas foram atacadas pelo temido Talibã.

Pelo céu da província, não há aviões americanos. Há uma sensação evidente de abandono que fragiliza os moradores, bombardeados por notícias trágicas. No noroeste afegão, homens encapuzados, com turbantes na cabeça, totalmente armados, renderam famílias da zona rural para praticar enormes atrocidades – espancaram idosos, estupraram mulheres e sequestraram crianças e adolescentes para casamentos forçados com combatentes do grupo extremista.

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, anunciou que mais de 90% da tropa americana havia deixado o país. A Casa Branca garante que a retirada de suas tropas seria concluída no próximo dia. Isso coloca um ponto final a 20 anos de presença americana no Afeganistão, a guerra mais longa dos EUA em sua história.

A poucas horas do pronunciamento, os talibãs – que já se apoderaram desde maio de 2021 de grandes áreas rurais – decidem atacar a província, cidade de aproximadamente 75 mil habitantes, uma das grandes cidades do Afeganistão.

No fim da noite, os guerrilheiros invadem a província e fazem da capital uma zona de terror – várias propriedades foram saqueadas, residên-

cias foram incendiadas. Muitas pessoas perderam a vida covardemente na tentativa de proteger suas famílias.

O grupo extremista libertou centenas de detidos da prisão municipal e assumiu o controle da delegacia.

Qala-i-Naw foi a primeira capital a ser atacada pelos insurgentes desde o início da retirada das tropas americanas. Esse acontecimento teve um significado importante para o mundo. Era um sinal nítido de que o regime retornaria.

O confronto das forças militares do Afeganistão contra o Talibã sucedeu em bombardeios por toda a cidade. No outro dia, as lojas estavam fechadas, pouquíssimas pessoas nas ruas, e quase a metade dos moradores fugiu. O governo afegão enviou por helicóptero centenas de comandos à província de Badghis, para enfrentar a ofensiva insurgente.

Com a falta de apoio do Exército dos EUA, o avanço dos talibãs foi implacável. Na semana anterior, as forças estrangeiras abandonaram várias posições, incluindo a base aérea de Bagram, perto de Cabul.

Bagram foi a instalação militar de maior importância da coalizão internacional no Afeganistão e centro nevrálgico de suas operações no país desde a invasão americana, na esteira do 11 de setembro de 2001.

O presidente afegão Ashraf Ghani anunciou que seu país está passando por uma das “etapas mais complicadas”, em um momento no qual as tropas dos EUA e da Otan terminam sua retirada, mas insistiu que as forças do governo afegão têm capacidade para combater os talibãs.

Capítulo 2

O último brasileiro no Afeganistão



Foto - Luca Bassani



A um mês da retomada do Talibã, o fotógrafo brasileiro Luca Bassani (25) viajou pelo Afeganistão e testemunhou o clima de tensão espalhado pelo país antes da ofensiva do grupo radical na capital, Cabul. Foram 15 dias de peregrinação a fim de conhecer a cultura islâmica, tão distante da ocidental. Uma jornada perigosa, principalmente para quem queria se infiltrar na realidade do país. O jovem colocou a vida à prova, uma vez que os extremistas não perdoam curiosos.

Para não chamar a atenção dos moradores, ele colocou turbante na cabeça, calças largas e um traje com a gola bem fechada, roupas tradicionais afegãs.

– Deixei a barba crescer para não ser alvo de talibãs. Homem sem pelo facial é identificado como estrangeiro. São pequenos detalhes que fazem parte do processo de segurança em uma viagem para lá.

Quando o presidente norte-americano Joe Biden anunciou a decisão de retirar as tropas do Afeganistão até setembro, Luca se aventurou na ideia de visitar o país islâmico.

– O Talibã já estava ganhando espaço em províncias que antes eram do governo. Com o anúncio de Biden, sabia que o grupo iria voltar ao poder. E que poderia ser a minha última chance de conhecer o país antes de um cenário de guerra.

Há seis anos, o fotógrafo brasileiro mora na Alemanha. Para executar o plano de conhecer o território afegão, foi necessário ir até o consulado, localizado em Munique. Ele recorda que a sala foi construída para resistir a tiros – uma imagem nada convidativa para quem gostaria de fazer turismo

– Quando falei que queria um visto turístico, deram risada.

O deboche não intimidou o rapaz em persistir com a ideia de conhecer o Afeganistão. O extenso passaporte carimbado – já soma mais de 90 países – foi o suficiente para convencer o consulado a dar o visto para o Afeganistão.

– Eles não autorizavam viagens para pessoas mais inexperientes porque não é um país fácil de visitar. Não querem que um turista vá lá e morra. A região é instável, com muitas guerras.

Na preparação para a viagem, Luca estudou o país e investigou os perigos para estrangeiros. Por conta dessa pesquisa, ele adotou algumas medidas de prevenção. Bassani evitou hospedagem em hotéis que pudessem ser alvo de atentados terroristas.

– Em Cabul, vi cenas de pessoas refugiadas dentro do próprio país, porque lá ainda havia a proteção do governo. Em Herat, a cidade já estava nas mãos dos talibás, mesmo com a presença dos militares dos Estados Unidos no país. Ali, vi que precisaria comprar roupas tradicionais afegãs para evitar problemas.

Bassani contou que conviveu com o medo ao encontrar pelo caminho pequenos grupos radicais.

– Eles passavam de motos ou caminhonetes. Usam turbante na cabeça e uma pintura em torno dos olhos. Se tivesse qualquer tipo de contato com eles, eu poderia estar em risco. Seria como entrar em uma comunidade dominada pelo tráfico de drogas no Brasil.

A discrição era uma abordagem bastante aliada para o fotógrafo não perder a vida. Falar um idioma estrangeiro em público ou andar com alguma câmera, ou portar celular, por exemplo, pode fazer a pessoa perder a vida.

– Muitas ruas são vazias. Mas, apesar da relativa paz, não podemos esquecer que estamos em um país de alta instabilidade. É preciso observar o seu entorno, observar se não está sendo seguido. Às vezes, pela roupa ou até pelo jeito de andar, os talibãs percebem que você não é daqui. E você pode se tornar alvo.

No mês de julho de 2021, o fotógrafo brasileiro partiu do Afeganistão, período de evacuação das tropas norte-americanas, retornando para a sua residência na Alemanha.

– As pessoas estão se sentindo abandonadas pelo governo. Familiares de amigos estão sitiados dentro da própria casa. Aqueles que não abandonarem a cultura ocidental podem ser mortos. O cenário é sobreviver um dia de cada vez. Vai ser um governo na base do medo.

Capítulo 3

O dia que ainda não acabou

Era domingo em Cabul. Com o sol escancarado, os termômetros marcaram em média 28°C. Para quem trabalha com o corpo todo coberto, com hijab na cabeça, a sensação de calor era muito maior. Ao contrário dos países ocidentais, no Afeganistão era dia útil. Maryam* (35) acordou cedo para cumprir a agenda profissional. Mas, antes, preparou a refeição da família – ovos mexidos, chá verde bem quente e queijo branco. Tudo com excelência, para agradar ao marido e aos filhos com o que há de melhor no lar.

A fartura, apesar de ser rara no país em razão da crise humanitária, é uma característica da cultura muçulmana. O Islã evoca a prosperidade no partilhar da comida. Sob a ótica da fé afegã, sentar-se para comer é uma adoração a Deus. O alimento desempenha um papel significativo – o ato simples que faz parte do cotidiano é considerado divino. Os ditos do profeta Muhammad, tradicionalmente conhecido como Maomé, estão cheios de diretrizes e recomendações que tornam o hábito de comer uma ação digna de recompensas. Na casa de Maryam*, todos esses preceitos são cumpridos à risca.

Cabe esclarecer que os muçulmanos consideram a utilização do termo “Maomé” desrespeitosa, preferindo que o mensageiro seja chamado de Muhammad. O nome completo dele no idioma árabe é Abū al-Qāsim Muḥammad ibn ‘Abd Allāh ibn ‘Abd al-Muṭṭalib ibn Hāshim.

O universo islâmico carrega curiosidades expostas na refeição, nas vestimentas, na maneira de falar e em outros tantos detalhes que podem ser percebidos ao longo da convivência com os seus seguidores.

Na família de Maryam*, é possível compreender a visão de mundo sob o prisma da fé. Antes de se alimentar, por exemplo, todos devem ir ao banheiro para lavar o rosto, os braços e as mãos. Durante esse processo, é

feita uma reza de purificação.

Comer com a mão direita é um desses ditos e é obrigatório para o muçulmano, a menos que exista uma justificativa, como doença ou ferimento. A mão esquerda geralmente é usada para limpar o corpo de sujeira e impurezas, enquanto que a direita é usada para comer, passar objetos de uma pessoa para outra e para apertar as mãos.

Parte da etiqueta da alimentação inclui comer com moderação e não exagerar, não importa o quanto a comida esteja apetitosa. É errado criticar. É melhor evitar comer alguma coisa de que não se goste.

O Afeganistão tem 14 etnias, as quais alimentam a pluralidade cultural do país, hábitos que chamam a atenção de quem mora no outro lado do mundo. Para se ter ideia, a maioria dos hazaras come comida com as mãos, em vez de usar talheres. O “naan”, pão feito com massa de trigo não levedada, é usado como colher.

A família de Maryam* faz parte da etnia Tajiques. Segundo maior grupo do país, representa por volta de 25% da população. Eles falam dari e estão localizados sobretudo no norte e no oeste do Afeganistão, com bastiões no vale de Panshir, na cidade de Herat e em algumas províncias do norte.

A etnia majoritária é a dos pashtuns, com mais 40% da população. Os costumes são bastantes parecidos, como sentar-se no chão na hora da refeição ou deitar-se no tapete em vez de na cama.

O país está no pico da pobreza – a informação é do Banco Mundial/CIA World Factbook. A miséria e o analfabetismo imperam na nação, onde a maior parte da população vive em área rural – são cerca de 78%, contra aproximadamente 22% na área urbana.

É um cenário bem improvável para que uma mulher supere certas barreiras culturais, uma vez que eram proibidas de estudar. No entanto, a jovem juíza Maryam* conquistou patamares raros em sua nação. Por um tempo, ela superou a cultura misógina e alcançou espaços de poder que poucas outras conseguiram ocupar – uma cadeira na Magistratura afegã.

Essa jornada bem sucedida foi possível em razão do controle dos Estados Unidos no Afeganistão (2001–2021), período que marcou sua infância e a vida adulta com sonhos de mais liberdade e igualdade de gênero.

“O cargo de um juiz é de alto nível. Para nós, mulheres, ocupar esse ofício é bem difícil. Eu me senti muito orgulhosa quando me tornei magistrada”.

Os tempos de tensão no seu país eram contados pela mãe, porque na memória da filha há poucas lembranças daquela época, quando os direitos das mulheres à educação e ao emprego foram brutalmente suspensos. As afegãs só podiam sair de casa acompanhadas por um familiar do sexo masculino e eram obrigadas a usar burca que as cobrisse totalmente. Aquelas que desobedeciam às regras eram severamente punidas. Mas essas não são histórias que se reservam ao passado.

Há um grande temor na população feminina de que o trauma vivido pela antiga geração possa se repetir. Mas, naquele domingo, a cabeça de Maryam* estava focada nos intensos compromissos programados para o dia.

Após ter a comunhão com a família durante a primeira refeição do dia, a jovem juíza sai de casa em direção ao Fórum criminal. Seria mais um início de semana ordinário, bem trivial, sem sinais que pudessem revelar o precipício que se abria na vida do povo afegão.

Apesar de as notícias sobre a invasão do Talibã em Qala-i-Naw se-

rem muito comentadas pela população, havia uma esperança de que o governo conseguisse impedir o retorno dos fundamentalistas ao poder.

Ao chegar à Corte criminal, a juíza conferiu as audiências marcadas para aquele domingo. A primeira seria um caso de furto. As partes envolvidas já haviam chegado para começar o julgamento pontualmente.

No calendário das barbáries, o dia 15 de agosto de 2021 entrou para a história do retrocesso civilizatório no mundo. Maryam* jamais imaginaria que seria o seu último dia na Magistratura afegã.

Ao começar o julgamento, por volta de 11h30 da manhã, o chefe do Fórum abre a porta e interrompe a sessão:

– Volte para a sua casa agora. Os talibás estão chegando a Cabul para tomar a capital.

Ele grita pelos corredores para as mulheres deixarem o prédio.

Mayram* volta para casa desesperada. Pelo caminho, ela encontra parte do grupo extremista em caminhonetes, carros, motos e caminhões.

Ao chegar à residência, o marido e os filhos ficaram bastante assustados com a notícia. A única saída para se manterem vivos é abandonar o local.

– Não tínhamos nada planejado. Não sabíamos nada o que fazer. Eles iam nos achar e nos matar. Tivemos que deixar tudo.

A maioria dos membros do Talibã é formada por criminosos que Maryam* e outras juízas haviam sentenciado à prisão. Desde 2020, as magistradas estão na lista da morte do grupo extremista. Eles queriam encontrar as juízas que mandaram os radicais para cumprir pena em regime fechado.

– Todos foram julgados conforme a lei, mas eles imaginavam que nós queríamos prejudicá-los.

As magistradas eram constantemente ameaçadas. O Serviço de Inteligência do governo afegão as informava sobre as tentativas de intimidação.

Naquele domingo, quem estava com a televisão ligada se deparou com uma cena estapafúrdia, que resgatou o passado de um terror vivo: homens com fuzis e pistolas apareceram na tela de milhões de telespectadores. De frente para a câmara, ao vivo, direto do Palácio do Governo em Cabul, capital do país, eles gritaram:

– Vitória!

Nessa hora, um soco foi dado no estômago da sociedade afegã, fazendo o povo suar frio. Um depoimento bizarro, depois que o presidente Ashraf Ghani fugiu para o exterior no dramático epílogo de 20 anos de intervenção militar estrangeira e uma ofensiva relâmpago de insurgentes.

A emissora Tolo News transmitiu imagens de combatentes afegãos dentro do Palácio. O comunicado deixou muita gente em pânico diante de um futuro que desapareceu. O que a população mais temia sobreveio à nação afegã – o grupo extremista estava de volta. Isso significa viver um pesadelo acordado. Entre 1996 e 2001, os talibãs aplicaram com mãos de ferro a versão de extremo rigor da lei islâmica no Afeganistão. O direito das mulheres de ir e vir, sozinhas, pelas ruas do país foi negado, como também elas tiveram que abandonar o trabalho e a escola. Os casos de adultérios eram julgados sob a pena de açoites e apedrejamento.

Ladrões tinham as mãos decepadas, assassinos eram mortos aos olhos do público. Os homossexuais também eram executados diante da sociedade.

No início da retomada, os extremistas tentaram transmitir uma imagem mais moderada, disfarçada de um falso respeito aos direitos humanos, especialmente os das mulheres, conforme os “valores islâmicos”.

Mas a farsa veio à tona, o rastro das maldades está nas áreas recém-conquistadas, as atrocidades são afrontas à dignidade da pessoa humana – assassinatos de civis, decapitações, sequestro de adolescentes para casá-las à força.

O presidente que abandonou a nação, Ashraf Ghani, fez uma postagem no Facebook, na qual se justifica de ter deixado o país para evitar um “banho de sangue”, já que “incontáveis patriotas teriam sido martirizados e Cabul, destruída” caso ele tivesse ficado. O então chefe de Estado não informou o seu paradeiro, mas a grande possibilidade aventada à época era de que ele teria conseguido refúgio no Tajiquistão.

A derrota marcou fulcralmente o momento – tanto para o governo quanto para as forças de segurança afegãs, as quais foram financiadas pelos EUA por duas décadas com cifras trilionárias em dólares.

A destituição de Ghani era um dos pedidos do grupo radical ao longo das conversas de paz com o governo afegão. Enquanto isso, os Estados Unidos retiraram diplomatas americanos e cidadãos afegãos que deram apoio à capital dos EUA. A operação envolveu aproximadamente 30 mil pessoas.

– Nosso país foi libertado e os mujahidin são vitoriosos no Afeganistão, declarou um membro do Talibã ao canal de notícias Al Jazeera.

Em apenas dez dias, os fundamentalistas islâmicos, que tinham iniciado uma ofensiva em maio de 2021, tomaram quase todo o Afeganistão. Eles aproveitaram o começo da retirada das tropas americanas e estrangeiras para proliferarem rapidamente, duas décadas depois de terem sido expulsos por uma coalizão liderada por Washington, depois de sua recusa em entregar o protagonista do ataque do 11 de setembro nos Estados Unidos, Osama bin Laden, líder da Al Qaeda.

“Ninguém sabe o que está por vir”

No fatídico dia, na casa de Moosad Habibi (30), cidadão afegão, a frustração instalou-se no seio familiar. Com a notícia da retomada do Talibã, o sonho de voltar ao Brasil foi à lona. A busca incansável pela dignidade e por melhores condições de vida o fez morar em São Paulo em setembro de 2020, período em que vendia seus tapetes exóticos na cidade. Com os negócios prosperando, o jovem empreendedor entendeu que era o momento de trazer a esposa e o filho pequeno para construir um novo caminho.

O que será que liga uma cultura tão distinta quanto a deles, em sua raiz identitária, à nossa? No Afeganistão, é comum encontrar torcedores da seleção brasileira. O uniforme dos jogadores é um presente muito benquisto pelos homens. O futebol é o elo que faz uma singela ponte entre brasileiros e o povo afegão.

Apaixonado pela cultura brasileira, Moosad fala fluentemente o português, carregado de sotaque nativo, e contou sobre os pedaços de uma nova vida, que foi sugada pelo ralo do conflito político islâmico. Em maio de 2021, ele retornou ao Afeganistão para buscar a esposa e o filho, então com

cinco anos. Mas em razão da pandemia da Covid-19, o seu visto foi negado e ele permaneceu no país, não retornando ao Brasil.

Após o pronunciamento do grupo extremista, em questão de segundos, a gritaria tomou conta das ruas – uma nação apavorada com o que estava por vir. Tiroteios, bombas, militantes fortemente armados. Habibi, a esposa e o filho se esconderam dentro da casa do irmão. Em entrevista ao G1 no dia 17 de agosto de 2021, ele disse:

– Não poder sair do país e voltar para o Brasil é meu maior medo.

Apesar de ter ficado escondido na casa com os familiares, ele conta que a sensação de insegurança é muito grande.

– Durante o dia, há muito tiroteio, tudo está fechado, muita gente tenta fugir e está deslocada de suas casas. Ninguém sabe o que está por vir.

A cunhada de Moosad tem 17 anos, a família teme que seja sequestrada pelos membros do Talibã, que está à procura de meninas a partir de 14 anos para casamento forçado com os soldados do regime. A menina está desesperada.

Os EUA viraram as costas

Apesar de o clima desse episódio ter tido um tom assombroso, o golpe não foi novidade para os afegãos. Esse assunto já corria aos quatro cantos do país. A decisão dos EUA de deixarem o Afeganistão ganhou ascensão ao longo de mais de dez anos. O ex-presidente dos Estados Unidos Barack Obama já falava sobre a retirada das tropas americanas. O discurso de Donald Trump não foi diferente, ele tinha até acertado para o mês de maio de 2021 a evacuação dos militares de volta para casa. O presidente Joe Biden

tinha o mesmo posicionamento e preferiu executar o plano para o mês de agosto do mesmo ano.

Um dia após a retomada do Talibã, Biden, na segunda-feira à tarde, fez o primeiro pronunciamento sobre a saída dos militares americanos. Ele chegou à base do exército dos Estados Unidos situada em Washington, D.C. – Forte Lesley J. McNair. Ao chegar ao local, acenou para os presentes, decidido a colocar um fim a 20 anos de guerra, a mais longa da história americana.

Ao começar o discurso, ele tirou a máscara, que à época era obrigatória durante a pandemia da Covid-19, e explanou, sem abrir para questionamentos da imprensa:

– Boa tarde. Quero falar hoje sobre o desdobramento da situação no Afeganistão, os desenvolvimentos que ocorreram na última semana e as medidas que estamos tomando para lidar com esses eventos, que estão em rápida evolução.

Minha equipe de segurança nacional e eu estamos monitorando de perto a situação no Afeganistão e agindo rapidamente para executar os planos que estabelecemos para responder a todos os constituintes e contingências – incluindo esse colapso rápido que estamos vendo agora.

Falarei mais tarde sobre as etapas específicas que estamos planejando, mas quero lembrar a todos como chegamos até aqui e quais são os interesses da América no Afeganistão.

Fomos ao Afeganistão há quase 20 anos com objetivos claros: pegar aqueles que nos atacaram em 11 de setembro de 2001 e garantir que a Al Qaeda não pudesse usar o Afeganistão como base para nos atacar novamente.

Nós conseguimos isso. Nós deterioramos gravemente a Al Qaeda no Afeganistão. Nunca desistimos da caça a Osama bin Laden e o pegamos. Isso foi há uma década.

Nossa missão no Afeganistão nunca deveria ter sido a construção de uma nação. Nunca deveria ter sido criar uma democracia unificada e centralizada.

Nosso único interesse nacional vital no Afeganistão permanece hoje o que sempre foi: prevenir um ataque terrorista à pátria americana.

Por muitos anos, argumentei que nossa missão deveria se concentrar estritamente no contraterrorismo – não na contra-insurgência ou na construção de uma nação. É por isso que me opus ao aumento [de tropas] quando ele foi proposto em 2009, quando eu era o vice-presidente.

E é por isso que, como presidente, estou convicto de que devemos nos concentrar nas ameaças que enfrentamos hoje, em 2021, e não nas ameaças de ontem.

Hoje, a ameaça terrorista se espalhou muito além do Afeganistão: al Shabaab na Somália, Al Qaeda na Península Arábica, al-Nusra na Síria, o Estado Islâmico tentando criar um califado na Síria e no Iraque e estabelecendo afiliados em vários países na África e na Ásia. Essas ameaças garantem nossa atenção e nossos recursos.

Conduzimos missões de contraterrorismo eficazes contra grupos terroristas em vários países onde não temos uma presença militar permanente.

Se necessário, faremos o mesmo no Afeganistão. Desenvolvemos grande capacidade de contraterrorismo, que nos permitirá manter nossos olhos firmemente fixos em qualquer ameaça direta aos Estados Unidos na região e agir de forma rápida e decisiva, se preciso.

Quando assumi o cargo, herdei um acordo que o presidente Trump negociou com o Talibã. Segundo o acordo dele, as forças dos EUA estariam fora do Afeganistão em 1º de maio de 2021 – pouco mais de três meses após eu assumir o cargo.

As forças dos EUA já haviam sofrido uma redução durante o governo Trump de cerca de 15.500 militares americanos naquele país para 2.500, e a força militar do Talibã estava no seu auge desde 2001.

A escolha que tive de fazer, como seu Presidente, foi seguir esse acordo ou estar preparado para voltar a lutar contra o Talibã no meio da temporada de combates da primavera.

Não teria havido cessar-fogo depois de 1º de maio. Não havia acordo protegendo nossas forças depois de 1º de maio. Não havia status quo de estabilidade sem baixas americanas depois de 1º de maio.

Havia apenas a realidade fria de seguir o acordo para retirar nossas forças ou aumentar o conflito e enviar milhares de soldados americanos de volta ao combate no Afeganistão, avançando para a terceira década de conflitos.

Eu assumo totalmente minha decisão. Depois de 20 anos, aprendi da maneira mais difícil que não era um bom momento para retirar as forças dos EUA.

É por isso que ainda estávamos lá. Estávamos cientes dos riscos. Nós

tínhamos planos para cada contingência.

Mas sempre prometi ao povo americano que serei franco. A verdade é: isso se desenrolou mais rapidamente do que havíamos previsto.

Então, o que aconteceu? Os líderes políticos do Afeganistão desistiram e fugiram do país. Os militares afegãos entraram em colapso, às vezes sem nem tentar lutar.

No mínimo, os acontecimentos da semana passada reforçaram que encerrar o envolvimento militar dos EUA no Afeganistão agora era a decisão certa.

As tropas americanas não podem e não devem lutar em uma guerra, e morrer em uma guerra, que as forças afegãs não estão dispostas a lutar por si mesmas. Gastamos mais de US\$ 1 trilhão. Treinamos e equipamos uma força militar afegã de cerca de 300.000 homens – incrivelmente bem equipada –, uma força maior em tamanho do que os militares de muitos de nossos aliados da OTAN.

Fornecemos todas as ferramentas de que precisavam. Pagamos seus salários, garantimos a manutenção de sua força aérea – algo que o Talibã não tem. O Talibã não tem força aérea. Fornecemos apoio aéreo cuidadoso.

Demos a eles todas as chances de determinar seu próprio futuro. O que não podíamos oferecer a eles era a vontade de lutar por aquele futuro.

Existem algumas unidades e soldados das forças especiais afegãs muito corajosos e capazes, mas se o Afeganistão não for capaz de montar qualquer resistência real ao Talibã agora, não faria diferença um ano – mais um ano, mais cinco anos ou mais 20 anos de botas militares americanas no solo afegão.

E acredito profundamente no seguinte: é errado ordenar que as tropas americanas avancem quando as próprias forças armadas do Afeganistão não o fariam. Se os líderes políticos do Afeganistão não podem se unir para o bem de seu povo, não conseguiram negociar o futuro do país deles quando as fichas caíram, eles nunca o fariam enquanto as tropas dos EUA permanecessem no Afeganistão lutando por eles.

E nossos verdadeiros concorrentes estratégicos – China e Rússia – adorariam que os Estados Unidos continuassem canalizando bilhões de dólares em recursos e atenção para estabilizar o Afeganistão indefinidamente.

Quando recebi o presidente Ghani e o presidente do conselho Abdullah na Casa Branca em junho e novamente quando falei por telefone com Ghani em julho, tivemos conversas muito francas. Conversamos sobre como o Afeganistão deveria se preparar para lutar em suas guerras civis após a partida dos militares dos EUA, como deveria acabar com a corrupção no governo para que o governo pudesse funcionar para o povo afegão. Falamos muito sobre a necessidade de os líderes afegãos se unirem politicamente.

Eles falharam ao não fazer nada disso.

Também os incentivei a se engajarem na diplomacia, a buscar um acordo político com o Talibã. Este conselho foi recusado categoricamente. Ghani insistiu que as forças afegãs lutariam, mas obviamente ele estava errado.

Portanto, pergunto novamente àqueles que defendem que devemos ficar: quantas gerações mais de filhas e filhos da América vocês gostariam que eu enviasse para lutar contra os afegãos – na guerra civil do Afeganistão, quando as tropas afegãs não o fazem? Quantas vidas mais – vidas americanas – vale a pena perder? Quantas filas intermináveis de lápides no Cemitério

Nacional de Arlington?

Minha resposta é clara: não repetirei os erros que cometemos no passado – o erro de permanecer e lutar indefinidamente em um conflito que não é do interesse nacional dos Estados Unidos, de apostar em uma guerra civil de um país estrangeiro e tentar refazer um país através de desdobramentos militares intermináveis das forças dos EUA.

Esses são os erros que não podemos continuar repetindo, porque temos interesses importantes e vitais no mundo que não podemos ignorar.

Também quero reconhecer como isso é doloroso para muitos de nós. As cenas que estamos vendo no Afeganistão são angustiantes, especialmente para nossos veteranos, nossos diplomatas, trabalhadores humanitários, para qualquer um que passou um tempo na região trabalhando para apoiar o povo afegão.

É doloroso para aqueles que perderam entes queridos no Afeganistão, e para os americanos que lutaram e serviram no país – serviram pelo nosso país no Afeganistão – isso é profundamente pessoal.

É doloroso para mim também. Tenho trabalhado nessas questões há tanto tempo quanto qualquer outro. Estive em todo o Afeganistão durante esta guerra – enquanto a guerra estava acontecendo –, de Cabul a Kandahar e ao Vale Kunar.

Viajei para lá em quatro ocasiões diferentes. Eu me encontrei com o povo. Eu falei com os líderes. Passei um tempo com nossas tropas. E passei a entender em primeira mão o que era e o que não era possível no Afeganistão.

Continuaremos apoiando o povo afegão. Lideraremos com nossa diplomacia, nossa influência internacional e nossa ajuda humanitária.

Continuaremos pressionando por diplomacia regional e engajamento para prevenir a violência e a instabilidade.

Continuaremos nos manifestando pelos direitos básicos do povo afegão – de mulheres e meninas –, assim como fazemos em todo o mundo.

Tenho sido claro que os direitos humanos devem ser o centro de nossa política externa, não as bordas. Mas a maneira de fazer isso não é através de desdobramentos militares intermináveis; é com nossa diplomacia, nossas ferramentas econômicas e reunindo o mundo para se juntar a nós.

Agora, deixe-me expor a missão atual no Afeganistão. Pediram que eu autorizasse – e eu o fiz – o envio de 6.000 soldados americanos ao Afeganistão com o propósito de ajudar na partida do pessoal civil dos EUA e dos Aliados e para evacuar nossos aliados afegãos e afegãs vulneráveis para um lugar seguro fora do Afeganistão .

Nossas tropas estão trabalhando para proteger o campo de aviação e garantir a operação contínua de voos civis e militares. Estamos assumindo o controle do tráfego aéreo.

Fechamos nossa embaixada com segurança e transferimos nossos diplomatas. A nossa presença diplomática está agora consolidada também no aeroporto.

Nos próximos dias, pretendemos transportar milhares de cidadãos americanos que viveram e trabalharam no Afeganistão.

Também continuaremos apoiando a partida segura de pessoal civil – o pessoal civil de nossos Aliados que ainda está servindo no Afeganistão.

A Operação Allies Refugee [Refúgio], que anunciei em julho, já trouxe 2.000 afegãos que são elegíveis para vistos especiais de imigração (SIV) e suas famílias para os Estados Unidos.

Nos próximos dias, os militares dos EUA fornecerão assistência para mover mais afegãos qualificados para o SIV e suas famílias para fora do Afeganistão.

Também estamos expandindo o acesso de refugiados para cobrir outros afegãos vulneráveis que trabalharam para nossa embaixada, para agências não governamentais dos EUA ou para organizações não governamentais dos EUA; e afegãos que, de certa forma, correm grande risco; e agências de notícias dos EUA.

Eu sei que há preocupações sobre o motivo pelo qual não começamos a evacuar os afegãos civis antes. Parte da resposta é que alguns dos afegãos não queriam partir mais cedo – ainda esperançosos por seu país. E parte disso foi porque o governo afegão e seus apoiadores nos desencorajaram de organizar um êxodo em massa para evitar o desencadeamento de, como eles disseram, “uma crise de confiança”.

As tropas americanas estão desempenhando essa missão de maneira tão profissional e eficaz como sempre fizeram, mas não é isenta de riscos.

Ao nos retirarmos, deixamos claro para o Talibã: se eles atacarem nosso pessoal ou interromperem nossa operação, a presença dos EUA será rápida e a resposta será rápida e enérgica. Defenderemos nosso povo com uma força devastadora, se necessário.

Nossa missão militar atual será curta, de escopo limitado e focada em seus objetivos: levar nosso pessoal e nossos aliados para um local seguro o mais rápido possível.

E assim que tivermos concluído esta missão, concluiremos nossa retirada militar. Acabaremos com a guerra mais longa da América após 20 longos anos de derramamento de sangue.

Os eventos que estamos vendo agora são uma prova triste de que nenhuma quantidade de força militar jamais entregaria um Afeganistão estável, unido e seguro – o país é conhecido na história como o “cemitério dos impérios”.

O que está acontecendo agora poderia facilmente ter acontecido 5 anos atrás ou 15 anos no futuro. Temos que ser honestos: nossa missão no Afeganistão deu muitos passos em falso nas últimas duas décadas.

Agora sou o quarto presidente americano a presidir a Guerra no Afeganistão – dois democratas e dois republicanos. Não vou passar essa responsabilidade para um quinto presidente.

Não vou enganar o povo americano afirmando que um pouco mais de tempo no Afeganistão faria toda a diferença. Nem vou rejeitar minha cota de responsabilidade por estar onde estamos hoje e como devemos seguir em frente a partir daqui.

Eu sou o Presidente dos Estados Unidos da América, e assumo minhas responsabilidades.

Estou profundamente triste com os fatos que enfrentamos agora. Mas não me arrependo de minha decisão de encerrar a guerra dos Estados Unidos no Afeganistão e manter o foco em nossas missões de contraterrorismo lá e em outras partes do mundo.

Nossa missão de degradar a ameaça terrorista da Al Qaeda no Afeganistão e matar Osama bin Laden foi um sucesso.

Nosso esforço de décadas para superar séculos de história e mudar e refazer permanentemente o Afeganistão não foi, e eu escrevi e acreditei que nunca poderia ser.

Não posso e não vou pedir às nossas tropas que lutem indefinidamente na guerra civil de outro país, sofrendo ferimentos, sofrendo ferimentos devastadores, deixando famílias destruídas pela dor e pela perda.

Isso não é do nosso interesse de segurança nacional. Não é o que o povo americano deseja. Não é o que nossas tropas, que tanto se sacrificaram nas últimas duas décadas, merecem.

Quando me candidatei à Presidência, assumi um compromisso com o povo americano de que encerraria o envolvimento militar dos Estados Unidos no Afeganistão. E embora tenha sido difícil e confuso – e sim, longe de ser perfeito –, honrei esse compromisso.

Mais importante, assumi o compromisso com os homens e mulheres de coragem que servem a esta nação de que não iria pedir-lhes que continuassem arriscando suas vidas em uma ação militar que deveria ter terminado há muito tempo.

Nossos líderes fizeram isso no Vietnã quando cheguei aqui ainda jovem. Não vou fazer isso no Afeganistão.

Sei que minha decisão será criticada, mas prefiro receber todas essas críticas a repassar essa decisão a outro presidente dos Estados Unidos – mais um –, um quinto.

Porque é a decisão certa para o nosso povo. A decisão certa para nossos corajosos militares, que arriscaram suas vidas servindo nossa nação. E é o certo para a América.

Então, obrigado. Que Deus proteja nossas tropas, nossos diplomatas e todos os bravos americanos servindo em situações de perigo.

O apocalipse e as histórias de quem resistiu ao fim

As notícias sobre a retomada do Talibã ecoaram a voz do pânico nos quatro cantos do país. O clima de histeria coletiva tomou conta de milhares de pessoas que abandonaram, ao mesmo tempo, suas casas, comércios, hospitais em direção a qualquer lugar que fosse bem longe do domínio do grupo radical.

As ruas de Cabul próximas ao aeroporto Hamid Karzai ficaram completamente engarrafadas. Os veículos ficaram presos. Muitos motoristas largaram o carro no meio da pista na tentativa de chegar mais rápido ao campo de aviação. Das sacadas dos prédios daquela região, era possível ver um mar de frotas coloridas sob um sol escaldante. Um cenário desolador, que contrastava com a escuridão do luto – um apagão à luz do dia.

O barulho do trânsito, os gritos de homens, de mulheres, de crianças eram ensurdecedores. Os tiros das tropas americanas cortavam o céu no intento de conter o tumulto da multidão. Cerca de 2,5 mil fuzileiros navais dos EUA foram enviados ao local para assumir o controle da base aérea. Soldados turcos também foram escalados para proteger o Hamid Karzai.

O aeroporto tinha sido liberado para a evacuação da maioria dos militares, diplomatas e afegãos que faziam parte da equipe de apoio a Washington D.C. Com isso, as companhias aéreas foram aconselhadas a evitarem pousar no país, o que levou muitas delas a desviarem voos.

O desespero daquelas pessoas era tão grande que milhares invadiram a pista no aeroporto internacional de Cabul para deixar o Afeganistão. O que aconteceu ali naquele dia nem a alta produção cinematográfica da indústria hollywoodiana ainda foi capaz de imitar. Pessoas se jogaram na rampa entreaberta para tentar entrar à força nas aeronaves.

Os aviões da força aérea estavam abarrotados de passageiros. Um deles, C-17 Globemaster III, decolou com 640 pessoas a bordo, acima da capacidade indicada de pouco mais de 100.

O mundo testemunhou a aflição, que foi eternizada pela história, de quem queria uma chance de escapar das mãos dos talibás. Com as mínimas esperanças de conseguir sair de lá, alguns se lançaram à própria sorte, agarrados nas asas de uma aeronave. Desafiaram a morte. Ao menos uma pessoa despencou do avião no ar.

O tumulto deixou mortos e feridos. Um marco sob o clima aterrorizante que traduz a mudança da estação política no Afeganistão: a morte da jovem democracia e a ressurreição do fundamentalismo cruel.

Nos arredores do aeroporto, gritos de mães desesperadas chamavam a atenção de soldados britânicos, que estavam do outro lado do muro cercado de arame farpado.

– Salve meu bebê!

Eram muitas mulheres, que não viram outra alternativa para salvar a futura geração afegã. No ápice da exasperação, as mães arremessaram os bebês de colo para cima, como se fossem pacotes, na tentativa de os militares resgatarem as crianças. Algumas ficaram presas no arame farpado.

No meio do caos, lá estava Suraya com Sohail no colo, o menino de

dois meses de idade, e outros quatro filhos, agarrados na saia da mãe e nos braços do pai. A família afegã fazia parte da equipe de apoio dos americanos, por isso, estava na lista de embarque para os EUA.

Para chegar à aeronave, eles tinham que vencer primeiro a outra multidão de pessoas que se espremia do lado de fora do aeroporto. Com isso, a luta também era contra o tempo. Os voos tinham horário certo para decolar. Naquele momento de angústia, Sohail ficou erguido para não ser esmagado. Então, Suraya e o marido, Mirza Ali Ahmadi, segurança da embaixada americana em Cabul, avistaram um soldado dos EUA que estava em cima do muro, próximo ao avião com destino aos Estados Unidos. Os pais fizeram sinal ao militar para ajudá-los a pegar a criança.

– Salve o nosso bebê. Assim que conseguirmos entrar, você nos entrega o menino. Temos medo que ele morra esmagado.

Com muito custo, eles passaram a criança por cima do muro. Depois de bastante tempo, finalmente, a família teve acesso ao pátio onde estava o avião. Daqui pra frente, seria uma nova chance de começarem uma nova vida. A aeronave estava perto de decolar. Mirza deixou a esposa e os outros três filhos no corredor. Ele foi atrás do soldado para pegar o Sohail.

Como esperado, o pai foi ao muro onde os militares estavam. Para surpresa dele, ninguém soube informar quem era o soldado que ficou com a criança e nem onde o bebê poderia estar.

Mirza ficou totalmente desesperado à procura do filho. Com isso, a família perdeu o voo para Michigan – EUA.

Uma nova saga em busca do menino por todo o aeroporto de Cabul. No meio de tantas pessoas, achar o paradeiro da Sohail esbarrava na utopia. A embaixada americana disse que os pais teriam que decidir se iriam

embora ou ficar em Cabul. O próximo avião decolaria em poucas horas. Desesperançosos, eles aceitaram deixar o Afeganistão.

A aeronave estava sem poltronas, completamente lotada, um amontoado de pessoas, sentadas no chão, outras tantas com máscaras no rosto, sem malas e nada além do que os documentos, os passageiros seguiram rumo aos EUA. Foi uma mudança repentina. A saudade já era evidente, a preocupação com o futuro e com aqueles que ficaram espreitava os novos refugiados. Mirza e Suraya completamente atordoados sem saber onde estava o filho caçula.

No aeroporto de Cabul, o taxista Hamid Safi (29), no meio do caos, quase pisou em cima de um bebê jogado no chão. Enrolado na manta, o menino chorava muito. Não havia nada que o identificasse. A criança estava com muita fome. Ele perguntou para as pessoas ao redor se eram parentes daquele recém-nascido. Todos o ignoravam em razão do barulho e por tanta confusão por ali.

Na casa de Hamid, a mulher e os filhos estavam assustados com as más notícias, quando, de repente, a campainha tocou. Com medo dos talibãs que rondavam pelas ruas, ela escondeu as crianças no baú do quarto. Antes de abrir a porta, ela perguntou:

– Quem é?

Hamid pediu para abrir. A cena dele com o bebê no colo deixou a mulher ainda mais atônita. O menino chorava muito. Antes de questionar ao marido sobre a origem da criança, ela rapidamente fez uma mamadeira e deu-lhe um banho.

Os meses avançaram. O novo hóspede passou a ser considerado integrante da família Safi. Ele ganhou até nome – Mohammad Abed. A mu-

lher fez várias roupas para o menino. No meio de tanta tristeza, uma esperança nasceu dentro daquele lar.

O menino bem fofinho, bochechudo, colecionava muitos elogios. Os irmãos tiraram fotos do bebê e publicaram nas redes sociais. Houve muitas curtidas e perguntas nos comentários sobre o novo “filho” do casal.

Enquanto isso, em Michigan – EUA, Suraya e o Mirza não sabiam mais o que fazer para encontrar Sohail.

Até que um dia um jornalista da agência de notícias Reuters se interessou em fazer uma reportagem sobre o desaparecimento de Sohail. A partir da publicação da matéria, um farol começou a iluminar a jornada em busca do bebê.

Após a divulgação da matéria, em novembro de 2021, o caso ganhou repercussão internacional. A família recebeu uma ligação de que o menino Sohail havia sido localizado em Cabul, na casa de um taxista.

A partir daí, as histórias das famílias Ahmadi e Safi se cruzaram – Mohammad Abed era o mesmo o bebê desaparecido, Sohail Ahmadi. Após o paradeiro dele ser confirmado, o seu avô, Mohammad Qasem Razawi, que reside na província de Badakhshan, no nordeste do Afeganistão, bastante distante de Cabul, foi até a capital afegã para pedir que o menino fosse devolvido.

Safi se recusou, no entanto, a entregar o bebê, e exigiu que ele e a família também fossem levados para os EUA, segundo a agência Reuters.

Safi foi preso temporariamente. Após quase dois meses de negociações, as duas famílias fizeram um acordo por meio da polícia do Talibã. Sohail foi devolvido ao avô. Como os pais não puderam voltar ao Afeganistão, eles acompanharam tudo por vídeo chamada.

Naquele momento, eles começaram a cantar, chorar e dançar.

Capítulo 4

A Fuga



Atordoados com a retomada do Talibã, Maryam*, o marido, que é juiz, e os três filhos tiveram que deixar para trás tudo o que conquistaram. Era como se uma bomba caísse em cima deles e sobrevivessem ao caos.

– Tínhamos que lutar pela vida. Esse foi o nosso foco no momento de desespero.

A magistrada entrou em contato com uma conhecida para conseguir um local para dormir com a família. No dia seguinte, Maryam* soube que o Talibã havia soltado os detentos do Sistema Penitenciário Afegão. Muitos daqueles presos faziam parte do grupo extremista. Maryam* foi uma das juízas criminais que os colocou na cadeia. Desde então, eles estão livres na corrida pelo acerto de contas.

Rapidamente, ela ligou para uma pessoa a fim de pedir abrigo em outro lugar, uma corrida cansativa na tentativa de driblar os seus algozes.

– É só essa noite. Prometo que amanhã iremos seguir um novo destino.

As ruas de Cabul estavam tomadas por homens do Talibã. Ao sair de carro para a próxima parada, a família de Maryam* pegou um caminho mais longe do centro, onde tinha poucos soldados. Ela ligou para os pais para saber como estavam. Obviamente, não podia dar detalhes do novo esconderijo. Não sabia se as linhas telefônicas estavam sendo interceptadas.

– Foram meses que passamos dessa forma; ficamos em casas na capital.

Algumas vezes, ela e família se arriscaram a ficar na casa dos pais. Eles também tiveram que abandonar as suas residências em razão de serem alvos dos extremistas.

Com o passar dos meses, a angústia e a falta de esperança os pressionaram ainda mais. O regime Talibã havia cortado os salários dos servidores públicos e aposentados. Trata-se de uma perseguição longe do fim.

– Temos muitos documentos do Talibã, e três desses documentos se referem às regras sobre como tratariam os membros do Judiciário. Eles querem nos torturar antes de matar.

Maryam* pediu ajuda para a International Association of Women Judges (IAWJ) – Associação Internacional de Magistradas – articular a fuga.

A juíza Vanessa Ruiz, ex-presidente da IAWJ, aceitou o pedido de socorro.

– Para a ideologia Talibã, a mulher não passa de um anátema. Da última vez que o grupo esteve no controle do Afeganistão nos anos 90 ou que assumiu o controle naquela época, as juízas foram as primeiras mulheres a serem perseguidas e removidas dos seus cargos.

Ela entrou em contato com o então presidente da União Internacional de Magistrados (UIM), Tony Pagone. A UIM é uma organização mundial constituída por associações nacionais de juízes de 94 países espalhados pelos cinco continentes.

O juiz estava no fim de seu mandato, sendo logo sucedido pelo desembargador José Igreja Matos, em setembro de 2021.

Seis dias após a retomada dos radicais, a UIM fez um apelo à comunidade internacional de magistrados, em resposta à IAWJ, pleiteando apoio institucional das associações filiadas para o acolhimento humanitário dessas mulheres em local seguro.

Em carta datada de 21 de agosto de 2021, o então presidente afir-

mou que o apoio das entidades internacionais é imprescindível para salvar a vida das juízas afegãs que estão na mira dos radicais.

Foi uma árdua tarefa montar um dos maiores planos de resgate da história. A falta de solidariedade de muitos foi uma das maiores adversidades ao longo dessa jornada.

As nações vizinhas ao Afeganistão, europeias, com tradição em receber imigrantes, ignoraram o grito de socorro dos refugiados ou dificultaram ao máximo a entrada dos afegãos, como é o caso da Alemanha, França, Turquia, Grécia e Áustria.

Em declaração conjunta da UIM e da IAWJ emitida em 18 de setembro de 2021, as instituições demonstraram sérias preocupações com a situação atual das judicantes afegãs. O texto diz:

– Os juízes vivem tremendo por suas vidas e pelas vidas de suas famílias. Estão sob estresse excruciante. Muitos são forçados a mudar de um abrigo para outro, e têm dificuldade para acesso a alimentos e cuidados médicos básicos (...). Instamos a comunidade mundial a trabalhar em conjunto para salvar as vidas dos juízes afegãos e de suas famílias. Esse cenário exige opções seguras de viagem, vistos de trânsito, vistos para países de destino final e suporte para juízes e suas famílias reconstruírem suas vidas. Pedimos aos Estados que garantam cotas de vistos humanitários para juízes afegãos em risco, especialmente juízas. Devem ser feitos esforços urgentes para a emissão eficiente dos vistos necessários. Nós chamamos todos os países a agirem imediatamente. Este é um pré-requisito absoluto para salvar vidas.

As juízas correm um risco maior em razão do gênero. O Talibã não aceita que as mulheres tenham o direito de julgar os homens. A atual presidente da IAWJ, Susan Glazebrook, afirmou:

– Ao servir como juízas e ajudar a desenvolver o ramo judicial afegão, as juízas ajudaram a estabelecer o Estado de Direito em seu país, um pilar essencial de um estado democrático. Permitir que elas fiquem à mercê do Talibã e de grupos insurgentes, considerando o que elas sacrificaram, seria realmente trágico.

A partir dessa movimentação internacional, Maryam*, as demais magistradas e seus familiares tiveram um vislumbre de uma solução, que começou a ganhar forma. Apesar do desprezo de algumas nações pelo clamor dessas pessoas, o mundo acabou girando em torno da causa. A imprensa internacional divulgou amplamente as articulações em prol do resgate das juízas afegãs.

Era uma luta angustiante contra o tempo, mas nem todas as magistradas tiveram a mesma chance. Em janeiro de 2022, uma notícia abalou o emocional de Maryam*. Certo dia, duas amigas dela, juízas criminais, pegaram o carro e saíram pelas ruas de Cabul. Desesperançosas com o país, elas sonhavam ver o pesadelo acabar e regressarem ao passado cheio de conquistas e realizações. A saudade da vida normal era latente.

Durante essa saída, elas passaram por uma rua. Um homem de bicicleta chegou bem próximo ao carro das magistradas.

O barulho foi grande. O vidro explodiu.

Na parte de dentro do veículo, um silêncio absoluto. Não foi preciso pedir socorro. Logo depois, chegou uma viatura da polícia ao local. Os agentes fizeram a remoção do automóvel, que sofreu pequenos danos.

As duas juízas foram levadas para a perícia. A família ficou desesperada com o que viu.

As magistradas foram executadas a tiros pelo ciclista. Não restaram dúvidas de que aquele homem era membro do Talibã.

O assassinato das duas foi um recado às outras, de que os soldados talibãs iriam matá-las.

Capítulo 5

*Operação Resgate: o poder do associativismo na
luta contra o terrorismo*



Presidente da AMB, Renata Gil, em reunião com a diretoria na elaboração do plano de ação humanitária / Foto - Kaio Wendel

Após o comunicado da IAWJ e da UIM, prontamente, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) respondeu ao apelo e se mobilizou para concretizar a acolhida humanitária das juízas afegãs em território brasileiro. Foi a primeira entidade filiada à União Internacional de Magistrados que prestou apoio. Era a esperança ganhando contornos reais para as mulheres guardiãs da Constituição da nação afegã.

A operação do resgate foi programada com diretrizes e responsabilidades para as instituições envolvidas. A International Association of Women Judges (IAWJ) organizou o plano de fuga terrestre. A entidade pesquisou as rotas mais seguras para a retirada das juízas e de seus familiares dentro do Afeganistão. A União Internacional de Magistrados (UIM) teve a missão de providenciar, junto às associações membros, os vistos que determinariam um destino seguro para as refugiadas.

A presidente da AMB, Renata Gil, articulou uma operação internacional, nunca vista antes mundialmente, para a libertação dos emigrados. O projeto da AMB mobilizou organismos internacionais e entidades do Brasil para viabilizar a imediata saída dessas pessoas do Afeganistão. Diante da falta de segurança, a magistrada foi uma interlocutora fundamental para a concessão de visto pelo governo brasileiro para a realização da acolhida humanitária.

– Nos causa perplexidade e preocupação a situação das mulheres afegãs. As ameaças aos direitos fundamentais conquistados após anos de luta impõem a necessidade de uma ação imediata. Como mulheres, devemos potencializar as vozes.

Para tornar a missão possível, a presidente da AMB, Renata Gil, protagonizou o que se tornou o maior modelo de acolhimento humanitário da história do Brasil e de referência mundial. Para dar celeridade ao resgate, a entidade elaborou o Plano de Ação Humanitária da AMB.

De acordo com o secretário-adjunto de Relações Internacionais da Associação dos Magistrados Brasileiros, Walter Barone, que também é vice-presidente da UIM e presidente do Grupo Ibero-americano da mesma entidade, o objetivo foi envidar esforços para a obtenção de vistos humanitários, em seus países, em favor das juízas afegãs.

– Foi muito importante que a AMB tenha atuado em coordenação com a UIM e a IAWJ, visto que essas organizações internacionais ficaram responsáveis pela identificação e localização das juízas que estavam escondidas depois da queda do regime, bem como promoveram a sua saída do país, através da equipe em terra, em uma operação de resgate que envolvia grande risco.

Dois dias depois da derrubada do governo afegão, a entidade brasileira soltou uma Nota Pública de apoio ao comunicado de alerta emitido pela União Internacional de Magistrados (UIM). No dia seguinte, a AMB expediu ofício ao então presidente do STF Luiz Fux para informar sobre o plano desenvolvido pela Associação e conquistar apoio da Corte Suprema na concretização do resgate.

Na montagem do Plano de Ação, a presidente convocou dezenas de reuniões com a participação da Secretária-Geral da AMB, Julianne Freire Marques, da diretora da AMB Mulheres, Domitila Manssur, e do vice-presidente e presidente do grupo ibero-americano da UIM, Walter Barone.

Em uma das reuniões, a juíza Domitila Manssur apresentou à diretoria da AMB duas resoluções – assinadas durante a Conferência bienal da IAWJ na Nova Zelândia em maio de 2021 – que denunciavam a perseguição contra as magistradas afegãs, incluindo ameaças de morte, tentativas de obstrução do exercício jurisdicional e não pagamento dos salários.

Os representantes da entidade encontraram-se pessoalmente com o presidente da Comissão de Relações Exteriores, deputado Aécio Neves (PSDB-MG), e pediram a concessão de vistos humanitários. Após a reunião na Secretaria-Geral do Itamaraty, a AMB contou com o auxílio fundamental do diretor do Departamento de Imigração e Cooperação Jurídica do Ministério das Relações exteriores (MRE), ministro André Veras Guimarães, que providenciou a assinatura da Portaria Interministerial nº 24, em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), autorizando a emissão de visto temporário e permissão de residência no Brasil, para fins de acolhida humanitária, aos afegãos, apátridas e pessoas atingidas com a retomada do Talibã ao poder.



Deputado Aécio Neves (PSDB) e Presidente da AMB, Renata GIL - Foto ASCON



Deputado Aécio Neves (PSDB), presidente da AMB, Renata GIL, secretária-geral da AMB, Julianne Freire Marques, e secretário-adjunto da AMB, Fernando Cury.

A obtenção de documentação consular obrigatória foi rápida após a intensa articulação do governo brasileiro e a comunicação direta com as embaixadas de países próximos para a livre conformação dos vistos e auxílio para cumprimento das regras sanitárias em razão da pandemia de Covid-19, uma vez que o Brasil não tem representação diplomática no Afeganistão. A estratégia garantiu o ingresso legal dos emigrados no Brasil. Cabe destacar que a presteza e o respeito ao sigilo necessário foram fundamentais para preservar a segurança e a identidade de todas as pessoas resgatadas, conforme as diretrizes da Organização Internacional para as Migrações (OIM).

No mesmo dia, a AMB participou de uma reunião com o presidente da União Internacional de Magistrados (UIM), o desembargador Manuel Igreja Matos, e com a presidente da Associação Internacional de Magistradas (IWAJ), a juíza Vanessa Ruiz, para tomar conhecimento do levantamento das magistradas em situação de hipervulnerabilidade no Afeganistão, possibilitando o acolhimento de sete juízas e seus familiares, que aceitaram vir para o Brasil.

A partir disso, o próximo passo foi estabelecer uma força-tarefa para o preenchimento dos requerimentos dos vistos humanitários e a remessa de um questionário elaborado pela AMB para entender o perfil do grupo a ser recepcionado no país.

O Brasil foi o primeiro país do mundo a receber magistradas afegãs após a tomada de Cabul. Em razão da ação conjunta da AMB, MRE e Ministério da Justiça e Segurança Pública, as juízas já ingressaram no território brasileiro na condição de acolhida humanitária, ao contrário do refugiado comum, que precisa pedir autorização de permanência.

A acolhida humanitária está prevista na Constituição de 1988. Cabe esclarecer que até o ano de 2017, ainda vigorava no país o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980), herança do Regime Militar, a qual tratava pessoas de outras nações como uma potencial ameaça à soberania do Brasil. Em razão do descompasso entre a lei ordinária e a norma constitucional, foi sancionada a Lei Brasileira de Refúgio (Lei 9.474/1997), que criou o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão que coordena o funcionamento regular do sistema de asilo no país, com a participação da sociedade civil e da Agência da ONU para refugiados (ACNUR).

Para a secretária-geral da AMB, Julianne Freire Marques, o Brasil é um país tradicionalmente acolhedor, expertise que contribuiu para a efetividade do Plano de Ação Humanitária da entidade.

– O Brasil recebe pessoas de todo o mundo. Nós temos uma cultura que recebe pessoas de outras nações. Há uma colônia imensa de italianos. Outra de japoneses. Então, mesmo que a legislação às vezes não abarque a nossa realidade, o povo brasileiro tem o sentimento de acolher e acolhe a todos.

Outro avanço importante foi a publicação da Resolução nº 97/2012 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que dispôs sobre a concessão do visto permanente para os haitianos atingidos pelo terremoto que devastou Porto Príncipe. Finalmente, em 2017, foi sancionada a Lei de Imigração (Lei nº 13.445/17), que consolida o Brasil na vanguarda do acolhimento humanitário no mundo por não restringir o perfil dos refugiados e assegurar direitos e serviços em condições semelhantes aos cidadãos brasileiros.



AMB recebe uma comitiva formada pelo ministro André Veras, com a participação das empresárias Patrícia Leal e Luíza Brunet para tratar sobre juízas afegãs.

Apesar das mudanças legislativas que estabeleceram um histórico favorável para a acolhida humanitária, o ministro André Veras fez questão de destacar que o sucesso da missão de resgate somente foi possível em razão do empenho e da dedicação da AMB.

“Como esse caso das juízas era o que mais chamava atenção, por serem mulheres que eram alvo certo da ação do Talibã, assim que saiu a portaria, nós obtivemos com a UIM e a AMB as informações das magistradas e suas famílias e criamos uma espécie de visto eletrônico para elas. Esse visto foi passado por WhatsApp e essas pessoas imprimiram e embarcaram e, a depender do local, nós entraríamos em contato com a embaixada para confirmar. Porque nós não temos a modalidade de visto eletrônico. Isso foi uma solução específica para aquele momento de necessidade (...) Quando as pessoas agradecem pelo visto eu sempre digo que dar o visto é a parte mais fácil. Difícil foi para essas pessoas, que tiveram que atravessar o deserto, passando por várias situações de perigo. Então, eu credito o sucesso da operação inteiramente à AMB e aos seus contatos internacionais. Do ponto de vista do MRE, se há algo a ser creditado, é a política humanitária brasileira”.

Cabe destacar que a AMB fez uma força-tarefa para o preenchimento dos formulários com informações de cada refugiado afegão. De forma célere, a equipe da entidade correu atrás de todas as exigências para garantir o êxito do resgate.

O ministro Veras destacou que a emissão do visto eletrônico, que somente foi adotado no Brasil por um curto período durante as Olimpíadas do Rio, também foi uma solução inédita. Ao contrário da modalidade implantada nos jogos de 2016, disponibilizada por meio do sistema virtual do SERPRO, a solução encontrada para atender as afegãs foi uma ideia criativa e ágil que consistia na digitalização de um visto emitido em papel, a partir de fotos capturadas de outros documentos, e o envio do PDF para que elas pudessem imprimir e apresentar na chegada ao Brasil.

O secretário-adjunto de Relações Internacionais da Associação dos Magistrados Brasileiros, Walter Barone, destacou dois pontos importantes sobre o papel da AMB na causa:

– Primeiro, porque a presidente Renata Gil envolveu-se pessoalmente no projeto, tendo liderado, com espírito de solidariedade e determinação, todas as tratativas com os órgãos governamentais, o Itamaraty e diversas entidades do terceiro setor, com vistas não só à obtenção dos vistos em favor das juízas, como também para a definição de um plano de acolhida que garanta a paz, o respeito e as oportunidades de desenvolvimento profissional que, infelizmente, foram negados às colegas afegãs em sua terra natal. Segundo, porque a iniciativa da AMB também servirá de exemplo e estímulo para que outros países façam o mesmo em favor das juízas que ainda não conseguiram deixar o Afeganistão.

Para a diretora da AMB Mulheres, Domitilla Manssur, a ação humanitária reforça a democracia, a fraternidade e a solidariedade.

– Além de cumprir a função social da entidade, conclama a comunidade internacional ao apoio não só às magistradas e aos magistrados, mas ao povo afegão, neste momento de crise interna. Além disso, realça a importância sempre reconhecida ao Brasil na diplomacia internacional, o que nos orgulha francamente. Finalmente, como diretora nacional da AMB Mulheres, não posso deixar de afirmar que a violação aos direitos das juízas afegãs constitui violência de gênero e, nesse caso específico, contribui para a destruição dos alicerces democráticos sobre os quais se pretendia estabelecer o Afeganistão. Ao agir, a AMB se posiciona de forma clara contra a violência de gênero, em todas as suas formas.

A AMB e o governo brasileiro conseguiram implementar um projeto abrangente de acolhida humanitária a fim de devolver a dignidade às juízas a partir da integração das magistradas e de seus familiares no Brasil. Missão desafiadora, uma vez que não há uma comunidade afegã no país que facilite o intercâmbio cultural. Entretanto, essa é a oportunidade de haver trocas de experiências entre povos tão desiguais em suas culturas.

Durante a execução da operação, muitos questionamentos surgiram, sobretudo acerca do motivo que levou a AMB a atuar nessa problemática. Críticas a respeito da nacionalidade dos imigrantes selecionados, da categoria profissional exercida – Magistratura – e do gênero do grupo acolhido – mulheres e seus familiares – foram postas em pauta e esclarecidas pela comissão responsável.

Cabe ressaltar que a atuação da Associação dos Magistrados Brasileiros tem conformidade com o seu Estatuto, sobretudo no que se refere à valorização e à independência dos magistrados, ao debate e à busca de soluções para os problemas da Judicatura e para as questões sociais e da cidadania. Como entidade fundadora da UIM, a AMB partilha, também, dos valores presentes no Estatuto Universal dos Magistrados (EUM).

A AMB é uma das fundadoras da UIM, criada em 1953 para salvar a independência das autoridades jurídicas.

Para o presidente da UIM, José Igreja Matos, é necessária a união das entidades associativas para colaborar com a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos.

– As associações só funcionam quando se relacionam com as comunidades e com os seus cidadãos. As entidades não devem manter um carácter meramente corporativo. As instituições precisam servir ao cidadão, à sociedade civil, à cidadania.

Capítulo 6

Brasil: a rota da Esperança

Na luta pela vida, o Brasil foi a porta que Maryam* e a família decidiram abrir a fim de se salvarem. Para isso acontecer, era preciso seguir adiante sem olhar para trás – o lugar onde habita a saudade, nutrida pelas memórias afetivas. Uma fortuna guardada no baú do tempo: parentes, amigos, os bens, a bem-sucedida carreira profissional, a missão de ser guardiã da Constituição afegã e tantos desejos que estão a cargo do futuro.

Junto à Maryam*, outras seis juízas e três magistrados estavam a caminho do território brasileiro. Ao todo, 26 pessoas, somando os familiares. Essa é uma nova fase que se iniciou dentro de uma jornada formada por heróis da Justiça – mulheres e homens que buscaram garantir os direitos de uma nação em que a dignidade humana é frequentemente colocada à prova.

Forçados a abandonar o país, os refugiados se lançaram para o novo, que promete ensinar muitas coisas e desafia a reaprender outras tantas, como por exemplo, sonhar – essa tem sido uma das maiores provocações da vida daqui para frente.

O plano de resgate previu um inteligente esquema de fuga, que abrangia a segurança do embarque, do voo e do desembarque. Tudo sob o véu da discrição, com o auxílio técnico dos tripulantes e o apoio da Polícia Federal.

A princípio o Ministério das Relações Exteriores e a AMB desconheciam a rota de evasão. A operação estava sujeita a mudanças quase diárias, a depender das circunstâncias. Foi um grande momento de tensão vivido pelos refugiados. Qualquer descuido poderia ser trágico.

A solução inovadora do visto eletrônico foi ideal para que os refugiados pudessem embarcar para a Grécia pelo aeroporto de Mazar-i-Sharif, a cerca de 400 quilômetros de Cabul, que voltou a operar voos para o exterior.

No Brasil, uma equipe multiprofissional da AMB foi escalada para recepcionar o primeiro grupo, que chegou ao Aeroporto Internacional de Guarulhos no dia 18 de outubro de 2021, quase dois meses após a tomada de Cabul por parte do Talibã.

Nos bastidores, um intenso trabalho era realizado em Brasília e São Paulo. Tudo era acompanhado de perto para garantir o sucesso da operação. Para não correr risco de vazamento de informações sobre o resgate, a equipe de comunicação institucional – interna, imprensa e redes sociais – traçou um plano estratégico. Segundo a coordenadora Carollina Andrade, as medidas implementadas foram bastante efetivas.

– Foi muito importante construir um planejamento dessa cobertura a fim de preservar a identidade das famílias e garantir a segurança da operação. Qualquer descuido de nossa parte poderia colocar todos os envolvidos em perigo.

O social media da presidente da AMB, João Eduardo Alcantara Vi-deira, lembra dos desafios da cobertura:

– O resgate de juízas afegãs foi uma experiência única, pelo fato de que estávamos amparando, acolhendo e quase que socorrendo pessoas pelas quais não tínhamos vínculo anterior, mas estavam em nosso propósito de humanidade. De toda a nossa equipe. Os dias em Guarulhos foram uma mistura de sentimentos e incertezas, porque estávamos realizando de modo profissional uma ação que poucos haviam feito no Brasil. Mesmo com o choque de se deparar com uma nova cultura, rapidamente nos adaptamos para mostrar às juízas naqueles primeiros dias a realidade do Brasil e introduzi-las à vida no país.

Após 15 dias de estada entre Grécia e Macedônia, Maryam*, o marido e os três filhos foram os primeiros a chegarem ao Brasil. Eles precisaram esperar parte dos outros passageiros do Afeganistão que não haviam chegado em razão de imprevistos ao longo da viagem. A equipe de acolhimento da AMB se revezou no aeroporto de Guarulhos ao longo de três dias.

Alguns fatos inesperados marcaram a operação de resgate das juízas afegãs. Uma magistrada refugiada que estava grávida de oito meses não obteve autorização médica para viajar. Ela precisou ficar na Grécia.

Durante o resgate, a sintonia entre os envolvidos – Polícia Federal, colaboradores da AMB e a empresa da aviação aérea que trouxe os nativos afegãos – garantiu o sucesso da operação. Um clima de vitória era evidente entre os participantes. Era a luta por uma causa maior – a vida.

No voo, uma comissária, ao ajudar a alocar alguns refugiados onde tinha lugar, ficou extremamente emocionada com as histórias dos passageiros. Ela foi até a presidente da AMB, se agachou e pegou a mão dela e a parabenizou pela coragem. Naquele momento, todos choraram.

A operação durou cerca de dois meses. O ministro das Relações Exteriores, André Veras Guimarães, contou sobre o assédio da imprensa a respeito da pauta.

– Era muito interessante que a gente estava apanhando da imprensa, que questionava o motivo de não ajudar em nada, e nós sabíamos de tudo que estava acontecendo. Nós trabalhamos intensamente, muitas vezes até duas horas da manhã, e realmente a informação não vazou.

É importante ressaltar que a AMB, sempre pugnando pelo zelo às liberdades individuais, também se predispôs a auxiliar os grupos familiares que optassem por não permanecer no Brasil, no intuito de facilitar e intermediar o contato entre os afegãos e as embaixadas localizadas na Capital Federal, uma vez que a entidade não possui competência para realizar consultas diplomáticas sobre a emissão de vistos para estrangeiros.

A respeito da situação atual das magistradas, Domitila Manssur, diretora da AMB Mulheres, disse:

– Atualmente elas se encontram no Brasil, trabalhando, e, claro, têm toda a liberdade para permanecer ou para ir para outros países, se desejarem. Mas a nossa ideia inicial alcançou o êxito, que foi retirá-las daquela situação de risco.



AMB no aeroporto de Guarulhos durante a primeira etapa do resgate das juízas afegãs e seus familiares. Fotos: Lucas Borges



O vice-presidente e presidente do grupo ibero-americano da UIM, Walter Barone, e a presidente da AMB, Renata Gil reunidos na Polícia Federal do Aeroporto Internacional de São Paulo- SP.



A diretora da AMB Mulheres, Domitila Mansur, e a coordenadora executiva da ENM, Marcela Bocayuva, reunidas com as afegãs na base da Polícia Federal do Aeroporto Internacional de São Paulo - SP. Foto-Lucas Borges

Capítulo 7

Refugiados pelo mundo

O drama das juízas afegãs é semelhante a milhões de outros tantos espalhados pelo mundo. Pessoas na cruel condição de serem obrigadas a abandonar a casa, o trabalho ou até o país devido a situações de conflito ou à violação de direitos humanos. O número de casos dessa natureza tem crescido ao longo de uma década, com uma velocidade vertiginosa. Nos últimos dez anos, as estatísticas mostram que este é o nível mais alto desde que começou a ser registrado, consolidando uma grave tendência, que só pode ser retrocedida por um novo e combinado esforço em favor da paz.

Ao todo, no ano de 2021, houve 89,3 milhões de deslocados à força. Para se ter ideia, a cada 88 pessoas no mundo, uma faz parte dessa realidade, mais que o dobro da marca atingida há uma década. É como se toda a população do Sudeste do Brasil tivesse de migrar para outra região ou mudar de país para fugir de conflitos em seu território. Os dados são do relatório “Tendências Globais”, uma publicação estatística anual da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR).

Em 2022, cabe destacar que a invasão da Ucrânia pela Rússia acelerou velozmente o número de casos de deslocamento forçado desde a Segunda Guerra Mundial – 100 milhões. Uma cifra dramática, que envolve outras emergências humanitárias, da África ao Afeganistão e além.

Na última década, a estatística tem subido todos os anos, o que desafia a comunidade internacional a unir-se a fim de confrontar essa tragédia humana, solucionar conflitos e encontrar uma forma de resolvê-los de maneira durável.

Percebe-se que em relação ao número de conflitos que se intensificaram e outros que nasceram, 23 países, com uma população combinada de 850 milhões de pessoas, enfrentaram conflitos de intensidade média ou alta,

de acordo com o Banco Mundial.

Na mesma esteira, a escassez de comida, a inflação e a crise climática estão aumentando a privação das pessoas e exigindo uma maior resposta humanitária no momento em que as projeções de financiamento para muitas dessas problemáticas se apresentam sombrias.

Em 2021, o número de refugiados cresceu para 27,1 milhões. Chegadas aumentaram significativamente em Uganda, Chade e Sudão, entre outros países. A maioria dessas pessoas, uma vez mais, é acolhida por países vizinhos com poucos recursos. O número de solicitantes do reconhecimento da condição de refugiado chegou a 4,6 milhões (um crescimento de 11%).

O ano anterior também verificou o 15º crescimento anual consecutivo no número de pessoas deslocadas dentro de seus próprios países, que chegou a 53,2 milhões. O aumento foi motivado por violência crescente ou conflitos em diferentes lugares, como Mianmar. O conflito em Tigray e em outras regiões da Etiópia levou a um deslocamento de milhões de pessoas dentro do país. Insurgentes no Sahel causaram novas ondas de deslocamento forçado, particularmente em Burquina Faso e no Chade.

A velocidade e o volume do deslocamento têm superado a disponibilidade de soluções para as pessoas deslocadas – como o retorno ao país de origem, o reassentamento e a integração local. Ainda assim, o relatório “Tendências Globais” traz alguns sinais de esperança. O número de retornos entre pessoas refugiadas e deslocadas internamente cresceu em 2021, retornando aos níveis anteriores à pandemia de Covid-19, com a repatriação voluntária subindo 71% – embora os números totais ainda sejam modestos.

E embora o número de pessoas apátridas tenham crescido discretamente em 2021, cerca de 81.200 delas adquiriram nacionalidade ou a confirmaram, configurando a maior redução de casos de apatridia desde que o ACNUR iniciou a campanha #IBelong (#EuPertengo) em 2014.

Todas essas informações e diagnósticos foram divulgados pela Agência dos Refugiados em junho de 2022.

Emergência Global da Fome

O cenário caótico abarca 828 milhões de pessoas, as quais estão demarcadas no campo da fome. A disparada dos preços dos alimentos é um agravante nessa triste situação. Os dados são do relatório recente das Nações Unidas, divulgado em outubro de 2022. Entre a população refugiada, a crise alimentar se torna um desafio mais grave em meio a deslocamentos forçados, guerras e perseguições.

Atualmente, o número cresceu em 150 milhões durante a pandemia. E, de acordo com o relatório da ONU, esse quadro pode piorar ainda mais: a quantidade daqueles que enfrentam insegurança alimentar aguda também aumentou – de 135 para 345 milhões – desde 2019. Um total de 50 milhões de pessoas em 45 países estão à beira da fome.

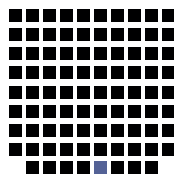
De acordo com dados do ACNUR, até o final de 2021, 82% dos deslocados internos e 67% das pessoas refugiadas e solicitantes da condição de refugiado no mundo vieram de países que enfrentaram crises alimentares – das quais 40% foram hospedadas em países que enfrentam a mesma crise.

Esse panorama afeta crises existentes em todo o mundo, como mais de 16 milhões de iemenitas, 27,3 milhões de congoleses, 20,4 milhões de etíopes, 12 milhões de sírios e metade da população do Afeganistão, 50 milhões de pessoas. Nesses e em outros locais, o ACNUR trabalha para restabelecer a dignidade de famílias e indivíduos por meio de doações em dinheiro, para que possam atender suas necessidades básicas.

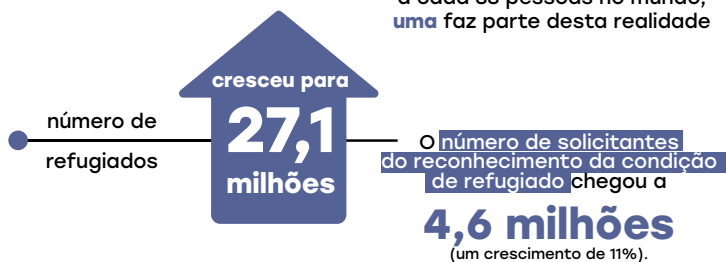
2021

89,3
milhões

deslocados
à força



a cada 88 pessoas no mundo,
uma faz parte desta realidade

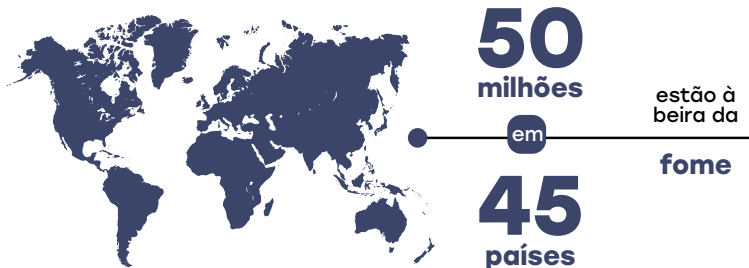


2022

828
milhões

o número atual **cresceu em**
150 milhões
durante a pandemia

passam fome



Capítulo 8

Sem pátria: uma vida vivida nas sombras



Arquivo pessoal: Maha Mamo

Primeira apátrida brasileira

Os avanços trazidos pela Lei de Migração de 2017 abraçaram Maha Mamo. A história dessa mulher de 34 anos é um exemplo de que o Brasil é uma pátria que estonteia a sua humanidade, a qual é formada por diversas pessoas oriundas de todos os cantos do mundo. São indivíduos que escolheram o país para fazer acontecer suas vidas.

Quando Maha Mamo – nascida no Líbano e filha de pais sírios – veio morar no Brasil, a legislação brasileira nem tinha uma definição para a sua situação. Maha é apátrida, uma pessoa que não tem a nacionalidade de nenhum país. Não tem registro, nem documentos. Não existe oficialmente. Não tem direitos. Vive nas sombras.

O pai de Maha é cristão, e sua mãe é muçulmana. Como o casamento inter-religioso é ilegal na Síria, eles decidiram que viveriam juntos no

Líbano. Lá, também não se casaram oficialmente e tiveram três filhos. Nenhum deles tinha sangue libanês e, por isso, não poderiam ter nacionalidade libanesa. Como seus pais não eram casados – e uma mulher não pode ter filhos registrados legalmente sem ser casada e nem mesmo passar a eles sua nacionalidade –, também não eram considerados sírios. Maha e os irmãos nunca tiveram documentos, e só estudaram graças à bondade de algumas pessoas com quem cruzaram pelo caminho.

– Uma pessoa apátrida nasce sem documentos, sem direitos básicos de saúde, de educação, de ir e vir, de liberdade de ser um ser humano, legalmente. Um apátrida não consegue nem andar na rua, por medo de ser parado e não ter documentos. Todas as coisas na sua vida que, um dia, você precisou de um CPF para fazer, um apátrida não pode ter.

Depois de tentar ser acolhida em dezenas de países por mais de dez anos – e ser negada por todos eles –, Maha recebeu abrigo no Brasil. Não por ser apátrida, mas por conta de um visto humanitário, oferecido a refugiados da guerra na Síria.

– Eu tinha um sonho de pertencimento, de existir, de ter um país que me aceita. Quem sou eu? Eu quero ser qualquer coisa, quero ter qualquer documento, viver uma vida normal. Eu fui negada por todo mundo. O único país, depois de me negar por nove anos e me aceitar no décimo, foi o Brasil.

Em 2016, ela e seus irmãos chegaram a Belo Horizonte (MG), sem saber o que viria pela frente. Encontrou uma legislação que nem mesmo tinha uma definição para uma pessoa apátrida. A lei que vigorava à época era o Estatuto do Estrangeiro, de 1980, que via o imigrante como “o outro”, “o estranho”, buscando proteger os interesses nacionais das pessoas estrangeiras

em solo brasileiro. Negava, inclusive, direitos básicos, como manifestação de pensamento e direito de reunião. Nacionalista e conservador, o Estatuto priorizava a segurança nacional e restringia a liberdade dos imigrantes. Pela legislação, os imigrantes eram indivíduos de menor importância em relação aos cidadãos do país.

Apesar de o texto da lei não ser inclusivo, Maha e os irmãos Souad e Edward foram recebidos de forma calorosa por uma família da capital mineira, que conheceram nas redes sociais. Maha falava cinco línguas – mas nenhuma palavra em português. Mesmo assim, foi reconhecida como refugiada, recebeu um CPF, uma carteira de trabalho e conseguiu um trabalho com panfletagem. Sentiu-se acolhida, mas continuava apátrida.

Contando a sua história, Maha chegou até o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Com eles, trabalhou para que os apátridas tivessem espaço na nova Lei de Migração, que estava em tramitação.

O trabalho do Ministério da Justiça, das Relações Exteriores, em conjunto com a ACNUR, foi criar um capítulo inteiro na Lei de Migração sobre apatridia.

– Isso significa que agora existe uma definição, um mecanismo de primeiro reconhecer uma pessoa apátrida, para então conseguir naturalizar aquela pessoa”, contou Maha. “A estimativa é de que existam mais de 10 milhões de pessoas apátridas no mundo, que vivem sem direito a nada. Eu não escolhi ser apátrida, a minha única escolha foi nunca desistir e ir atrás dos meus sonhos.

A nova Lei de Migração, de novembro de 2017, é considerada um grande avanço no acolhimento de imigrantes no Brasil. Baseada na política internacional de Direitos Humanos, a legislação é mais humanitária e garante aos estrangeiros seus direitos universais – todos providos gratuitamente e legitimamente pelo Estado.

Se no Estatuto do Estrangeiro o destinatário era o próprio Estado e os interesses nacionais, que poderiam ser ameaçados pela presença dos imigrantes, a Lei de Migração se destina a indivíduos em cinco situações diversas: o não nacional; os brasileiros residentes no exterior; o residente fronteiriço, que realiza migração pendular ao território brasileiro para estudo, trabalho, comércio e atos da vida civil; o visitante, com estada de curta duração; e, finalmente, as pessoas sem pátria.

Enquanto a legislação de 1980 não estabelecia nenhum direito aos estrangeiros – apenas determinava atividades que lhes eram proibidas –, a nova lei busca a não criminalização da migração, a promoção da entrada regular e da regularização documental, a acolhida humanitária e a igualdade de tratamento ao migrante e seus familiares.

Não é um processo fácil naturalizar alguém como brasileiro. Existem pré-requisitos: é preciso ter capacidade civil segundo a lei brasileira, residência em território nacional por, no mínimo, quatro anos (esse prazo poderá ser reduzido a um ano se o naturalizando tiver filho brasileiro, cônjuge ou companheiro, tiver prestado ou poder prestar serviço relevante ao Brasil, ou recomendar-se por sua capacidade profissional, científica ou artística), comunicar-se em língua portuguesa e não possuir condenação penal ou estiver reabilitado, nos termos da lei.

O processo pode ser demorado, mas Maha nunca desistiu de se tornar brasileira. Depois de cumprir todos os requisitos, em junho de 2018, Maha e sua irmã foram as primeiras pessoas apátridas naturalizadas brasileiras.

– Eu entrei para a história. Hoje sou, com muito orgulho, brasileira.



Escaneie o QR Code e confira a entrevista com a Maha Mamo realizada no XXIV CBM, em Salvador- BA

Atualmente, mais de 1,3 milhão de imigrantes residem no Brasil, segundo dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), em parceria entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Universidade de Brasília (UnB). Não há dados que mostrem quantos deles são apátridas, mas, desde 2017, diversas pessoas tiveram a naturalização aceita pela Justiça e receberam cidadania brasileira.

O Brasil é signatário da Convenção de 1961 da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Redução de Casos de Apatridia. Em 2010, foi adotada a Declaração de Brasília para a Proteção de Refugiados e Pessoas Apátridas nas Américas. Além do grande avanço trazido pela Lei de Migração de 2017, a Portaria Interministerial número 5 de 2018 facilitou o procedimento de reconhecimento da condição de apatridia e naturalização no país.

Como era
Estatuto do Estrangeiro (1980)

Como ficou
Lei de Migração (2017)

Destinatários da Lei

O destinatário do Estatuto do Estrangeiro era o próprio Estado e os interesses nacionais. A lei era fundada na ampla discricionariedade do Estado em relação à entrada e permanência do imigrante no Brasil.

A Lei de Migração se destina à pessoa nacional de outro país ou apátrida, ao brasileiro que resida no exterior e ao visitante.

Direitos

Não existiam direitos específicos previstos aos imigrantes - apenas proibições. Entre elas participar de sindicatos, obter autorização de pesquisa e assumir a administração de uma empresa. O Ministério da Justiça poderia, inclusive, impedir a realização de conferências, congressos, exposições artísticas e folclóricas realizadas por estrangeiros.

Os migrantes têm direito, em condição de igualdade com os nacionais, direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos, direito de reunião para fins pacíficos, amplo acesso à justiça e assistência jurídica integral aos que comprovarem insuficiência de recursos, direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade.

Deportação

O procedimento de deportação era fixado em critérios de conveniência aos interesses nacionais e acontecia independentemente de fixação de prazo. O imigrante poderia ser recolhido à prisão por ordem do Ministro da Justiça por sessenta dias.

A deportação deve ser precedida de notificação pessoal em que constem expressamente as irregularidades verificadas e com prazo de regularização não inferior a 60 dias. Entre os procedimentos estão o respeito ao contraditório e a ampla defesa e a garantia de recurso com efeito suspensivo.

Fonte: Universidade de São Paulo (USP)

Capítulo 9

Plano de Ação humanitária da AMB

Em face da crise econômica, política e social pelo mundo, sobretudo os agravos no Afeganistão com a retomada do poder pelo Talibã, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) montou o Plano de Ação Humanitária da AMB¹ de Acolhimento de Juízas Afegãs e seus familiares no Brasil.

Trata-se de um planejamento estratégico bem definido: público-alvo, metas, formulação da política pública, agendas institucionais, parceria público-privada, objetivos gerais e específicos. Uma iniciativa desenhada e calculada para devolver a dignidade às magistradas em situação de vulnerabilidade no Afeganistão.

Nota-se que os principais motivos para o deslocamento internacional forçado¹ de refugiados ou pleiteantes de refúgio no Brasil consistem em conturbações econômicas, políticas e sociais no país de origem, que impulsionam o movimento migratório, proveniente, em sua maioria, dos países vizinhos. Contudo, a política pensada e desenvolvida pela AMB lida com uma categoria diferenciada de imigrantes: mulheres reféns de um contexto de guerra e de terror promovido por grupos extremistas ligados a fanatismos religiosos.

São mulheres de nacionalidade afegã que foram alijadas da sua vida profissional e tolhidas de todos os direitos civis e políticos de que antes gozavam.²

O plano existe em razão de um rigoroso trabalho em equipe desenvolvido pelos colaboradores da AMB. Uma grande corrente solidária se formou e moveu o mundo em prol das necessidades das magistradas. Nesse movimento do bem, empresas privadas e órgãos públicos investiram em materiais humanos e tecnológicos aptos a dar continuidade ao trabalho desen-

¹ Plano de ação humanitária da AMB para o acolhimento de juízas afegãs e seus familiares no Brasil / Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). -- Brasília, DF : AMB - Associação dos Magistrados Brasileiros, 2022. Bibliografia. ISBN 978-65-992738-7-2

volvido com amor pelas vidas e muita dedicação a fim de proteger o novo futuro preparado para as afegãs de coração brasileiro.

A presidente da AMB, Renata Gil, o secretário-adjunto de Relações Internacionais da entidade, Walter Barone, a diretora da AMB Mulheres, Domitila Manssur, e a secretária-geral da Associação, Julianne Freire Marques, e a coordenadora executiva da Escola Nacional da Magistratura, Marcela Bocayuva, criaram um plano de ação , que pode ser visto como um projeto de política pública inédito², em razão da concreização de ações, elaborado com objetivo de garantir também a promoção e a proteção dos direitos dos refugiados por meio de um acesso a um local que lhes fornecesse condições objetivas e subjetivas de subsistência adequada, com a acolhida humanizada, a inserção e a permanência nos serviços socioassistenciais em articulação com o Poder Judiciário brasileiro, as Secretarias Distritais, Estaduais, o Poder Público Federal e Organizações da Sociedade Civil que desenvolvem políticas de acolhimento aos refugiados.

Todas as informações abaixo estão dentro do Plano de Ação Humanitária da AMB.

²BUCCI, M. P. D. Direito administrativo e políticas públicas. São Paulo: Saraiva, 2006.

Solidariedade Global

A AMB, imbuída pelo espírito de solidariedade global, enxergou nesse conceito a solução vital para a efetividade do Plano de Ação, com a finalidade de unir as potencialidades das relações sociais da Associação e canalizá-las em prol das juízas afegãs e de seus familiares.

Sob esse prisma, entende-se que a solidariedade global é a coesão social e a integração funcional dos indivíduos e grupos, sobretudo no contexto das sociedades modernas, com tantas complexidades e informações. Não se trata de uma ideia abstrata, mas de um conjunto de expectativas sociais a serem realizadas por todos os países para estabelecer limites mínimos à dignidade humana, de modo a aperfeiçoar o sentimento dos valores morais e éticos, a fim de desenvolver os complexos arranjos globais.

Diante disso, a AMB compreendeu que o desenvolvimento de uma esfera civil implica a existência de uma forma específica de solidariedade. Tal esfera solidária sustenta-se por um conjunto distinto de códigos simbólicos e é incorporada em instituições especializadas. É o elemento chave no funcionamento de qualquer sociedade moderna e complexa.

O Plano de Acolhimento representa a mudança de paradigma de governança democrática na sociedade contemporânea. Um programa que tem mostrado a AMB para o mundo de forma atuante nas problemáticas sociais.

Definição da agenda

Essa é uma etapa fulcral dentro do planejamento. A partir dos comunicados emitidos pela UIM e pela IAWJ, a AMB implantou de forma estruturada a agenda de atuação. Com isso, a entidade pode envidar esforços no angariamento de apoio institucional e logístico na acolhida humanitária das juízas afegãs.

As ações da Associação partiram do seu compromisso com os objetivos eleitos no seu Estatuto, sobretudo no que se refere à valorização e à independência dos magistrados, o debate e a busca de soluções para os problemas da magistratura e para as questões sociais e da cidadania, conforme preceitua o art. 2º, incisos II e II do EAMB. Como entidade fundadora da UIM, partilhou, também, dos valores presentes no Estatuto Universal dos Magistrados (EUM).

Para além disso, a AMB também se preocupa em apoiar e concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pelas Nações Unidas. São um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.

Os ODS funcionam como mecanismo orientador do crescimento econômico sustentável e mais justo para todos. Eles promovem incentivos que podem ser implementados por diferentes agentes, grandes e pequenos, públicos e privados. Toda a sociedade ganha com a adesão e a concretização dos ODS, pois fortalecem a responsabilidade social alinhada com as necessidades e expectativas sociais, econômicas e ambientais. O plano de ação definido pela AMB gerou um impacto positivo para seis ODS distintos:

- Erradicação da pobreza (ODS 1)
- Saúde e bem-estar (ODS 3)
- Educação de qualidade (ODS 4)
- Trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8)
- Redução das desigualdades (ODS 10)
- Parcerias e meios de implementação (ODS 17)

A migração aparece como tema central do ODS 10. Especificamente na meta 10.7, assim descrita: “Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas”. Cabe esclarecer que todos os tratados e documentos internacionais pertinentes à migração foram analisados e observados durante a criação e execução do Plano de Ação.

Esse arcabouço fático e estatutário impulsionou a AMB a executar todas as ações necessárias para a implementação da política pública de acolhimento humanitário. A Associação atuou como entidade estratégica, pois necessitava-se de um ator responsável pela articulação política internacional.

A agenda foi definida e implementada a partir da situação atual das magistradas afegãs, que necessitavam de um local seguro para dar seguimento aos projetos de vida. É importante frisar que o Brasil conta com um amplo arcabouço jurídico e vasta experiência na recepção de refugiados em solo nacional. O art. 4º, incisos II e X, da Constituição Federal de 1988 preceitua a observância e a prevalência dos direitos humanos e a concessão de asilo político. O Brasil é signatário da Convenção sobre Refugiados de 1951 e do

Protocolo Adicional de 1967. O país faz parte, também, da Declaração de Cartagena e do Plano de Ação Cartagena +30. Além disso, cabe reforçar, possui a Lei de Refugiados de 1997 e a Nova Lei de Migração de 2017.

Para além do aspecto regulatório, o Brasil já conta com uma estrutura administrativa apta a receber essas magistradas. O Ministério da Justiça possui o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) e outros órgãos que atuam na parte técnica e assistencial.

O esforço da AMB, portanto, perpassou pela coordenação das diferentes ações e projetos governamentais e não governamentais que auxiliaram no acolhimento das juízas afegãs e de seus familiares. Tratou-se de uma atuação interinstitucional e multisetorial que objetivou vencer os entraves burocráticos e angariar apoio financeiro e logístico para a concretização do programa Nós por Elas.

A AMB também articulou ações para garantir uma proteção adequada no resgate, deslocamento e alojamento em território brasileiro. A primeira fase da operação necessitou de constante apoio das forças militares brasileiras e de organismos especializados na assistência aos civis nos lugares hostis.

Na fase executória, as associações não governamentais também possuem um importante papel na otimização das ações estatais, tal como a AMB, que gerencia a rede de apoio às juízas afegãs e consegue doações para oferecer uma assistência adequada, além da completa inserção social dessas pessoas no território brasileiro.

A principal razão para a intervenção do governo brasileiro na concessão de refúgio para as afegãs e seus familiares está na externalidade positiva que tal ação gerou. O Brasil torna-se, assim, referência mundial no aco-

lhimento humanitário de mulheres em situação de vulnerabilidade, gerando impactos de solidariedade na sociedade, e passa a ser precursor da política migratória. Além disso, incentiva mecanismos de proteção social, reafirmando ações que devem ser executadas pelo setor público, com o apoio do setor privado.

Formulação da política pública

O diagnóstico e a identificação do problema partiram do inconformismo da presidente da AMB, Renata Gil, que se mobilizou para a criação e implementação de diferentes ações para o acolhimento humanitário das juízas afegãs. A partir do diagnóstico de hipervulnerabilidade da situação social e de iminente risco de morte dessas magistradas, houve intensa mobilização para o resgate e para a criação de políticas públicas efetivas e protetoras dos direitos humanos.

A entidade realizou diversas reuniões com vários órgãos públicos a fim de sensibilizá-los para salvar a vida das afegãs e seus familiares.

A atuação da AMB esteve estritamente ligada à ideia de potencializar os resultados da ação. Vale ressaltar que os resultados obtidos superaram a expectativa inicial, uma vez que as metas foram atingidas em quase todos os seus quesitos.

A implementação da ação foi pautada na utilização de meios e mecanismos adequados ao tipo de política desenvolvida. Essa visão facilitou a execução das etapas planejadas e aprimorou a qualidade do monitoramento dos resultados da política pública na vida dos refugiados.

Metodologia

O desenvolvimento das ações do plano de acolhimento parte da premissa do direito socioassistencial, que reconhece os refugiados como sujeitos de direitos, condicionando o Estado brasileiro a promover políticas públicas garantidoras da proteção social e das seguranças já afiançadas no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O plano está sendo desenvolvido em etapas, o que garante o planejamento participativo das magistradas e seus familiares nas ações tomadas pela AMB. Além disso, o plano incentiva a valorização de suas vivências e experiências.

É importante frisar que a primeira fase do Plano de Ação consistiu na articulação para emissão de vistos humanitários. Na segunda fase, as juízas e seus familiares foram recepcionados no território brasileiro, com apoio de organismos internacionais e das forças militares nacionais. Ao todo foram resgatadas 26 pessoas, mediante as orientações fornecidas pela UIM e pela IAWJ. Essa limitação pontual de refugiados no Plano de Ação da AMB ocorreu por questões de logística e segurança. Na terceira fase, foram oferecidas condições para a existência digna das famílias recepcionadas, por meio de ações interinstitucionais e intergovernamentais de apoio assistencial, trabalhista e educacional.

A estruturação lógica das ações foi baseada em duas ferramentas metodológicas para análise de programas de política pública: a “Árvore de Problemas” e a “Teoria da Mudança”. A justificativa para esse recorte metodológico, comumente utilizado em políticas de assistência social, está no seu potencial delimitador dos indicadores de implementação, avaliação e monitoramento do impacto final das ações propostas. Facilita-se, assim, a identificação concreta das ações e dos resultados esperados, frente aos propósitos que ficaram estabelecidos nas seções anteriores.

A situação-problema delimitada no Plano de Ação traduz as necessidades, ameaças, carências, obstáculos e oportunidades de atuação. O problema delimitou a situação negativa posta em sociedade e que merece o olhar e a atuação de um arranjo institucional que é competente para reverter o indesejado “estado da arte”. Portanto, a solução definitiva do problema, ou a minimização das consequências negativas por ele gerado, perfaz o propósito/objetivo do programa. As medidas foram tomadas a partir de um olhar racional para a situação-problema.

A Árvore de Problemas consiste em um método que organiza e correlaciona os desafios que serão enfrentados. Forma-se, assim, um esquema que apresenta as causas (raízes) e as consequências (copa) da não intervenção na situação-problema (tronco).

Esse procedimento permite o registro das consequências ou efeitos que o problema produz na política, programa ou atividade governamental auditada. Nesse método, o problema central ocupa a posição de tronco da árvore, as raízes são as causas e a copa são os efeitos, o que possibilita a visualização das causas e das consequências de um problema em uma mesma estrutura.

A construção da Árvore de Problemas do Plano de Ação se baseou em uma revisão da literatura e dos documentos oficiais transmitidos entre organismos nacionais e internacionais, para a compreensão do macroproblema. Posteriormente, foram delineadas as causas e consequências subjacentes e que necessitam da intervenção da AMB.



Fonte: Plano de Ação Humanitária da AMB
para o acolhimento de juízas afegãs e seus familiares no Brasil.

A Árvore de Problemas elucida a situação a ser enfrentada. Como ficou delineado acima, o Plano de Ação da AMB visa preservar a vida e a segurança de juízas afegãs e de seus familiares, que estão em situação de extrema vulnerabilidade no país de origem, reduzindo os impactos da violência (física, psíquica, religiosa e moral) praticada por membros do Talibã e, por conseguinte, o risco de morte dessas autoridades. O cenário demonstrou a urgência da intervenção governamental e não governamental, nacional e estrangeira. A coordenação de um arranjo organizacional foi necessária para tratar a situação-problema.

Desenho do Plano de Ação da AMB

Realizado o diagnóstico e a delimitação do problema a ser tratado pela AMB, cabe formatar o Plano de Ação nos moldes que transformaram ideias em soluções eficazes no caso concreto. Um projeto complexo e que abrange o período de agosto de 2021 a dezembro de 2022.

O objetivo central do planejamento é ofertar e desenvolver uma política pública especial para o acolhimento das juízas afegãs. O plano visa demonstrar que é possível aprimorar as estruturas sociais por meio da organização civil para lidar com o recebimento de refugiados no Brasil e servir de exemplo para o mundo.

Os objetivos específicos são contribuir para a inserção das magistradas e dos seus familiares na rede socioassistencial e providenciar o acesso aos serviços e benefícios garantidos no ordenamento jurídico brasileiro, com o indispensável apoio técnico na expedição de documentos necessários para tais fins:

- Assegurar residência temporária em condições dignas e de segurança para as magistradas afegãs e seus familiares;
- Articular ações com a rede de políticas públicas já existente no Brasil e prover as necessidades detectadas;
- Angariar apoio de órgãos públicos e da iniciativa privada para a promoção e o acesso ao trabalho, à educação e à inclusão social.

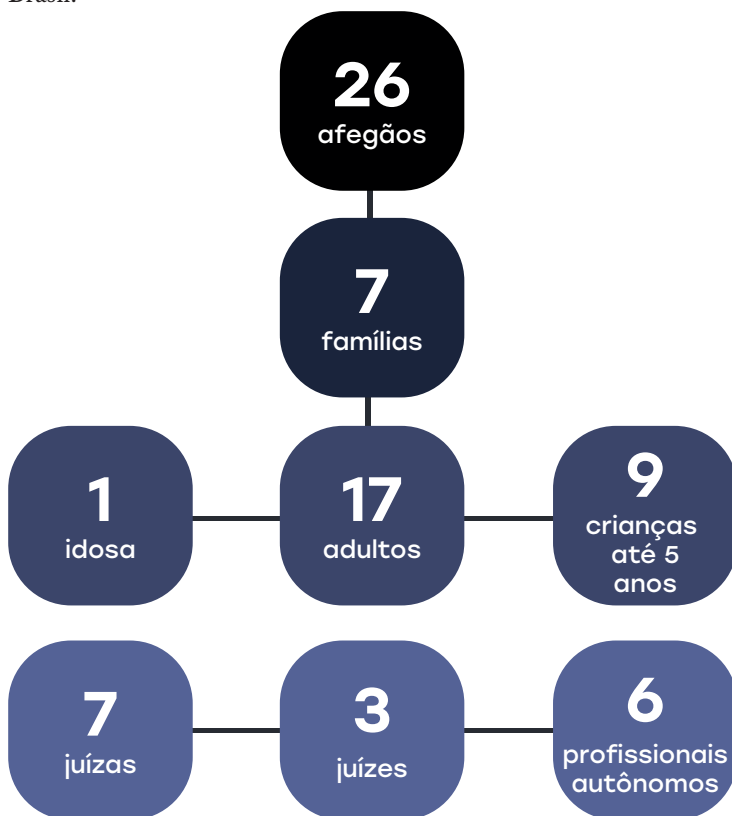
Perfil do público-alvo

A política prevista no Plano de Ação não corre o risco de transbordamento na delimitação do público-alvo. Trata-se de um grupo extremamente preciso e já definido. É certo que ao todo o Afeganistão contava com 270 magistradas que estavam em situação de risco. Contudo, algumas delas já foram resgatadas por outros países e organizações internacionais e outras não foram localizadas, pois estão em esconderijos ou, infelizmente, foram assassinadas pelo Talibã.

Nesse universo de centenas de pessoas que necessitam de resgate humanitário, a articulação realizada pela AMB com a UIM e IAWJ estabeleceu a viabilidade do resgate de 26 pessoas. O grupo foi previamente definido pelos organismos internacionais envolvidos. Os critérios de seleção dos indivíduos não podem ser divulgados por motivos de segurança. A AMB não teve ingerência na seleção dos beneficiários, apenas definiu que os grupos fami-

liares contemplados deveriam ser compostos por uma ou mais magistradas.

Confira as características gerais desses refugiados que chegaram ao Brasil.



Fonte: Plano de Ação Humanitária da AMB para o acolhimento de juízas afegãs e seus familiares no Brasil.

Definição de metas

As ações da AMB foram baseadas em três indicadores de desempenho, fulcrados na perspectiva organizacional, técnica e política. Eles são interdependentes e funcionam como guia para a coordenação das atividades

apoiadas pela entidade. A primeira se refere às iniciativas de captação de recursos humanos e financeiros necessários para a concretização das políticas, além da realização de procedimentos administrativos necessários para vencer os obstáculos burocráticos encontrados no processo de implementação da política pública. A segunda trata-se das ações de execução da política, o que dependia de análise técnica da utilização de recursos humanos e financeiros nas etapas de implementação. A última diz respeito à necessidade da AMB de acompanhar a dinâmica política subjacente e encontrar janelas de oportunidades para conquistar apoio de autoridades e figuras-chave no meio político, social e artístico. Reuniões e parcerias foram essenciais para aumentar a rede de proteção às juízas afegãs.

Para tanto, a AMB estabeleceu uma lista de ações independentes, que já foram implementadas em quase sua totalidade. Elas foram distribuídas em diferentes etapas, com o objetivo de tornar a tomada de decisão mais eficaz. Trata-se de uma visão meramente didática, que revela o esforço da AMB na acolhida humanitária.

Etapa I (angariar o apoio político)

Formulação de estratégias e tratativas para pleitear a concessão de visto humanitário e da autorização de residência para fins de apoio às juízas afegãs em território brasileiros.

Etapa II (acompanhar/monitorar a saída das famílias)

Agendar reuniões periódicas com UIM e IAWJ para monitorar a saída das juízas e familiares que obtiveram o visto. Articular com o governo brasileiro a comunicação com as embaixadas do Brasil e/ou missões diplomáticas próximas ao país (Islamabad, Teerã, Moscou, Ancara Doha e Abu

Dhabi) para livre conformação dos vistos eletrônicos e auxílio para cumprimento das regras sanitárias (por exemplo, exames, teste rápido ou PCR de Covid-19).

Etapa III (levantar e sistematizar dados importantes)

Realizar o mapeamento da rede de apoio, além da organização do fluxo de atendimento. O trabalho em rede tem como objetivo integrar as políticas sociais, na sua elaboração, execução, monitoramento e avaliação. O grupo de Acolhimento da AMB realizou um levantamento da rede local, formal e informal, para viabilizar o acesso das magistradas e dos seus familiares aos serviços e benefícios necessários para sua subsistência no país. Os órgãos públicos serão envolvidos para a criação de fluxo voltado ao melhor atendimento dos usuários acolhidos no Brasil.

Etapa IV (coordenar a rede apoio assistencial, financeiro e educacional)

Trata-se da concretização da acolhida humanitária. Nessa etapa haverá o monitoramento junto aos órgãos públicos para a inclusão em serviços e benefícios. Cabe pontuar que a acolhida inicial ocorreu na Escola de Defesa e teve como objetivo identificar as necessidades apresentadas pelas magistradas e os seus familiares. Após três meses de acolhimento provisório, a AMB traçou estratégias para que esses refugiados tivessem acesso a políticas públicas que lhes garantam a subsistência no país, de acordo com os seguintes eixos:

Eixo I: Acesso à assistência social, habitação e segurança.

Objetivo estratégico: Promoção do direito da população refugiada à assistência social, assegurando o acesso aos mínimos sociais e ofertando serviços de acolhimento e acesso a programas habitacionais, viabilizando o seu direito à moradia digna, seja provisória, de curto, médio prazo ou definitiva, observadas as atividades desenvolvidas no Afeganistão e os motivos que ensejaram a vinda das famílias para o Brasil.

Eixo II: Promoção do trabalho digno, além de qualificação profissional, de acordo com a língua e cultura pátrias.

Objetivo Estratégico: Fortalecimento do direito ao trabalho decente por meio da igualdade de tratamento e de oportunidades em relação aos demais trabalhadores, da inclusão dos afegãos no mercado de trabalho e do fomento ao empreendedorismo.

Eixo III: Acesso à educação integral, ao ensino de língua portuguesa para os afegãos e respeito à interculturalidade.

Objetivo Estratégico: Garantia do direito à educação a todas as crianças, adolescentes, jovens e pessoas adultas por meio do acesso, permanência e terminalidade na rede de ensino público.

Eixo IV: Acesso à saúde integral, moradia, lazer e esporte.

Objetivo Estratégico: Fomento do acesso à saúde culturalmente adequada para todas as famílias recepcionadas, independentemente de sua situação migratória e documental temporária, por meio do Sistema Único de Saúde do Brasil (SUS) e rede privada.

Etapa V (realizar o monitoramento e avaliação da política)

Realizar o mapeamento da rede de apoio, além da organização do fluxo de atendimento. O trabalho em rede tem como objetivo integrar as políticas sociais na sua elaboração, execução, monitoramento e avaliação.

Meios e Instrumentos (Factibilidade)

A AMB preocupa-se, também, com a factibilidade das ações planejadas, para que as metas expostas pudessem ser concretizadas em tempo hábil. A definição dos instrumentos e dos mecanismos mais adequados foi desenhada com base na disponibilidade de receitas, capacidade administrativa de execução, custos das operações, entre outros fatores.

Parcerias foram firmadas e doações foram recebidas para elevar a qualidade da política pública de acolhida humanitária. Para além disso, um staff foi designado para auxiliar em todas as etapas previstas neste Plano de Ação, desde a chegada do grupo de afegãos no Brasil até o apoio diário no alojamento coletivo, situado em Brasília.

Profissionais bilíngues, assistentes administrativos e equipes de limpeza foram organizados para executar as atividades necessárias. Do mesmo modo, a presidente, os diretores e os coordenadores permaneceram engajados na atuação externa, seja na articulação política, seja na busca por novos recursos humanos e materiais.

Atores envolvidos e o Arranjo Institucional

O processo de formulação e execução da política pública é complexo. Ele age de maneira pervasiva entre estruturas administrativas e normati-

vas. Diversos estágios técnicos e políticos fazem parte do fluxo de atividades planejadas e implementadas.

A definição dos atores e do arranjo institucional responsável pelo Plano de acolhida humanitária serve para estabelecer deveres e atribuições, com níveis diferenciados de responsabilidade no processo decisório de implementação das ações. A constância e consistência do Plano de Ação depende da capacidade de integração e articulação entre diferentes setores. A implementação de uma acolhida humanitária é multissetorial, dependendo de diferentes atores.

A AMB perfaz o ator central da política pública de acolhida humanitária porque realiza a articulação do arranjo institucional que permeia as ações previstas nesse Plano de Ação. Existem outros atores envolvidos e que possuem diferentes obrigações legais e já previstas no ordenamento jurídico brasileiro. Em alguns casos, foi necessária articulação política para a adoção de normas específicas.

AMB

- Articulação e coordenação de todo o Plano de Ação;
- Criar e gerir o Programa “Nós Por Elas”, com criação de dotação orçamentária e de recursos de comunicação;
- Fornecimento de alimentação (café da manhã, almoço e jantar);
- Fornecimento de materiais de limpeza e itens de higiene pessoal;
- Fornecimento de transporte para deslocamentos necessários (Van, Uber);
- Cuidados diários de todas as necessidades do grupo Afegão;
- Promoção e inserção no mercado de trabalho;
- Auxílio em todas as questões migratórias;

OIM

- Estabelecimento das diretrizes correlatas e apoio técnico para continuidade da ação

UIM / IAWJ

- Definir os benefícios da política e coordenar a retirada das famílias do Afeganistão, além de custear as passagens aéreas;
- Manter contato com a AMB para solucionar eventuais problemas no processo migratório e de acolhimento.

Governo Federal / MRE

- Articulação internacional e autorização de entrada dos imigrantes (visto humanitário)

Ministério da Defesa / ESD

- Oferta de alojamentos coletivos (1 por família), com frigobar, mesa, quarto com armários e banheiro (Anexo I);
- Garantir a segurança do grupo acolhido;
- Oferecer ambientes de lazer e esporte localizados no alojamento.

Polícia Federal

- Regularização documental, registro de Estrangeiro / solicitação de refúgio.

Receita Federal

- Emissão de números de CPF

Banco do Brasil

- Promover a bancarização do público-alvo;
- Promover campanhas de marketing para incentivar doações por meio de PIX
- Abertura da Conta 'nós por elas' pela Fundação Banco do Brasil e gestão das doações recebidas;

Governo do Distrito Federal

- Oferta de apoio para serviços de assistência social (CRAS), apoio para emissão de documentos distribuição de medicamentos/vacinas pelo SUS;
- Emissão dos cartões de vacinação.
- Vacinação de todos os Afegãos;



Escaneie o QR Code e confira os resultados obtidos pelo Plano de Ação Humanitária da AMB.

Capítulo 10

Iniciar do zero: a vida em nova rota



Abruptamente, o grupo de 26 pessoas deixou o Afeganistão para buscar refúgio no Brasil a fim de encontrar dignidade, valor imensurável para quem foi cerceado do direito de ser livre. No país, onde há pluralidade de raças e culturas diversas, gente de outros lugares estão em convivência com esta nação, que tem aberto as portas para o mundo – 121 nacionalidades estão aqui, as quais formam uma população de 63.783 indivíduos reconhecidos como refugiados. Os dados são da ACNUR, atualizados em outubro de 2022.

A AMB e as juízas islâmicas se cruzam numa história inédita de superação e inauguram um novo modelo de ajuda humanitária no mundo. Maryam* e outras seis magistradas, juntamente com os seus familiares, seguem novos caminhos, que só o renascimento é capaz de oferecer a pessoas que tiveram a segunda chance de viver. Não se trata de começar de novo. É iniciar do zero, em outra rota. A nova cultura é totalmente distinta de tudo o que conhecem. O inglês é o ponto em comum dessas mulheres com uma parte do Ocidente. De todas que vieram para o país, algumas delas têm a fluência do idioma e ninguém falava absolutamente nada de português.

Em face de um cenário desafiador, a Associação fez a ponte que liga ao futuro acolhedor dessas afegãs ao pensar em detalhes mínimos, que constroem uma travessia segura. A dedicação dos colaboradores da entidade mostra a empatia, a disponibilidade de se colocar no lugar do outro. A pergunta central que permeou o trabalho da equipe foi: “E se eu passasse por isso, o que eu gostaria que fizessem por mim?”. A partir desse questionamento legítimo, todas as ações passaram pelo crivo da solidariedade sob a ótica altruísta.



Chegada dos grupos de afegãos a Brasília - DF.

A chegada do grupo de afegãos à Capital Federal fez parte da terceira etapa da operação de resgate, como mais uma peça fundamental para edificar o presente e o amanhã, que ainda é tão provocante. A partir da criatividade dos envolvidos, um novo campo fértil de ideias abriu-se para quem crê em novas possibilidades. Desafio proposto: como transformar uma escola em um alojamento acolhedor para os hóspedes islâmicos?

O Ministério da Defesa fez das dependências do campus de sua Escola Superior (ESD) em Brasília – DF um espaço privativo para cada família. Com sensibilidade, a AMB transformou o ambiente em um lugar confortável. A delicadeza da Associação ao atender as especificidades culturais marcou o momento de forma especial.

Além dos alojamentos, as famílias puderam desfrutar das áreas de lazer, compartilharam o refeitório e utilizaram salas para atividades pedagógicas. A Associação nomeou o tradutor Leandro Araújo como tutor responsável por cuidar diretamente das necessidades dessas pessoas, além do apoio de um

preposto pertencente ao quadro da própria ESD, encarregado de atender as solicitações estruturais relacionadas ao local. O coronel Mauro Henrique Monsanto da Fonseca e Souza, subcomandante da ESD do campus de Brasília, comentou os desafios da época.

“Inicialmente, nossa preocupação foi em relação ao nosso alojamento, que não possui um serviço de hotelaria e não era adequado para uma permanência mais duradoura. Aliado a isso, tínhamos outras preocupações com relação à segurança, pois a gente não sabia em que situação elas estavam chegando ao Brasil e qual tipo de ameaças elas poderiam receber (...). Mas ficou bem claro que a AMB tinha um planejamento e um plano de trabalho bastante organizado, o que nos deixou bem tranquilos. A estadia delas foi bastante agregadora, no sentido de que nós podemos ver toda essa evolução do planejamento, ou seja, as famílias começaram a compartilhar o ambiente da escola de forma normal e segura”.

Aos poucos, a vida dos nativos afegãos ganha novos contornos. Uma difícil fase para se adaptar às peculiaridades do Brasil, as quais contrastam com a singularidade dos países mulçumanos. Maryam* convive com a saudade de tudo e de todos e de um tempo que se esvaiu. O afeto do povo brasileiro tem nutrido a saúde emocional de quem saiu do Afeganistão apenas com a roupa do corpo.

– Eu tive depressão ao sair do meu país. O povo brasileiro é muito amoroso. Quando chegamos aqui, a sensação era de que estávamos em família. A AMB é a nossa grande família. Eu me sinto segura aqui.

Nos primeiros meses dos afegãos no Brasil, a Associação supriu as necessidades básicas primordiais; refeições diárias, produtos de higiene pessoal, fraldas e suplementação alimentar para as crianças.



Almoço no alojamento da Escola Superior de Guerra, localizada em Brasília-DF.

A coordenadora executiva da Escola da Magistratura (ENM), Marcela Bocayuva, também auxiliou na construção do Plano de Ação Humanitária da AMB.

– Desde o primeiro momento em que a Dra. Renata gentilmente me fez o convite para desenvolver o Plano de Ação, eu já comecei a visualizar isso tudo acontecendo de trás para frente, sem saber o dia e a hora que elas iam chegar. Até que um dia estávamos em uma reunião na Casa Civil e nós recebemos comunicados de que elas estavam chegando. Eu e a Dra. Julianne fomos ao aeroporto com a roupa do corpo, achando que íamos ficar só um dia, e ficamos quatro. Aquela primeira imagem delas chegando parecia coisa de filme. Foi impressionante, parece realmente uma história de cinema, tudo que a gente desenhou e escreveu a gente conseguiu realizar, é uma emoção muito grande, eu chorei muito. Eu pensei: ‘Deus, temos uma vida tão maravilhosa e não nos damos conta!’. Depois daquele dia eu entendi que a gente precisa ser livre. Aquele momento marcou a minha vida e eu percebi que precisamos mesmo é lutar para que outras mulheres sejam

livres, independentemente da religião, escolha sexual, escolha matrimonial ou profissional.

Na sala da minha residência, eu tenho um quadro que uma delas fez para mim, com o significado de liberdade. Ela fez esse quadro desenhado à mão como representação de como ela se sentiu livre após o nosso resgate. Foi um dos maiores presentes que eu ganhei na minha vida, poder dar a vida e a liberdade para alguém, uma das experiências mais incríveis que eu já vivi no sentido de realmente entender o nosso poder de ação.

A gerente administrativa da AMB, Flaviana dos Santos, contou como conduziu o processo de acolhimento a refugiados com o apoio dos colaboradores da AMB.

– Eu tentei me colocar muito no lugar delas, pensando o que eu poderia comprar, além de algo básico, que passasse para elas um carinho, uma atenção. Eu fui refletindo sobre a cultura delas, do que elas gostavam, porque não havia como não criar uma conexão e não se humanizar com a situação delas. Nesse contexto, reuni uma equipe de seis pessoas da AMB e fomos a mercados, lojas de roupas, cama mesa e banho. Tinha a questão das crianças e o que fazer para agradá-las, então a gente comprou ursinho de pelúcia, compramos uma orquídea para colocar em cada quarto. Nós paramos tudo o que estávamos fazendo e a equipe toda estava na mesma sintonia solidária.

A coordenadora de Comunicação da AMB, Carollina Vieira Andrade, acompanhou toda a operação e as rotinas dos refugiados afegãos.

– A dor dessas mulheres afegãs nos remete à profunda conexão com os nossos medos – imagine ser obrigada a abandonar o resto da família, a casa, a tão sonhada carreira profissional, os amigos, o aconchego da vida.

Quando as vi no Aeroporto Internacional de São Paulo, eu pude acompanhar de perto o primeiro contato delas com uma cultura totalmente distinta – a brasileira. Nada nos assemelha com os afegãos. Afortunadamente, a ponte que nos liga é a compaixão. São refugiadas no Brasil para seguir novos caminhos, que só o renascimento é capaz de oferecer a pessoas que tiveram a segunda chance de viver. Não se trata de começar de novo, é iniciar do zero, em outra jornada. Eu sou grata por ter sido suporte nesse acolhimento prazeroso, o meu vínculo com essa história não é de trabalho. É de afeto. Marcela e eu levávamos lanches – bolos, salgados, docinhos para as crianças. Era o momento de ouvi-las. Trato todas as juízas refugiadas como se fossem parte da minha família. Desejo às afegãs felicidade, que é algo tão caro na vida.

A força-tarefa dos colaboradores da AMB uniu um time de profissionais de todas as áreas para trabalhar com afinco no atendimento aos refugiados. Uma oferta de sensibilidade, empatia e comprometimento em auxiliar as magistradas e seus familiares nesse novo começo de vida.

Sob a coordenação da secretária-geral da AMB, Julianne Freire Marques, da diretora da AMB Mulheres, Maria Domitila Manssur e da coordenadora executiva da Escola Nacional da Magistratura, Marcela Bocayuva, toda a execução do Plano de Ação Humanitária somente foi possível graças ao empenho das seguintes pessoas, as quais a Associação fez questão de deixar registradas como forma de honrá-las e de agradecê-las publicamente. Em ordem alfabética:

Colaboradores da AMB: Alessandra Malta (Eventos), Carlos Ivan Coelho de Oliveira (Garçom), Carollina Vieira de Andrade (Comunicação), Diego Felix de Moraes Oliveira (Motorista), Fábio Brandt (Imprensa), Flávia Nogueira Guimarães Ferraccioli (Secretaria da Presidência), Flaviana Lopes Martins dos Santos (Gerente Administrativa), João Luiz Ribeiro Viana (Se-

tor de passagens), João Eduardo Alcantara Videira (Social Media), Josivaldo Andrade (Motorista), Kennedy Silva (Comunicação), Leandro de Freitas de Araújo (Tradutor), Lucas Borges Camilo (Comunicação), Lucélia Regina Terra Ribeiro (Pedagoga da ENM), Rafael Gonçalves Fernandes (ENM), Renata Moura Pereira dos Santos (Eventos), Ricardo Oliveira (Motorista), Rivyanne Gomes de Araújo (Secretaria-Geral), Sara Souza Rodrigues (Secretaria- Geral), Shirley Costa Monteiro da Silva (Secretaria-Geral), Thainá Silva de Moraes (Secretaria da Presidência), Tania Pereira dos Anjos (Auxiliar de Serviços) e Telmo Fadul (Imprensa). Grande parte da equipe da AMB se dedicou de forma quase integral aos afazeres relacionados ao resgate.

Refugiados documentados:

O sentido de pertencer à nação é expressamente manifesto na nova documentação civil. Os refugiados reconhecidos no Brasil têm direito a receber a Carteira de Registro Nacional Migratório (antigo Registro Nacional de Estrangeiros – RNE), a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), um Número de Identificação Fiscal Individual, chamado de Cadastro de Pessoa Física (CPF), e um documento de viagem (passaporte).

Os solicitantes de refúgio têm direito a obter o Protocolo de Solicitação de Refúgio, válido por um ano e renovável pelo mesmo período, ao Documento Provisório de Registro Nacional Migratório (DPRNM), a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e a um Número de Identificação Fiscal Individual (NIF).

Uma providência importante foi regularizar a situação das juízas e de seus familiares junto à Delegacia de Imigração (DELEMIG). O secre-

tário-adjunto de Relações Internacionais da Associação dos Magistrados Brasileiros, Walter Barone, e a secretária-geral da AMB, Julianne Freire Marques, acompanharam o grupo durante um dia inteiro na sede da Polícia Federal com o objetivo de auxiliar na retirada da documentação necessária para residir, trabalhar e estudar no Brasil normalmente. Posteriormente, a carteira do Registro Nacional Migratório foi entregue a cada um deles, na sede da ESD.

Segundo a magistrada, a documentação do grupo foi uma das prioridades atendidas no processo de acolhimento.

“Nós tínhamos que resolver a documentação dessas pessoas. O Brasil tem muita burocracia. Nós precisávamos que as juízas e seus familiares tivessem CPF, por exemplo. Quem não tem não faz nada, praticamente, no país”.

Após portar os documentos pessoais, outro passo fundamental foi a inclusão linguística dos refugiados adultos por intermédio de curso proposto por Lucia Maria de Assunção Barbosa, professora de Português para Estrangeiros (PLE) da Universidade de Brasília e coordenadora da Cátedra “Sérgio Vieira de Mello” (ACNUR). A AMB aderiu à proposta do curso e contratou a professora Ingrid Sinimbu para ofertar aulas de Língua Portuguesa para estrangeiros. Mestre em Linguística Aplicada e especialista na área de Português como língua de acolhimento, Ingrid ministrou aulas por três meses e conta que teve que elaborar um material específico para atender às necessidades do grupo, na ausência de um manual corrente para idiomas raros.

Conforme lembra Ingrid Sinimbu:

“A língua também é uma forma de acolher. No caso das afegãs, a



Famílias afegãs durante as aulas de português.

gente tinha dificuldade de lidar com uma língua tipologicamente distante do português, que é o dari. Então, as aulas eram basicamente em inglês-dari, dari-português, nesse tripé. Nós tínhamos uma sala de aula muito boa e uma equipe que cuidava dessas pessoas. Então, elas já chegavam lá com todas as necessidades atendidas, o que não acontece muitas vezes nesse contexto de refúgio. As crianças recebiam o apoio de um casal de voluntários, que foi essencial para que as aulas corressem bem. Pelo tempo e pelas circunstâncias, eles receberam o que eu chamo de uma espécie de sensibilização à língua portuguesa. Você via no olhar deles que tinha dias que não fluía porque estavam muito abalados. Ao final do curso eu passei um questionário para eles e muitos se abriram sobre seus anseios de ainda terem os familiares no Afeganistão e temerem por suas vidas. De toda forma foi muito bom e eles participaram, eram agradecidos e carinhosos, mesmo com todos os atravessamentos emocionais e psicológicos. Uma aluna se lamentou por querer me dar um presente e não ter condições financeiras para isso”.

Para garantir a tranquilidade durante o curso, enquanto os pais assistiam às aulas, um casal de voluntários cuidava das crianças afegãs em uma

sala separada, a qual tornou-se uma creche improvisada. Foram ofertas de tempo, doações feitas por pessoas que se conectaram com a causa de salvar vidas e inseri-las na cultura local. São atitudes que desabrocham as flores da solidariedade, as quais revelam a benevolência do povo brasileiro.

Mais um passo importante para a inserção das afegãs à cultura: o cardápio. Foi solicitado ao restaurante terceirizado da ESD para fazer adaptações no menu, em respeito aos costumes e restrições alimentares do grupo. A carne vermelha e de porco foi substituída pelo aumento da variedade de legumes, verduras e pães.

A AMB chegou a buscar fornecedores de alimentos halal – que seguem os princípios de cultivo, abate e preparo definidos pela lei islâmica –, mas, a princípio, não encontrou fornecedores disponíveis para pronta entrega em Brasília. Eles tinham uma preocupação de dizer aquilo que não comiam no sentido de não desperdiçar os alimentos ofertados, demonstrando uma atitude bastante consciente.

Com o intuito de reestabelecer uma rede de conexão com a cultura mulçumana e as práticas religiosas do grupo, a AMB entrou em contato com a Mesquita do Centro Islâmico de Brasília, a única do Distrito Federal, e passou a fornecer transporte semanal para que as famílias afegãs pudessem frequentar as orações nas tardes de sextas-feiras.

Todas as atividades internas e externas têm o auxílio de tradutor de língua inglesa. O brasileiro Leandro Araújo acompanha a rotina do grupo afegão. Um espaço de aprendizado mútuo foi construído a partir de uma mola-mestre – a dignidade. Conforme ele diz:

– Eu aprendi muito mais com eles do que propriamente ensinei ou ajudei. Elas me ajudaram muito também.

Capítulo 11

*Nós por Elas: a inauguração de um novo modelo
de ajuda humanitária no mundo*

A Associação dos Magistrados Brasileiros lançou o *“Nós por Elas”* para viabilizar a acolhida de juízas afegãs e de seus familiares em território brasileiro. A iniciativa da entidade é fundamentada no Plano de Ação Humanitária da AMB.

O Banco do Brasil (BB) é uma das principais instituições parceiras do programa. O BB disponibilizou uma chave Pix para receber doações que são destinadas a esses cidadãos afegãos na condição de refugiados no Brasil, que podem ser feitas usando o e-mail pix.nosporelas@fbb.org.br como chave de identificação.

A Associação também criou o “Selo Humanitário da AMB” para estimular a participação de instituições e da sociedade civil organizada com doações para o fundo do programa.

“Nós estamos lançando uma grande campanha – *‘Nós por Elas’*. Nós temos um compromisso solidário de fazer com que essas famílias retomem suas vidas”, disse Renata Gil. A presidente da AMB destacou que a campanha inaugura uma nova era no país. “Fomos o primeiro país a atuar dessa forma diplomática com toda a cautela e a coragem de enfrentar esse desafio”, afirmou.

“Nós abrimos uma conta que vai receber doações para essas famílias. A Fundação está doando de largada 100 mil reais para ajudar essas pessoas que acabaram de chegar ao Brasil. O Banco do Brasil está honrado em participar”, anunciou o presidente do Banco do Brasil, Fausto de Andrade Ribeiro.



Lançamento do programa "Nós por Elas" na sede da AMB.



Presidente Renata Gil, e presidente do banco do Brasil, Fausto de Andrade Ribeiro.



Autoridades do executivo, legislativo e judiciário.

Com a colaboração da Receita Federal, que agilizou a regularização da situação fiscal dos emigrados, por meio da emissão do registro de Cadastro de Pessoas Físicas, o banco também pôde abrir contas individuais para todas as juízas e seus respectivos familiares em idade adulta, além de realizar ações de marketing incentivando os correntistas a apoiarem a iniciativa. O fato de a arrecadação da campanha ser gerenciada pela Fundação Banco do Brasil – uma instituição sem fins lucrativos, devidamente fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União – confere maior segurança para os doadores.

Destaca-se que o primeiro aporte financeiro externo para a campanha foi ofertado pela Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris). A segunda colaboração significativa foi disponibilizada pelo juiz Guilherme Lopes Alves Lamas, da 2ª Vara Criminal de Limeira – SP, que destinou verba para o projeto com recursos provenientes das penas pecuniárias arrecadadas pelo Foro. No alvará que fundamentou sua decisão, o juiz destacou que o repasse cumpriu o requisito legal de que as verbas fossem destinadas a entidades públicas ou privadas “com finalidade social” e lembrou que os propósitos da campanha estavam alinhados com os princípios constitucionais de “prevalência dos Direitos Humanos, defesa da paz e colaboração dos povos para o progresso da humanidade”.

A ministra do Superior Tribunal Militar, Maria Elizabeth Rocha, comentou a importância da iniciativa da AMB para o mundo.

“O nosso dever é estender as mãos para quem precisa. Humanidade não tem pátria. No jazigo de Oskar Schindler tem uma frase: ‘Quem salva uma vida, salva o mundo’. Minhas palavras são de gratidão a Renata Gil pela sua coragem e a sua bravura. Todos unidos com esse gesto humanitário salvamos o mundo, de certa maneira”.

Participaram da cerimônia de lançamento da campanha, realizada na sede da AMB, o diretor do Departamento de Imigração e Cooperação Jurídica do Ministério das Relações Exteriores, André Veras Guimarães; o representante da Casa Civil do Governo Federal, Tarcísio Franco; a ministra do STM, Maria Elizabeth Rocha; o representante do Ministério da Defesa, general de Brigada Josias Pedrotti da Rosa; o presidente do Banco do Brasil, Fausto de Andrade Ribeiro, a secretária de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, Marcela Passamani, e duas das juízas afegãs, representando o grupo.

Nós por Elas e os Direitos Fundamentais

Para começar a vida em qualquer lugar, os direitos fundamentais são a base da dignidade humana. A partir dessa premissa, os emigrados correm rumo aos seus sonhos em condições honrosas.

Para além da contribuição financeira, a AMB buscou ajuda na tentativa de assegurar os direitos humanos fundamentais do grupo, como o acesso à assistência social, saúde, educação, transporte, habitação, segurança e documentação básica, avanços importantes para o processo de reintegração social dos emigrados, dispostos nos Eixos do Plano de Ação Humanitária desenvolvido pela entidade.

Nesse sentido, a AMB providenciou o imediato registro dos afegãos no Cadastro Único para o recebimento dos auxílios de transferência de renda concedidos pelo Governo do Distrito Federal e pelo Governo Federal (Auxílio Brasil). Além disso, viabilizou a obtenção do cartão para transporte coletivo, a disponibilização de vans para as atividades programa-

das pela Associação, garantindo a locomoção facilitada do grupo nas tarefas cotidianas.

Em termos de assistência médico-hospitalar, a entidade também assegurou a oferta de medicamentos pagos e gratuitos. A AMB intermediou o registro de todos os afegãos no Sistema Único de Saúde (SUS) mediante emissão das carteiras individuais e atualização do quadro vacinal.



Vice-presidente de relacionamento e operações da Qualicorp, Pablo Meneses, e a presidente da AMB, Renata Gil. Foto - Lucas Borges

Plano de Saúde e odontológico

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e o Grupo Qualicorp firmaram o Acordo de Cooperação que garante plano de saúde às magistradas afegãs e seus familiares. O convênio foi assinado em outubro de 2021.

A presidente da AMB, Renata Gil, comemorou a conquista.

– Mais uma vez, muito obrigada à Qualicorp por acreditar na nossa história, por acreditar que eles chegariam aqui. Esses parceiros todos acreditam na nossa entidade e, hoje, a gente está concretizando mais esse passo importante na vida deles.

Depois de oficializada a parceria, houve a entrega das carteirinhas. O grupo conta com assistência médica em todo o país, sem nenhum custo e carência. Conforme garantiu o vice-presidente de Operações & Relacionamento do Grupo, Pablo Meneses:

– Dentro dessa gratidão que nós da Qualicorp temos a vocês, nós temos o orgulho de dizer que, a partir desta data, sem nenhum tipo de limite, sem nenhum tipo de carência, vocês vão ter acesso aos melhores hospitais e aos melhores médicos que nós temos no Brasil.

Além da adesão ao plano, Pablo Meneses reservou para o momento da solenidade o anúncio de uma outra iniciativa.

– Quero me colocar à disposição não só para questões de saúde, mas também para fazer uma contribuição. Eu quero aqui anunciar que nós vamos fazer uma contribuição para ajudar essas famílias, para que possam aqui ter um novo começo e saber que o Brasil precisa de vocês. A gente conta com vocês, porque o Brasil é um país maravilhoso, é um país acolhedor, mas que precisa de pessoas como vocês, porque vocês são um exemplo para nós.

O representante da Polícia Federal, delegado Felipe Coca, também esteve presente na cerimônia. Ele disse que a AMB tem estrutura e condições para adotar os procedimentos que garantam a legalização do grupo no Brasil, bem como a segurança.

“O nosso interesse é preservar suas vidas, assim como as vidas dos brasileiros. Para nós, é tão importante cuidar da vida do brasileiro como cuidar da vida de vocês que chegaram ao Brasil. Vocês são muito bem-vindos ao país”.

Todos esses acordos foram celebrados de forma célere, o que garantiu um atendimento rápido às pessoas que estavam com saúde em risco. Em razão do convênio, uma das juízas, que sofre de cardiopatia grave, pôde pleitear o fornecimento de um medicamento de alto custo junto ao SUS, e a AMB está custeando o remédio até que o processo seja aceito.

Graças a esse acolhimento da AMB, uma juíza afegã, após a realização de alguns check ups, precisou ser internada em uma Unidade de Terapia Intensiva por vários dias e recebeu todo o atendimento necessário.

Além disso, uma criança do grupo enfrentou um imprevisto, ao ter que ser submetida a uma biópsia a fim de investigar uma suspeita de câncer.

Com a cobertura do plano de saúde, uma das refugiadas deu à luz a um bebê com todo o suporte e segurança.

Esses são os reflexos da eficiência do Plano de Ação Humanitária, que tem sido cumprido com bastante êxito.

Acesso à cultura

Atividades de entretenimento também foram pensadas pela AMB, que contou com o apoio da Orquestra Sinfônica Brasileira (OSB) e do Centro Cultural do Banco do Brasil. Esse campo artístico oferece aos emigrados um mergulho na cultura local e os permite também dialogar sobre os costumes brasileiros.

Um recorte dessa experiência pode ser vista quando as magistradas e seus familiares puderam assistir à apresentação virtual da OSB, realizada na sede da Associação, em Brasília – DF.

O vídeo faz parte da série “A OSB do Brasil” e faz uma viagem pela música tradicional brasileira. Com participações de Ivo Meirelles e Jongo da Serrinha, o espetáculo teve regência do maestro Roberto Tibiriçá.

Além da apresentação virtual, representantes da Orquestra se colocaram à disposição para dar aulas de música para as crianças filhas das juízas afegãs. A diretora da AMB Mulheres, Domitila Manssur, que acompanhou a apresentação, contou sobre a importância de ações como essa, que fazem parte da campanha “Nós Por Elas”.

“A apresentação virtual da orquestra faz parte da atuação da AMB para que as juízas e os familiares se sintam acolhidos. E a OSB também está envolvida no movimento internacional de apoio à população afegã”, ressaltou.

Também estiveram presentes a secretária-geral da AMB, Julianne Freire Marques; a diretora de Política Institucional e de Apoio para Magistrados e Filhos com Necessidades Especiais, Elbia Rosane Souza de Araújo; e a coordenadora da ENM, Marcela Bocayuva.

Afegãs na cultura brasileira

O Centro Cultural Banco do Brasil disponibilizou apresentações e cursos musicais para o grupo afegão. O CCBB organiza visitas a exposições e promove variados eventos. A instituição também criou uma biblioteca virtual para as pessoas que desejam conhecer a cultura e a sociedade islâmica por meio da montagem de acervo temático on-line. São livros, artigos científicos e material didático sobre a cultura, a história, a culinária e a ciência jurídica do Afeganistão.

As mestres afegãs

O sonho de voltar à ativa, o desejo de compartilhar as experiências vividas dentro do Sistema de Justiça afegão: esses são alguns dos anseios das juízas, os quais foram atendidos pela Escola Nacional da Magistratura (ENM). Por meio do programa “Nós por Elas”, a ENM realizou o seminário “Justiça no Afeganistão: uma perspectiva sobre Poder Judiciário e democracia”.

O evento ocorreu de forma híbrida, com o objetivo de arrecadar valores a serem revertidos integralmente para as magistradas que fugiram do Afeganistão para o Brasil.

De acordo com a presidente da AMB, Renata Gil, é grande a satis-

fação de ajudar na organização de um seminário feito pelas juízas afegãs no Brasil.

Isso tudo foi preparado com muito carinho por essas magistradas, que sentiram desejo de retribuir o carinho recebido no Brasil. Pela primeira vez tivemos a oportunidade de ouvir delas sobre como lidaram com toda essa situação e como funciona o Sistema de Justiça afegão. Tenho muito orgulho de poder ajudar essas mulheres”.

A presidente da Associação acrescentou ainda:

– São juízes e juízas que lutaram contra o Talibã e contra o sistema. Por isso tiveram que sair das suas casas, deixar familiares e ficar escondidos. Agora temos responsabilidade por essas vidas. Não há um procedimento legal que a AMB não tenha providenciado a eles. Posso dizer que a operação foi um dos maiores planos humanitários do mundo.

O diretor da ENM, desembargador Caetano Levi, ressaltou que a Escola se orgulha e aplaude de pé a AMB pelo trabalho ímpar e pioneiro de uma Associação que salva, literalmente, a vida de magistrados e magistradas. Para ele, o evento reforça o pioneirismo e a solidariedade da Escola Nacional da Magistratura.

– O seminário, organizado com todo o carinho pelas juízas afegãs, vem na senda do que a ENM tem procurado caminhar e imprimir nessa gestão. É sempre oportuno que nós aprendamos com outros países como funciona a sua ordem jurídica nesta missão de distribuir a justiça.

De acordo com o secretário-adjunto de Relações Internacionais da AMB, Walter Barone, o evento traz à luz a realidade jurídica do Afeganistão. Ele disse ainda que a operação de resgate das juízas afegãs, liderada pela presidente da AMB, é um caso de sucesso.

“Essa campanha de acolhimento já é um modelo a ser seguido por outros países”.

Também compuseram a mesa de abertura do evento a diretora da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), desembargadora Cristina Tereza Gaulia, a diretora da AMB Mulheres, Domitila Mansur, e a secretária-geral da AMB, Julianne Marques.

Seminário

As juízas afegãs acolhidas pela AMB palestraram no seminário “Justiça no Afeganistão: uma perspectiva sobre Poder Judiciário e democracia”. As palestrantes abordaram temas como a atual Constituição do Afeganistão, o funcionamento do Sistema de Justiça afegão, as questões sociais no país e a aplicação dos direitos fundamentais.

As magistradas também falaram sobre o histórico da retomada de Cabul pelo Talibã e a situação atual dos afegãos sob o comando do grupo fundamentalista. Elas responderam ainda perguntas dos participantes. Um dos questionamentos feitos foi sobre as dificuldades enfrentadas por elas e seus familiares na fuga do país de origem após a chegada do Talibã ao poder.

“Nós estávamos julgando os casos de acusações contra membros do Talibã. Quando tomaram o governo, liberaram presos que haviam sido condenados por muitas de nós. Então, sofremos muitas ameaças. Por isso tivemos que fugir do Afeganistão e deixar tudo para trás, como casa, família e amigos”.

Desde março de 2022 as juízas iniciaram o ciclo de palestras “Nós

por Elas – Entre Histórias, Memórias e o Sistema de Justiça e Democracia no Afeganistão”, que já foi apresentado no Tribunal Regional do Trabalho da 14ª região (TRT-RO/AC), na Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 13ª região (AMATRA-PB), na Associação Paulista de Magistrados (APAMAGIS), na Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) e no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), entre outros.



Seminário "Justiça no Afeganistão: uma perspectiva sobre Poder Judiciário e democracia" realizado na sede da AMB.

Espaço das Afegãs



Presidente Renata Gil e secretária-geral da AMB, Julianne Freire Marques, na inauguração do Espaço das Afegãs.

De forma rápida, a AMB tem devolvido a dignidade a essas juízas, o programa “Nós por Elas” tem atingido sonhos ousados em parceria com grandes empresas. Em agosto de 2022, foi inaugurado o “Espaço das Afegãs” – o Sustainable Humanitarian Empowerment (SHE) –, no escritório de advocacia M.J. Alves e Burle, em Brasília – DF. O local foi criado especialmente para que as juízas afegãs possam auxiliar outros refugiados que estão sob risco de morte e executar ações voltadas ao melhor acolhimento de outros estrangeiros no território brasileiro. O ambiente foi decorado e adequado também às necessidades religiosas dessas mulheres.

“Esse sonho se tornou realidade em razão de uma grande conjunção de esforços do governo brasileiro, que colocou a Casa Civil à disposição, o Legislativo e o Judiciário, além de outros parceiros incansáveis que auxiliaram na elaboração do plano de resgate das juízas. Conseguimos fazer tudo de forma sigilosa para garantir a segurança delas e de seus familiares. Para

isso, a gente construiu uma política pública verdadeira, com todos os seus elementos”, ressaltou a presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Renata Gil.

Segundo o fundador do M.J. Alves e Burle, Marcos Joaquim Gonçalves Alves, “a abertura do SHE representa sustentabilidade, trabalho humanitário, empoderamento de mulheres e refugiados dentro de um mundo global que precisa do amparo de todos nós, para que essas pessoas sejam acolhidas da forma correta no Brasil e em outros países”.

Magistratura mais humana

A Associação, em suas diretrizes programáticas, não se restringe à ideia corporativa dos direitos e garantias da carreira como expressão necessária e garantidora da República, da Federação e da Democracia. Suas pautas humanitárias têm criado um novo desenho institucional com dimensões mundiais. O acolhimento às magistradas afegãs demonstra a solidariedade entre os povos brasileiros e afegão, com o acréscimo da defesa da mulher em sociedade e de seu direito de partilhar do exercício dos Poderes estatais.

A ação em prol dos refugiados revela a sensibilidade da Magistratura com as causas humanitárias e com a efetivação dos Direitos Humanos Fundamentais. A AMB tem atuado na construção de uma Judicatura capacitada, aprimorada, reconhecida e comprometida com democracia substancial e fraternal, lembrando que suas garantias constitucionais não decorrem da experiência individual de cada um, mas são expressão do próprio Poder Judiciário, garantidor da paz social, são juízes como seres pacificadores sociais.

Essa iniciativa da AMB tem o prestígio de diversas autoridades. Uma delas é o ministro Reynaldo Soares da Fonseca (STJ), associado à AMB há 30 anos. Ele entrou para o associativismo em prol das lutas na perspectiva de realização dos Direitos Humanos. Esse era o começo de um caminho que influenciou o jovem juiz a tornar-se um dos maiores estudiosos e entusiastas do Brasil sobre o Direito da Fraternidade. Haja vista a sua trajetória como magistrado, ele destacou a importância das iniciativas humanitárias da Associação na construção do diálogo com os Poderes e com a sociedade civil. São ações que expressam o novo olhar do Constitucionalismo Fraternal ou Global.

– A fraternidade pode constituir a chave por meio da qual podemos abrir várias portas para a solução dos principais problemas hoje vividos pela humanidade em termos de liberdade e igualdade. Aplausos às ações humanitárias da AMB.

A presidente da AMB, Renata Gil, foi premiada na categoria Mundo, do Prêmio Faz Diferença, do jornal O Globo. A magistrada inaugurou um novo modelo de ajuda humanitária no país com o resgate de juízas afegãs e de seus familiares após a retomada do regime Talibã no poder. A juíza tornou-se uma personalidade importante no enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil e no exterior.

Renata Gil foi destaque na lista de indicados ao Prêmio como a primeira mulher presidente em 70 anos de história da AMB e que teve papel fundamental na vinda ao Brasil do grupo de juízas afegãs, ao realizar várias tratativas para agilizar a concessão de visto pelo governo brasileiro para a realização da acolhida humanitária.

Repercussão mundial

Prêmio O Globo



Presidente recebe prêmio das mãos da diretoria do jornal O Globo.



Crédito: Alexandre Cassiano/ Agência O Globo.



Rainha Silvia e a presidente da AMB juntas pelas causas femininas na Suécia.

Nós por Elas na realeza europeia

O impacto das ações humanitárias realizadas pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) chegou até a realeza europeia. A presidente da AMB, Renata Gil, esteve em Estocolmo, onde apresentou o trabalho da entidade à rainha Silvia, da Suécia. O resgate das juízas afegãs e a Campanha Sinal Vermelho foram os principais temas da conversa entre elas, além dos projetos sociais da fundação da rainha.

Ativista social e fundadora do World Childhood Foundation, ou simplesmente Childhood, a rainha Silvia é, inclusive, uma das precursoras do sistema de depoimento especial, que hoje é adotado nos tribunais brasileiros.

Conforme comentou Renata Gil:

“Ela se mostrou muito impressionada com o trabalho e preocupada com a questão das mulheres no mundo inteiro. Sabemos que a violência doméstica está totalmente vinculada aos direitos da infância. Nós consideramos que esse apoio é um braço muito importante, tanto no cenário internacional quanto no nacional, e que traz uma repercussão muito positiva para o trabalho de combate à violência contra a mulher”.

Silvia possui origens brasileiras e é casada com o rei Carl XVI Gustaf. Ela nasceu em Heidelberg, na Alemanha, em 1943. É filha de um alemão com uma brasileira e chegou, inclusive, a viver no Brasil por dez anos durante a infância. Hoje, aos 78 anos, tem três filhos: a princesa Victoria, herdeira do trono sueco, o príncipe Carl Philip e a princesa Madeleine.

Sobre a World Childhood Foundation

Em 1999, a rainha fundou a World Childhood Foundation, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que tem como objetivo promover melhores condições de vida e de defesa do direito das crianças contra a pobreza e o abuso sexual. Atualmente, a instituição está presente em 14 países, inclusive no Brasil, onde apoia mais de 100 programas e projetos por meio de parcerias com empresas privadas, sociedade civil e governos. Apesar de não atender às vítimas diretamente, a entidade oferece informação, soluções e estratégias para a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes.



Presidente Renata Gil, secretário-geral do IDEA, Kevin Casas-Zamora, e ministro Dias Toffoli (STF).

IDEA e AMB

A presidente da AMB, Renata Gil, tem rodado o mundo ao ser convidada para compartilhar as experiências com o desenvolvimento do programa “*Nós por Elas*”. O Instituto Internacional de Democracia e Assistência às Eleições em Estocolmo, capital da Suécia, desejou conhecer a magnitude do plano de resgate.

A independência judicial no Brasil e as campanhas da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) foram temas da reunião realizada em Estocolmo (Suécia), entre a presidente da entidade, Renata Gil, e o secretário-geral do IDEA, Kevin Casas Zamora. Recentemente, ele esteve no Brasil acompanhando as eleições.

Renata Gil avalia o encontro:

–Foi um encontro extremamente positivo, no qual mostramos os

resultados dos nossos projetos humanitários, como a Campanha Sinal Vermelho e o resgate das afegãs. Essas parcerias internacionais engrandecem a imagem da justiça brasileira no mundo.

O IDEA é uma organização internacional, sediada em Estocolmo, que tem como objetivo promover e incentivar uma democracia sustentável, assim como ajudar a consolidar os processos eleitorais em todo o mundo, inclusive no Brasil.

“Nós por Elas” em Israel

O programa foi apresentado durante a 64ª Reunião Anual da União Internacional de Magistrados de todo o mundo, em Tel Aviv, Israel.

Renata Gil comentou sobre o evento:

– Por meio desses gestos de solidariedade, demos um exemplo de cooperação ao mundo. Em face de cicatrizes geradas por governos totalitários e antidemocráticos, devemos nos insurgir e valorar nossos objetivos fundamentais de república federativa democrática, zelando pela promoção do bem de todos, sem quaisquer formas de discriminação.

Ao final do discurso, Renata Gil pontuou que “temos que olhar constantemente para a difícil realidade dos países em lutar contra a desigualdade de gênero e a violência contra as mulheres. Dessa forma, devemos sempre aumentar os esforços internacionais de cooperar para a mitigação desse desafio”.

Além da presidente da associação, a AMB foi representada pela secretária-geral, Julianne Marques, e pelo secretário-adjunto de Relações Internacionais da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), desembargador Walter Barone.

Capítulo 12

No palco do maior evento da Magistratura





XXIV CBM reúne juízas afegãs no palco com autoridades brasileiras.

XXIV Bra Ma



XXIV Congresso
Brasileiro de
Magistrados



Auditório lotado, congressistas do Brasil e do exterior, sobretudo juízes. Um dia atípico para o Judiciário, a cada três anos, acontece o maior evento da Judicatura – no caso, o XXIV Congresso Brasileiro de Magistrados, ocorrido em Salvador – BA. As juízas afegãs contaram suas histórias de superação ao lado da ativista apátrida e palestrante global Maha Mamo e da ex-presidente da IWAJ Vanessa Ruiz. Um momento que traduziu a força que as trouxe até aqui. Relatos que deixaram a plateia emocionada, ao ouvir toda a bravura das personagens que compõem o inédito resgate.

Mayram* estava lá, sentada na primeira fileira, à espera de ser chamada para o painel. O Afeganistão foi o pano de fundo usado a fim de abordar os desafios da mulher no regime extremista. Para aquela manhã, ela havia preparado falar sobre o papel das juízas na humanização do Sistema de Justiça afegão. Diante dos participantes, encontrou a oportunidade para reforçar o pedido de socorro em nome de seus compatriotas atingidos pelo terror.

– Eu quero dizer que as mulheres juízas estavam trabalhando no Afeganistão, educando no Afeganistão e conseguiram emprego e ocupavam boas posições profissionais em um país como o Afeganistão, com muitos problemas tradicionais e de segurança nacional. Elas todas são exemplos de democracia e do trabalho humanitário que tivemos nas últimas duas décadas no Afeganistão. Mas infelizmente agora nós perdemos tudo em nosso país, o Afeganistão agora está enfrentando uma crise humanitária. É por isso que eu faço um apelo para todos os países ao redor do mundo: por favor, ajudem as pessoas, que é uma tarefa humanitária para todo ser humano.

Violência doméstica foi uma pergunta que surgiu ao longo do painel. Agressão à mulher é uma prática endêmica espalhada pelo mundo. Infelizmente, intrínseca em muitas culturas, que comumente banalizam os maus-tratos à população feminina. A juíza Nazarin* falou sobre a importân-

cia da Lei de Eliminação da Violência Contra a Mulher (EVAW), aprovada em 2009 e baseada no artigo 24 da constituição afegã,⁷ que reconhece a liberdade e a dignidade humana como direitos invioláveis de todos os cidadãos.

– A violência é uma desordem ou qualquer abuso feito contra uma mulher, pode ser físico, uma ação ou palavra ruim (...) Ninguém pode atacar todas as nossas liberdades. E também o governo tem a responsabilidade de apoiar a liberdade de todos os cidadãos civis no Afeganistão. Fazer cumprir a Lei de Eliminação da Violência Contra a Mulher é uma obrigação do Estado para apoiar os cidadãos do Afeganistão.

O fechamento das cortes e os magistrados impossibilitados de exercerem sua missão jurisdicional ofereceram um cenário favorável para os radicais restabelecerem o regime Talibã. Roya* contou brevemente a maior tragédia com a democracia afegã.

– Depois que o Talibã assumiu o poder, todos os juízes foram para casa. O Talibã nomeou seu próprio povo no lugar de juízes. A Corte de Violência Contra a Mulher foi fechada e o Talibã não aceita a nossa lei e usa a sua própria lei no Tribunal. Eu realmente não sei o que eles estão fazendo no Tribunal e quais são seus procedimentos, mas nós sabemos que eles não aceitam nossas leis. Os juízes no Afeganistão foram ameaçados pelo Talibã e seus prisioneiros. (...) Muitos deles deixaram o Afeganistão, mas os outros permanecem no país e vivem escondidos. Os juízes também têm enfrentado problemas econômicos, porque todos estão sem trabalho.

A magistrada Zahra* compartilhou sobre a desafiadora jornada que percorreu para chegar à Magistratura.

“Primeiramente, nós temos que ter pelo menos 23 anos de idade, 10 anos de cidadania no Afeganistão, temos que nos formar em Direito e faculdade de Sharia, não cometer nenhum crime, não ter algumas doenças ou deficiência. Quando nos formamos em Direito, nós temos que fazer um exame apresentado pelo Tribunal Superior do Afeganistão. Depois de passar no exame, temos que estudar por dois anos de especialização. Obtendo a aprovação, nos tornamos juízas”.

A juíza Vanessa Ruiz destacou a necessidade da Judicatura feminina para a construção do Estado de Direito no país:

“No Afeganistão, o Estado de Direito está em perigo. Mas tem defensores muito fortes. As mulheres juízas infundiram um sistema de justiça no Afeganistão com seu conhecimento e seu compromisso com os princípios da lei, igualdade e tratamento justo. Elas foram significativas por causa de seu gênero, obviamente. Foram importantes porque representam uma nova ordem no país, mas também porque se posicionaram contra a corrupção e a incompetência do Judiciário. Serviram com distinção, determinação e compromisso com o Estado de Direito e com os direitos humanos”.

Validação do diploma

Na luta pela revalidação do diploma, as juízas esbarram na falta de documentação original, a dificuldade delas com o idioma, fatores que deixam o processo de reconhecimento mais lento e complexo. A AMB também tem auxiliado as magistradas junto ao Ministério da Educação e às autoridades competentes, no intuito de assegurar a estabilidade profissional e o ingresso em postos de trabalho formal no Brasil.

Cabe esclarecer que a ausência de documentos ainda é uma das principais barreiras para a maioria dos requerentes refugiados, somente as universidades públicas brasileiras são elegíveis para conceder a revalidação.

A ausência de tradutores juramentados do dari para o português tem retardado o processo. Para otimizar o trâmite, a AMB tem solicitado a tradução do dari para o inglês e da língua inglesa para o português.

Marcela Bocayuva, coordenadora executiva da ENM, comentou a respeito:

– Desde o primeiro momento a AMB conseguiu colher todos os documentos precisos e agora a gente está passando pelo início do processo de revalidação. Entendemos que esse processo é fundamental não só para questões de empregabilidade, mas também para questões de pertencimento.

Enquanto o processo de reconhecimento não termina, as magistradas estão tentando se adequar ao mercado de trabalho nacional por meio da realização de consultorias e de palestras.

Capítulo 13

O aniversário da saudade

Dia 21 de outubro, a saudade completou um ano de vida. Sentimento melancólico latente de tudo o que se viveu e do que se perdeu. Guardadas na liberdade brasileira para serem o que acreditam, as juízas afegãs e seus familiares prosseguem na jornada rumo ao novo, que lhes reserva muitos aprendizados.

Nazarin* abriu a porta da intimidade para compartilhar as percepções do primeiro ano no território brasileiro.

Hoje, ela mora com três filhos e o marido no apartamento em uma região nobre de Brasília – DF. Na parede da sala, os desenhos das crianças anunciam o afeto e a harmonia do lar, que se manteve firme frente ao caos, após a retomada do Talibã no Afeganistão.

As crianças não passam de seis anos de idade, olhares de afago e de esperança de quem nos recebe como família. A cordialidade de todos marca o momento especial para nós que estamos a ouvir as histórias e a aprender com a cultura que tanto nos ensina sobre aspectos diversos.

Nazarin*, antes de abrir a porta de sua intimidade, colocou hijab em respeito ao marido e às instruções do Alcorão. Por vários motivos, as afegãs usam o véu. Muitas delas têm orgulho de pertencer à cultura. O lenço carrega também esse significado.

A anfitriã deixou o rosto à mostra. A shayla vermelha cobria a cabeça, o pescoço e os ombros. As meninas pequenas não usam o adereço por enquanto, somente as mulheres adultas. Mas, dentro de casa, elas só usam o lenço na presença de estranhos.

Fomos gentilmente colocados para sentar-se no sofá, próximo à mesa farta. Muitos bolos, frutas e sucos. A prosperidade da casa compartilhada com quem chega. Muita insistência para desfrutarmos o banquete.

Não comer seria uma desfeita grave sob a ótica da cultura afegã.

O marido de Nazarin* nos cumprimentou e nos deixou bastante à vontade para realizarmos a entrevista. As crianças foram ao quarto brincar, o filho caçula chama a atenção da mãe várias vezes. Ora pedia suco ou comida, ora queria colo, ora desejava brincar.

Antes de começar a conversa, ela pegou o rolo de linha para fazer tricô, um detalhe que chamou atenção. A agilidade em manusear as agulhas denuncia a ansiedade do momento. Essa impressão não era à toa.

“Eu faço muito trabalho manual. Eu mato a minha ansiedade e a saudade que tenho dos meus pais quando distraio a minha mente desta forma. Isso aqui lembra a minha infância, os meus pais. Você sabia que ia à casa deles várias vezes por dia? Eu sou muito ligada a eles”.

Nazarin* falou sobre a situação dos pais no Afeganistão após a retomada do grupo radical. Eles vivem às sombras para não serem descobertos pelos rebeldes. Sem a aposentadoria da Magistratura, o pai e a mãe sobrevivem do dinheiro da venda de propriedades rurais sob uma economia afegã que entrou em colapso.

É uma situação de vulnerabilidade em condição superior aos que estão na extrema pobreza. Metade da população afegã passa fome, o que significa que 20 milhões de pessoas precisam de assistência alimentar. Mais de 1 milhão de crianças estão seriamente subnutridas. Aposentados encontram-se sem provimento, médicos e outros profissionais da saúde estão há meses com salários atrasados. Um triste cenário aos olhos do mundo. Os dados são do Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas.

A angústia é um sentimento que tem feito parte da convivência de Nazarin* e família.

“Eu choro muito por não poder fazer nada. Eu trabalho aqui no Brasil e meu pai é aposentado sem dinheiro para se manter. O regime Talibã acabou com o regime previdenciário”.

Natural da província de Parwan, ao norte de Cabul, Nazarin* tem 41 anos. Com experiência de mais de uma década na Magistratura, trabalhou no Tribunal Criminal, a Suprema Corte do Afeganistão e o Tribunal de primeira instância de Cabul. Era um sonho de infância que se realizou seguindo a inspiração do pai, juiz de direito, que viveu graves adversidades ao longo da missão de guardião da Constituição Afegã.

As recordações de Nazarin são de um tempo marcado pelos horrores da guerra civil que durou por mais de quatro décadas em seu país, antes da chegada dos Estados Unidos. A trajetória é carregada de manchas de impossibilidades, ser juíza era algo muito improvável em razão da realidade do Afeganistão. Imagine ser mulher no país dos homens.

“Eu cresci na guerra, como outras garotas afegãs, e estudamos e trabalhamos em um ambiente muito difícil. O que sofremos não é expressável. Todos os alunos, meninos e meninas durante os estudos têm suas próprias ambições e eu também tive. Grandes ambições. Nos últimos 20 anos, as chances foram criadas para meninas e mulheres, então, pude realizar o sonho de me tornar juíza e servir ao meu povo e ao país”.

Com a chegada dos EUA, as afegãs tiveram a oportunidade de estudar e conquistar uma profissão para o exercício de um trabalho digno. Foi nesse período que nasceu a primeira geração de magistradas, heroínas que asseguraram o cumprimento da legislação – humanidade expressa na letra da lei e no conceito de Justiça.

Da noite para o dia, o Judiciário, cuidadosamente sistematizado ao

longo de duas décadas, entrou em colapso. Um trabalho de 20 anos, sem desrespeitar a Sharia e os fundamentos básicos do Islã.

“Agora não temos direito constitucional, direito civil, código penal, todas as leis necessárias... Meninas não têm permissão para ir à escola ou para trabalhar, especialmente não podem trabalhar como juízas. Todos os ministros são ministros em exercício e não temos parlamento. Posso dizer que não temos sistema legal”.

Sonhar nunca foi um problema para Nazarin*, que viveu a hostilidade de governos autoritários. Ela já superou muitos entraves propostos pela vida, caminho singular de uma sobrevivente a regimes políticos extremistas.

Por isso Nazarin* deseja grandemente ver seu país voltar a florescer e se libertar dos grilhões de um governo arbitrário e violento, tornando-se uma nação livre e segura, especialmente para as mulheres.

“As mulheres afegãs são corajosas e ousadas, não precisam desistir. Espero que a situação se normalize e as meninas possam ir para a escola. Espero que nosso país se torne livre e independente do Talibã e, especialmente, que as mulheres possam voltar a respirar e nós possamos ver um Afeganistão próspero. Minha mensagem é para que elas não desistam e sejam fortes”.

A conversa com Nazarin* foi longa. Este é apenas um voo rasante de recorte dramático vivido por essa juíza que tanto nos ensina sobre resiliência.

“Me perdoe por não ter feito a comida. Tudo isso aqui comprei no supermercado. Por favor, leve para casa”.

Confesso que não levei, não tinha mais espaço no estômago para aguentar tamanha gentileza. Para não fazer uma desfeita maior, fiquei com uma maçã.

Por Elas

Este livro-reportagem também contou com a sensibilidade e minuciosidade da apuração da historiadora Cristina Britto, que entrevistou e documentou todo o processo de resgate das afegãs.

Com rigor e um impecável crivo, a profissional registrou momentos e conseguiu proezas – a confiança de outras juízas que não podem mostrar o rosto e não gostam de falar sobre suas vidas, o que torna a missão de contar esta história ainda mais desafiadora.

Como parte fundamental da consolidação da democracia afegã, as juízas acolhidas no Brasil chegaram ao topo do funcionalismo público de seu país, representando menos de 1% de uma população feminina, cujos índices de alfabetização ficam na casa de 4,2%, segundo dados recentes da ONU Mulheres.

Para integrar a magistratura afegã é preciso concluir um estágio judicial de dois anos, que equivale ao nível de pós-graduação em Educação Judicial do Supremo Tribunal do Afeganistão. O acesso ao estágio é permitido somente a candidatos com notas altas na graduação em Direito e as vagas, extremamente limitadas, são disputadas por milhares de pessoas recém egressas da faculdade.

A representatividade dessas juízas, portanto, é imensurável para as mais de 20 milhões de meninas e mulheres afegãs, que somam cerca de 48,3% da população total do país.

A maioria das juízas do Afeganistão que hoje vive no Brasil não gosta de falar de suas vidas pessoais, seja por temer represálias a seus familiares que ainda residem no Afeganistão, seja porque relatar tudo o que viveram é um processo extremamente doloroso. Algumas concordaram em compartilhar seus depoimentos mediante a adoção de um pseudônimo.

A mais nova delas é Shafika*, 32 anos, nascida em Cabul. Solteira, ela veio para o Brasil acompanhada da mãe, dois irmãos e uma cunhada. Bacharel pelo Departamento de Direito Islâmico (faculdade Sharia) da Universidade de Cabul em 2012, completou o estágio judicial de dois anos em 2017.

No início de sua carreira como magistrada, Shafika* trabalhou no Tribunal Primário de Violência Contra a Mulher, no julgamento de casos de estupro, espancamentos, assédio e casamentos forçados. Na Vara Primária da Seção Cível, atuou em casos de natureza civil, pública, questões familiares e comerciais. Antes de vir para o Brasil, estava lotada na Vara Primária de Segurança Pública e Divisão de Crimes de Corrupção, onde sentenciava casos de contrabando e venda de drogas, uso de armas ilegais, estelionato e fraude.

“Passei minha infância e juventude no Afeganistão com minha família e tive uma vida tranquila. Após a formatura do ensino médio, meu único pensamento era como ajudar a humanidade e trazer justiça para a sociedade. Por isso, estudei muito nesse sentido. Finalmente, encontrei o julgamento como a única maneira de alcançar meus sonhos. Então, decidi

me educar nesse campo e me tornar uma juíza.

Estive envolvida no setor de julgamento do Afeganistão de 2017 a 2021. Acho que foi um prazer ser uma mulher juíza e trabalhar para trazer justiça à sociedade. Como juíza feminina, foi muito importante para mim e para as mulheres afegãs trabalhar para elas e entendê-las muito bem durante a realização da justiça”.

Shafika* relatou que se sente acolhida no país, mas se preocupa com a situação de seus familiares que, no momento, dependem totalmente de seu trabalho para sobreviver.

“O Brasil é um dos países mais bonitos do mundo, com pessoas gentis. O povo brasileiro está nos ajudando muito na situação desfavorável em que chegamos aqui, e agradecemos. Nossa adaptação está indo bem. Eu trabalho em uma organização chamada SHE, e com o salário que recebo de lá, encontro o sustento do dia a dia e para suprir minhas necessidades e da minha família. Embora os membros da minha família sejam educados e altamente capazes, eles ainda não têm um emprego”.

Maryam*, 34 anos, protagonista deste livro, também nasceu em Cabul. Casada com um magistrado e mãe de 3 filhos, ela domina as línguas Dari, Farsi, Pashto, Urdu, além de ser fluente em inglês. Na infância, chegou a viver no Paquistão, onde cursou o ensino primário. Retornou ao Afeganistão na adolescência e bacharelou-se em Direito pela Universidade de Cabul.

Ao ingressar na magistratura em 2012, Maryam* trabalhou por mais de dez anos em diferentes seções da Suprema Corte do Afeganistão. Durante sete anos, também compôs o Tribunal primário juvenil, uma corte criminal para menores infratores, tratando de casos como assassi-

nato, roubo, lesão corporal e violência contra as mulheres.

Em seu relato, Maryam* revela ter plena consciência do papel das magistradas mulheres para a respeitabilidade e equidade do sistema jurídico afegão e dos perigos constantes que enfrentavam.

“As juízas ficaram conhecidas como poderosas e respeitosas funcionárias do governo nas últimas duas décadas no Afeganistão, com a responsabilidade de implementar a igualdade e a justiça na sociedade. Sinto orgulho e honra de ter trabalhado como juíza.

O Afeganistão, como país islâmico, baseou todas as leis na Sharia, tradições e cultura do povo, mas foi modernizado pelo sistema jurídico germânico e romano. Antes mesmo de o Talibã chegar ao poder, tivemos muitas ameaças dos grupos terroristas e o ataque a duas juízas é uma prova disso. Pela inovação e tomada do poder por eles, enfrentamos ameaças reais mais sérias”.

A juíza fez questão de ressaltar os vínculos que criou com a magistratura e a sociedade brasileira e de como já considera o Brasil o seu segundo lar.

“Nós temos muitas juízas brasileiras amigas que nos apoiam e para mim elas são como membros da minha família, e eu me sinto mais forte. Estamos trabalhando aqui, as crianças estão indo para a escola e temos um bom plano de saúde. Nós nos sentimos salvos e bem, o Brasil é como a nossa segunda pátria. Os brasileiros são muito amigáveis e respeitam suas relações familiares, o que é muito importante. Desejo paz e segurança para o meu país, porque morar longe tem muitos desafios”.

Capítulo 14

Cartas de desabafo

Ao leitor, o futuro à espera

A convite, as juízas Maryam* e Zahra* escreveram cartas ao leitor para desabafar a respeito do que viveram e do que esperam para o futuro. Os relatos podem surpreender quem pensa que essas mulheres teriam mais lamúria sobre o Afeganistão do que gratidão pelo país.

De Maryam* para o leitor

Sou uma das juízas afegãs e também membro da Associação Internacional de Mulheres Juízas (IAWJ). Sou graduada em Direito e Ciência Política, e me tornei magistrada após ser aprovada no exame de admissão à magistratura em 2012. Finalizei toda a minha trilha acadêmica, a escola, a universidade e demais cursos de aperfeiçoamento jurídico com excelentes notas, e sempre me esforcei para ser uma pessoa capaz e de sucesso em minha vida.

Devo todas essas conquistas à terra natal, ao país que me acariciou e me nutriu, tal como à minha mãe, que me embalou. Esse é o Afeganistão, cujo amor corre por todas as veias do meu ser. Quando ouço o nome de minha pátria me sinto orgulhosa, tão orgulhosa como suas sublimes montanhas, regozijo com seus mares crepitantes e sua natureza imponente. Sinto uma sensação de pureza e frescor.

Lamentavelmente, ao deixar meu país não posso mais realizar as perspectivas e visões pelas quais tanto lutei por toda a minha vida. Como se sabe, as condições e qualificações para alguém se tornar juiz são bastante exigentes em todo o mundo, mas no Afeganistão, além de ter que superar os obstáculos mais comuns para ingressar na carreira, como notável desempenho acadêmico e ter uma reputação ílibada, ser mulher é o maior desafio para quem deseja ingressar na magistratura.

Dada a força da religião e dos pontos de vista mais tradicionais, as mulheres não são consideradas dignas de ocupar o cargo de juíza. Ademais, a sociedade não aceita as decisões proferidas por mulheres, sobretudo em casos criminais. Não obstante, com tremendo esforço, e propondo o debate e o diálogo com diferentes segmentos da sociedade afegã, fomos capazes de progredir nesse tema. Ao iniciar o nosso trabalho como juízas, provamos que as mulheres podem ser magistradas honestas em suas comunidades, e é notável que em tempos recentes houve momentos em que as pessoas preferiam que seus casos fossem cuidados por mulheres nesse ofício.

Como mulher e juíza, dediquei cerca de 10 anos da minha vida primando pela justiça em muitas áreas do Judiciário. Quando fui indicada para o juizado de menores, enviei milhares de infratores juvenis que eram considerados criminosos para centros de detenção corretiva, onde passavam por programas educacionais para então serem reintegrados à vida em sociedade.

O Judiciário também se empenhava pela igualdade de gênero, e a Associação das Juízas Afegãs é um exemplo de tal empenho. Além disso, defendíamos um assento feminino na Suprema Corte do Afeganistão. A candidata já até havia sido indicada pelo Presidente da República para subsequente aprovação pelo Parlamento, mas infelizmente esse objetivo permanece apenas um sonho. Portanto, posso afirmar que as juízas afegãs eram as mais fortes, honestas e corajosas servidoras do Estado, cujas vidas eram sim desafiantes, mas, apesar de tudo, elas eram fortes e felizes por servir ao seu povo e ao seu país.

De repente, tudo mudou em 14 de agosto de 2021. O Talibã tomou o poder mais uma vez, e assim retrocedemos em duas décadas de progresso, inclusive o nosso trabalho, nossa profissão, nossa identidade. Todos estavam aterrorizados a respeito do que poderia acontecer com o povo, sobretudo as juízas. Nós então tivemos que tomar a decisão de salvar as nossas próprias vidas e as nossas famílias.

Isso foi possível graças às nossas colegas da Associação Internacional de Mulheres Juízas (IAWJ) e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Nós agora estamos bem e seguras, tendo recebido a acolhedora recepção do gentil e hospitaleiro povo brasileiro. Eles nos ajudaram com seus abraços afetuosos em dias ruins. Somos gratos e reconhecemos o que fizeram por nós, e agora esperamos estar em segurança, apoiadas pelo governo brasileiro.

De Zahra* para o leitor

Quando cheguei a Brasília achei a cidade realmente bela, e estou muito satisfeita por estar aqui com o povo brasileiro. Ele é um verdadeiro anjo, gentil, prestativo e educado. Quando perdi o meu país, não tinha nenhum sonho para o futuro, porque havia perdido tudo.

O Afeganistão é o meu paraíso, meu belo país e pátria mãe. Tenho muitas e esperançosas memórias de meu país. O Afeganistão é a minha casa, e pode alguém achar conforto sem casa? Eu estava no paraíso, mas o perdi. Exatamente: sei que existem muitos problemas em minha terra natal, mas era muito bom. Eu tinha tudo. Não me sentia como estrangeira. Gozava de bastante liberdade, então você pode se perguntar o quão difícil é para mim e para minha família estar tão longe de casa, do nosso Afeganistão.

Aqui no Brasil estou bem. Os brasileiros estão sempre por perto, nos tratando como se fôssemos da família ou um amigo próximo, com seus corações puros. Os brasileiros são verdadeiramente honrados, sua gentileza é inimaginável. Sou grata a todos vocês. Obrigada a todos!

Capítulo 15

Quem são elas?

Decididas a falar

As juízas resgatadas pela Associação dos Magistrados Brasileiros rompem com o silêncio. A coragem testemunha a resistência delas ao regime misógeno e terrorista.



Maryam*

Ouçá o que ela tem a dizer...





Nazarin*

Ela quer te contar uma história...





Roya*

Escute o que ela quer falar...





Shafika*

Ela deseja te contar algo...





Zahra*

Preste atenção no que ela diz...





Yelda*

Pare e escute...



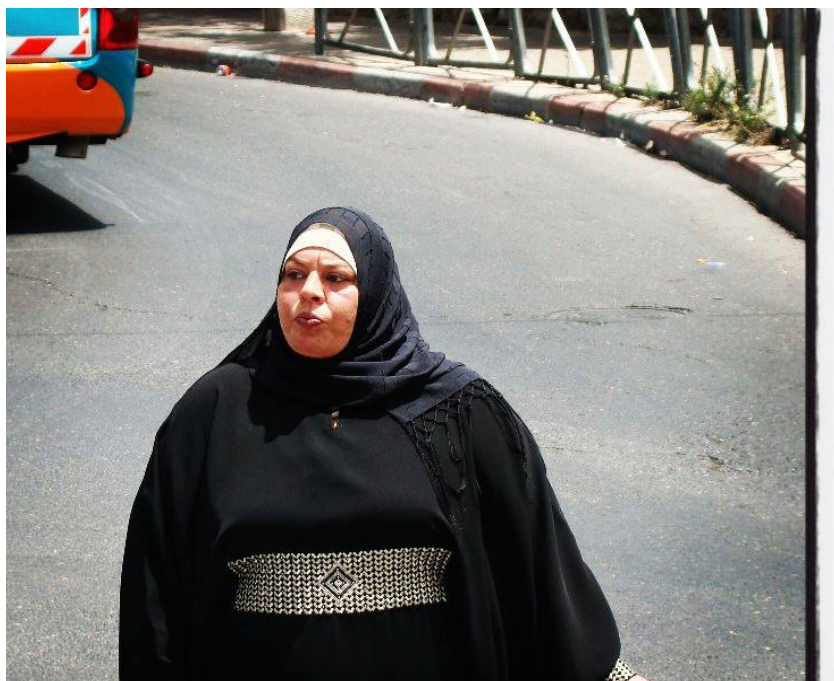


Shama*

Ela resolveu falar...



Apêndice



Afegãs pelas ruas de Cabul. - Foto Jonathas Nacaratte



Afegãs pelas ruas de Cabul. - Foto Jonathas Nacaratte



2021-2022
2021 ۱۴۰۰

Jan	Feb	Mar	Apr	May	Jun	Jul
۱	۲	۳	۴	۵	۶	۷
۸	۹	۱۰	۱۱	۱۲	۱۳	۱۴
۱۵	۱۶	۱۷	۱۸	۱۹	۲۰	۲۱
۲۲	۲۳	۲۴	۲۵	۲۶	۲۷	۲۸
۲۹	۳۰	۳۱	۱	۲	۳	۴



Membros do Talibã comprando carne em um açougue da capital, Cabul. Foto - Luca Bassani





Foto aérea- Cabul - Luca Bassani

Estado Constitucional: em busca da equidade de gênero

(1923-1996)

Por: Cristina Britto

A primeira Constituição do Afeganistão se caracterizava por assegurar a equidade de gênero perante a Lei. Amanullah Khan (1926-1929), primeiro governante do país independente, ficou conhecido por estabelecer relações diplomáticas com o Ocidente e implantar reformas de modernização, como a criação de escolas cosmopolitas para ambos os sexos, a dispensa da obrigatoriedade do uso do véu feminino (hijab), a abolição do matrimônio forçado e do casamento infantil, além de impor restrições à prática da poligamia¹. Em 1923, foi promulgada a primeira Constituição do Afeganistão, considerada bastante liberal por estabelecer “direitos e deveres iguais perante a lei a todos os afegãos sem qualquer distinção em relação à raça, religião ou outras afiliações”². O documento também aboliu a escravidão, proibiu a tortura, tornou a educação primária gratuita, codificou as leis

¹ KHAN, Sarfraz; SAMINA. *Politics of Policy and Legislation Affecting Women in Afghanistan*. One Step Forward Two Steps Back. Central Asia Journal No. 73, Winter, 2013, p. 04. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2765247. Acesso em: 01. Ago. 2022.

² PASARLAY, Shamshad. *Rethinking Afghanistan's Longest-lived Constitution*. The 1931 Constitution through the lens of constitutional endurance and performance literature. *Elon Law Review*, [S. l.], v. 10, n. 8, p. 283–308, 2018, p. 288. Disponível em: <file:///C:/Users/Cristina/Downloads/SSRN-id3555960.pdf> Apud GRAZ-ZIOTIN, Maria Angélica G. D. Breve histórico das Constituições da República Islâmica do Afeganistão. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/87654/breve-historico-das-constituicoes-da-republica-islamica-do-afeganistao>. Acesso em: 01. mai. 2022.

criminais e garantiu a educação feminina³.

Para ratificar a Constituição, Amanullah Khan convocou uma Loya Jirga⁴ com cerca de 1000 delegados. O texto original foi rejeitado, especialmente devido aos limites impostos à aplicação da Sharia⁵ e a consequente ampliação dos direitos das mulheres. Diante da recusa dos delegados, Khan reuniu um grupo menor, de cerca de 100 pessoas, para aprovar a Constituição⁶. Tal atitude gerou o protesto de teólogos islâmicos (ulemâs) e grupos tribais conservadores, que promoveram a Rebelião de Khost (1924-1925), também conhecida como Revolta de Mangal, fazendo com que o rei revogasse diversos artigos, forçando-o a islamizar parte da legislação⁷. Sob forte oposição, Amanullah Khan abdicou do trono em 1929.

³ARJOMAND, Said Amir. *Constitutional Developments in Afghanistan: A Comparative and Historical Perspective*. Drake Law Review, v. 53, n. 2004, p. 943–962, 2005. Disponível em: <https://constitutions.albasio.eu/wp-content/uploads/2019/02/Saggio-CONSTITUTIONAL-DEVELOPMENTS-IN>. Acesso em: 02. mai. 2022.

⁴ Assembleia formada por líderes tribais, autoridades religiosas e anciãos periodicamente convocada para a solucionar conflitos internos e externos e discutir reformas sociais entre outras resoluções. A aprovação de um texto constitucional por meio da convocação de uma *Loya Jirga* foi institucionalizada no Afeganistão pelo rei Amanullah Khan (1926-1929). Até o reinado de Daoud Khan (1973-1978), as *Jirgas* eram restritas aos líderes regionais pachtuns. Com o tempo, as *Jirgas* permitiram a participação de outros grupos étnicos do país, como os tajiques e os hazaras. SMITH, Scott S. *Loya Jirgas and Political Crisis Management in Afghanistan: Drawing on the Bank of Tradition*. US Institute of Peace, 2019. Disponível em: <http://www.jstor.com/stable/resrep20254>. Acesso em: 20 abri. 2022.

⁵ Terminologia que designa o conjunto de leis do direito canônico islâmico.

⁶ EHLER, Rose; ESPINOSA; Elizabeth, FARRINGTON et All. *An Introduction to the Constitutional Law of Afghanistan*. Stanford: Afghanistan Legal Education Project, 2013, p. 12. Disponível em: <https://www-cdn.law.stanford.edu/wp-content/uploads/2015/12/Intro-to-Con-Law-of-Afg-2d-Ed.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2022.

⁷ ARJOMAND, Said Amir. Op. cit., p. 947.

O impacto da Rebelião de Khost influenciou a Constituição seguinte, que omitiu qualquer menção ao direito das mulheres. Aprovada em 1931, no reinado de Nadir Shah (1929-1933), a nova Carta Magna converteu o país em uma monarquia constitucional que manteve a educação obrigatória e introduziu a liberdade de imprensa e eleições livres, mas com espaço restrito para a participação popular⁸. Foi estabelecido um Parlamento nacional composto por uma Câmara dos Representantes eleita pelo povo e uma Câmara Alta dos Nobres, nomeada pela realza. Pela primeira vez na história do Afeganistão os ministros governamentais eram responsáveis perante o Parlamento⁹. Entretanto, o texto revogou diversas medidas secularistas adotadas pela Carta anterior e foi muito mais enfático em relação ao reconhecimento da Lei Islâmica, submetendo as decisões reais aos princípios da Sharia, do sagrado rito Hanafi¹⁰ e do Santo Profeta¹¹.

Apesar das restrições do período, em 1946 foi fundada a primeira associação de mulheres afegãs, a Women's Welfare Association (WWA)¹², também conhecida como Sociedade das Mulheres, posteriormente batizada como Women's Institute (WI). Embora representasse um marco histórico, a WWA tinha objetivos iniciais modestos, sendo responsável por realizar cursos de costura e obstetrícia, empregar mulheres para produzir roupas e suprimentos para soldados e

⁸ THIER, Alexander. *The Making of a Constitution in Afghanistan*. NYLS Law Review, v. 51, art. 5, 2006, p.560. Disponível em: https://digitalcommons.nyls.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1372&context=nyls_law_review. Apud GRAZZIO-TIN, Maria Angélica G. D. Breve histórico das Constituições da República Islâmica do Afeganistão. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/87654/breve-historico-das-constituicoes-da-republica-islamica-do-afeganistao>. Acesso em: 07. mai. 2022.

⁹ PASARLAY, Shamshad. Op. cit., p. 289.

¹⁰ Uma das quatro escolas de direito islâmico de jurisprudência sunita.

¹¹ ARJOMAND, Said Amir. Op. cit., p. 949.

¹² *Da Mirmaneh Tulaneh*, em patsho.

crianças pobres, além de dirigir um programa de alfabetização e reforço educacional que consistia na leitura do Alcorão, história, geografia, redação, matemática e pashto.

A partir de 1950, a WWA passou a integrar o governo como parte da política reformista de Zahir Shah (1933-1973), que abriu o mercado de trabalho para mulheres em bibliotecas, bancos e companhias aéreas, além adotar os programas de cuidados maternos da Organização Mundial da Saúde (OMS). Todavia, apenas uma parcela mínima da população feminina foi beneficiada por tais medidas¹³. Liderada por mulheres da elite urbana, a entidade também desempenhou um papel importante na política externa afegã ao atrair ajuda financeira estrangeira e apresentar uma imagem moderna do Afeganistão para o mundo.

Após mais de três décadas de vigência da Constituição de 1931, que possibilitaram uma considerável estabilidade política e econômica, o surgimento de novos grupos urbanos e o crescimento da elite afegã ensejaram o estabelecimento de uma nova Constituição. Aprovada durante o longo reinado de Zahir Shah (1933-1973), a Carta Magna de 1964 ampliou significativamente a participação política, garantiu direitos e liberdades individuais, inclusive das mulheres, que voltaram a ser contempladas no texto constitucional. Além disso, nomeou pioneiramente “o Judiciário como um ramo separado e co-igual ao Executivo (rei) e ao Legislativo”, lançando as bases para a separação de Poderes firmada na moderna Constituição de 2004¹⁴, aprovada durante a ocupação americana.

Diferente das legislações anteriores, a Constituição de 1964

¹³ NUNAN, Timothy. *Humanitarian Invasion*. Global Development in Cold War Afghanistan. New York: Cambridge University Press, 2016, p. 184.

¹⁴ EHLER, Rose; ESPINOSA; Elizabeth, FARRINGTON et All. Op. cit, p. 15.

foi o produto de uma extensa negociação e debates públicos, considerada como uma das melhores do mundo muçulmano e a única que estabeleceu a separação entre a religião e as instituições governamentais¹⁵. Na concepção do sociólogo persa Saïd Arjomand, o documento foi um produto do encontro entre o constitucionalismo liberal islâmico e o modernismo que se propôs a interpretar os princípios do Islã sem a rigidez da jurisprudência islâmica medieval, obtendo a melhor fórmula para a reconciliação entre o Islã e o constitucionalismo no Oriente Médio até aquela data¹⁶. Cabe destacar que a diretora da WWA, Kubra Noorzai, participou dos trabalhos sobre a nova Constituição de 1964, que introduziu o sufrágio feminino, e foi eleita uma das primeiras mulheres do Parlamento.

Logo após a promulgação da nova Carta, foi fundada, em 1965, a Organização de Mulheres Democráticas do Afeganistão (DOAW), como parte integrante do recém-criado Partido Democrático do Afeganistão (PDPA), de orientação marxista-leninista. A DOAW desempenhou um papel significativo na história do movimento de mulheres no Afeganistão e substituiu a WWA como organização dominante do movimento de mulheres afegãs nas décadas de 1970 e 1980, durante a era comunista. Ainda em 1965, a fundadora da DOAW, a médica Anahita Ratebzad¹⁷, foi uma das quatro primeiras mulheres eleitas para o Parlamento afegão, ao lado de Khadija Ahrari, Masuma Esmati Wardak e Roqia Abubakr.

A DOAW também foi pioneira ao organizar manifestações

¹⁵ Ibid, p. 14.

¹⁶ ARJOMAND, Said Amir. Op. cit., p. 952.

¹⁷ *With Taliban back in power, it's a good time to remember Anahita Ratebzad, mother of Afghan women's liberation*. Disponível em: <https://www.nationalheraldindia.com/opinion/with-taliban-back-in-power-its-a-good-time-to-remember-anahita-ratebzad-mother-of-afghan-womens-liberation>. Acesso em: 10 abr. 2022.

periódicas em apoio aos direitos femininos. Em 1968, quando membros conservadores do Parlamento tentaram proibir as mulheres afegãs de estudar no exterior, a entidade organizou um protesto, apontando a inconstitucionalidade da medida e obtendo a revogação da lei. Em 1970 – em meio a uma onda de ataques com ácido contra mulheres que circulassem pelas ruas de Cabul sem o véu –, a DOAW organizou um protesto em massa, exigindo a investigação e prisão dos responsáveis.

Graças à atuação da DOAW, em 1969, Jameela Farooq Rooshna foi nomeada a primeira juíza da história do Afeganistão, chegando posteriormente à chefia do Tribunal de Menores e da divisão criminal do Tribunal de Apelações.¹⁸

A despeito dos avanços políticos, a Carta de 1964 provocou conflitos no seio da nobreza ao proibir membros da família de ocupar cargos políticos. A medida desagradou diretamente o primo do rei e ex-Primeiro-ministro Daoud Khan, que liderou um golpe militar em 1973, tornando-se o primeiro Presidente da República Islâmica do Afeganistão¹⁹. Assinada por Daoud em 1977, a primeira Constituição republicana teve curtíssima duração. O texto adotou um modelo relativamente liberal de administração sob a forma de um sistema presidencialista de fachada. Suas duas principais inovações foram a explícita menção aos direitos das mulheres e o reconhecimento do direito de voto de cada cidadão. O papel da religião continuou diminuído, pois não havia menção à escola Hanafi da jurisprudência islâmica. O documento encorajou a regulamentação governamental da economia

¹⁸ SONNEVELD, Nadia; LINDBEKK, Monika. *Women Judges in the Muslim World: A Comparative Study of Discourse and Practice*. BRILL, 2017.

¹⁹ PASARLAY, Shamshad. Op. cit., p. 290.

e nacionalizou todos os recursos naturais do Estado.²⁰

Em 1978 Daoud foi deposto e assassinado por um golpe de estado liderado pelo Partido Democrático do Povo do Afeganistão (PDPA), de orientação marxista-leninista, com o apoio das Forças Armadas afegãs e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A chamada Revolução de Saur (1978) foi responsável por implantar a República Democrática do Afeganistão (1978-1992), um regime comunista liderado pelo Presidente Nur Muhammad Taraki (1978-1979) e o Primeiro-ministro, Hafizullah Amin.

Em 18 meses de governo, Taraki tentou implantar uma política de emancipação das mulheres, concedendo-lhes a capacidade teórica de escolher seus maridos e carreiras. Entretanto, a inteligência soviética incitou Taraki contra Amin, visto como radical. No dia 14 de setembro de 1979, Hafizullah Amin toma o poder e assassina Nur Mohammad Taraki, provocando a fúria da URSS, que resolve invadir o Afeganistão. Após três meses, Amin é executado pelas tropas soviéticas em 27 de dezembro de 1979, como parte da Operação Sh-torm-333, dando início à Guerra Soviético-Afegã (1979-1989).

Empossado pelo Conselho Revolucionário Soviético, o novo presidente, Babrak Karmal (1979-1986), adotou uma Constituição provisória em 1980 e estabeleceu amplas medidas modernizantes, como a igualdade de gênero²¹, a reforma agrária, a proibição dos casamentos forçados, a legalização dos partidos políticos, o respeito pela propriedade individual, a educação pelo método soviético com aulas

²⁰ EHLER, Rose; ESPINOSA, Elizabeth, FARRINGTON et All. Op. cit, p. 16.

²¹ Durante a ocupação soviética, a DOAW passou a ter um papel importante contra o feudalismo e o imperialismo ocidental em defesa dos princípios da “Revolução Saur”. Entre 1979 e 1980 a entidade foi chamada de *People's Organization of Afghan Women* (KOAW).

obrigatórias em russo e a liberdade de culto. Foi a primeira e única vez na história constitucional do Afeganistão que o Islã não foi reconhecido como a religião oficial do Estado²².

Em 1984, a nova lei trabalhista garantiu oportunidades iguais para homens e mulheres, concedendo às trabalhadoras três meses de licença-maternidade remunerada, além de fornecer creches para mães lactantes. O regime comunista afegão nomeou centenas de mulheres para compor cargos governamentais, incluindo o exército e a polícia, muitas delas treinadas em combate militar para lutar contra a guerrilha fundamentalista.²³

Pautada na ideologia soviética, a campanha de emancipação feminina impôs a escolarização obrigatória para meninas, inclusive nas áreas rurais, sofrendo forte resistência entre as tribos pashtun. Diversos costumes patriarcais foram coibidos, como “o preço da noiva” e o aumento da idade de consentimento para o casamento, em áreas onde as desigualdades de gênero faziam parte da cultura local²⁴.

Destaca-se aqui que tais políticas de emancipação não tinham uma motivação puramente humanitária, mas visavam atender, sobretudo, a interesses de fortalecimento do partido comunista. Todavia, é importante lembrar como a questão de gênero quase sempre incitou conflitos no país, especialmente devido à rigidez dos costumes tribais e à interpretação dogmática da tradição islâmica.

A invasão soviética provocou a ira de centenas rebeldes islâmicos, que passaram a organizar uma oposição armada em larga escala

²² EHLER, Rose; ESPINOSA; Elizabeth, FARRINGTON et All. Op. cit, p. 17.

²³ KHAN, Sarfraz; SAMINA. Op. cit, p. 14.

²⁴ GILLESPIE, Marie; WEBB, Alban. *Diasporas and Diplomacy: Cosmopolitan Contact Zones at the BBC World Service*. New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2013, p. 200.

contra o governo comunista²⁵. Os mujahideen²⁶, que utilizavam táticas de guerrilha e possuíam grande vantagem estratégica nas regiões montanhosas do norte do país, passaram a contar com forte apoio dos Estados Unidos, em uma clara extensão dos interesses da Guerra Fria no Oriente. Diz-se que foi no Afeganistão que os soviéticos viveram “o seu Vietnã”, perdendo milhares de soldados sob o fogo incessante dos combatentes da guerrilha islâmica. Os combatentes foram treinados e armados fortemente por membros da Operação Ciclone, uma das mais longas e onerosas ações financiada pela Agência Central de Inteligência americana (CIA)²⁷ com o apoio fundamental do Paquistão, Arábia Saudita, Irã, Egito, Jordânia, Grã-Bretanha e China.²⁸

Em 1987, sob a Presidência de Mohammad Najibullah (1987-1992) a Loya Jirga aprovou outra Constituição na tentativa de estabelecer regras econômicas e políticas que atendessem aos interesses da maioria dos afegãos, incluindo os rebeldes mujahideen, sem muito sucesso. Após uma década de conflito, em 1989, o líder russo Mikhail Gorbachev determina a retirada definitiva das tropas soviéticas do Afeganistão, deixando o presidente Mohammad Najibullah à própria sorte para lidar com os ataques rebeldes, dando início à primeira Guerra Civil Afegã (1989-1992).

Fortalecidos em torno da Aliança Mujahideen dos Sete Par-

²⁵ PASARLAY, Shamshad. Op. cit., p. 291.

²⁶ É como se designa genericamente os combatentes da *Jihad* islâmica dispostos ao sacrifício da própria vida, em nome de Alá e da religião. Vide JALALI, Ali Ahmad; GRAU, Lester W. *The Other Side of the Mountain: Mujahideen Tactics in the Soviet-Afghan War*. Tales End Press, 2012.

²⁷ DELLAGNEZZE, René. *O Emirado Islâmico do Afeganistão*. São Paulo, 2022, p. 20. Disponível em: <https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/4961/1869>. Acesso em: 09 abri. 2022.

²⁸. RUNION, Meredith. *The History of Afghanistan*. Connecticut: Greenwood press, 2007.

tidos, também conhecida como Os Sete de Peshawar, os insurgentes conseguem derrubar o regime pró-comunista de Najibullah, em 1992, e instaurar uma coalizão governamental sem, no entanto, chegar a qualquer consenso sobre os rumos do país. Uma nova Constituição chegou a ser aprovada no mesmo ano. A legislação buscou subordinar a soberania do Estado à interpretação literal do Alcorão e silenciar, mais uma vez, a participação feminina na sociedade.

Em 1990, após o fim do regime comunista, a Organização de Mulheres Democráticas do Afeganistão foi dissolvida e substituída pelo Conselho das Mulheres Afegãs (AWC) como uma instituição de cunho mais apolítico, que chegou a reunir cerca de 150.000 membros em escritórios espalhados por quase todas as províncias²⁹. Uma das ações mais importantes da AWC foi a luta pela alfabetização e educação das meninas afegãs. Segundo um levantamento realizado pela entidade, no ano de 1991, cerca de sete mil mulheres cursavam o Ensino Superior e 230.000 meninas frequentavam a escola em todo o país.³⁰

Na tentativa inglória de alguns líderes de ocupar o vácuo de poder deixado pela queda do regime comunista, o período que antecedeu a ascensão do regime Talibã foi marcado disputas sangrentas entre os grupos rebeldes, que provocaram a fragmentação do país, a proliferação do cultivo e tráfico de ópio, o sequestro e estupro de mulheres e a degradação cultural. O fundador do grupo paramilitar Hezb-e-Islami, Gulbuddin Hekmatyar, é a imagem mais fiel desse período caótico. Apelidado de “o carnicheiro de Cabul”, foi Primeiro-ministro do país por duas vezes, entre 1993 e 1997, e ficou conhecido por in-

²⁹ TÉTREAULT, Mary Ann. *Women and Revolution in Africa, Asia, and the New World*. University of South Carolina Press, 1994, p. 228.

³⁰ KAPLAN, Lawrence. *Fundamentalism in Comparative Perspective*. Austin: Kahle, 1992.

Liderado inicialmente pelo ex-comandante *mujahideen* Mullah Muhammad Omar (1950-2013), os talibãs ascenderam ao poder com o apoio do Serviço Secreto do Paquistão (ISI) em troca do asseguramento das rotas comerciais para a Ásia Central¹. O Paquistão, seguido dos Emirados Árabes Unidos e da Arábia Saudita, foi uma das únicas nações que concederam reconhecimento diplomático ao governo do Talibã. Essa concessão talvez se explique pela identificação desses países com a doutrina do wahabismo ou salafismo jihadista, corrente do islamismo sunita ultraconservador nascida na Arábia Saudita no século XVIII que influenciou diretamente a formação do movimento Talibã. Segundo o especialista em teologia e lei islâmica Bernard Haykel, a doutrina do salafismo é popularmente conhecida como “a mãe de todos os movimentos fundamentalistas”² que, em sua grande maioria, restringem de forma contundente a liberdade feminina.

Desde novembro de 1994, quando os talibãs iniciaram o processo de ocupação do território afegão e invadiram a cidade de Kandahar, a segunda mais importante do país, os primeiros decretos impostos pelos invasores eram destinados a restringir drasticamente o direito das mulheres, que foram proibidas de trabalhar, frequentar escolas, sair de casa sozinhas e mostrar o rosto em público.³

³ CREW, Robert; TARZI, Amin. *The Taliban and the Crisis of Afghanistan*. Cambridge: Harvard University Press, 2008.

⁴ APOSTOLO, Lorrán Marcial. *Al Qaeda: De Aliada a Inimiga*. A relação entre o grupo terrorista e os Estados Unidos. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) em Relações Internacionais. Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Católica de Petrópolis, 2016. Disponível em: file:///C:/Users/Cristina/Downloads/Al_Qaeda_DE_ALIADA_A_INIMIGA_A_relacao_d.pdf

⁵ BICK, Barbara. *Walking the Precipice* : Witness to the Rise of the Taliban in Afghanistan. The Feminist Press, 2009.

É uma verdade estabelecida que o Afeganistão é um “país do homem”. A ideia de superioridade masculina tem origem tanto tribal quanto religiosa. As medidas coercitivas empreendidas pelo Talibã, que reduziu as mulheres a “cidadãs de segunda classe”, foram destinadas a reforçar a ordem patriarcal tribal. (Tradução nossa)⁴

Reconhecido como um governo notoriamente misógino, o Talibã promoveu um verdadeiro *apartheid* de gênero, impondo severas restrições à liberdade feminina. As mulheres afegãs foram essencialmente colocadas em prisão domiciliar e muitas vezes forçadas a pintar suas janelas para que ninguém pudesse ver, dentro ou fora.

A partir dos oito anos de idade, as meninas no Afeganistão foram proibidas de estudar ou ter contato direto com homens que não fossem familiares ou maridos. As mulheres não podiam trabalhar e só lhes era permitido sair em público se estivessem acompanhadas de um parente consanguíneo, sendo obrigadas a trajar a burca, uma vestimenta considerada cara para os padrões afegãos. Às mulheres era vedado falar alto em público, pois nenhum estranho devia ouvir sua voz. Também não podiam usar sapatos de salto alto, pois nenhum homem deveria ouvir seus passos, sob o risco de se excitar. Era terminantemente proibido a presença de mulheres no rádio, televisão ou em reuniões públicas de qualquer tipo, sendo vedado fotografar, filmar e exibir fotos de mulheres em jornais, livros, lojas ou em casa. Foram introduzidos serviços de ônibus segregados

⁶ No original: “It is an established truth that Afghanistan is a ‘man’s country’. The basis of this idea of male superiority has both a tribal and religious origin. The coercive measures undertaken by the Taliban, which reduced women to ‘second class citizens’, were to some extent designed to reinforce the tribal patriarchal order. MISRA, Amalendu. *The Taliban, radical Islam and Afghanistan*. Third World Quarterly, vol. 23, n°. 3, 2002, p. 582. Disponível em: <https://library.fes.de/libalt/journals/swetsfulltext/13640302.pdf>. Acesso em: 20 abri. 2022.

para evitar que homens e mulheres viajassem no mesmo veículo. Por fim, as mulheres estavam sujeitas a açoites e execuções públicas se violassem as leis do Talibã.

Embora grande parte das trabalhadoras tenham sido banidas de seus empregos, algumas profissionais da área da saúde foram autorizadas a trabalhar, uma vez que o Talibã exigia que as mulheres fossem tratadas apenas por pessoas do sexo feminino. Como grande parte das funções do magistério era exercida por mulheres, as novas restrições geraram uma enorme falta de docentes, prejudicando o sistema educacional como um todo. Meninas e mulheres se viram forçadas a frequentar escolas clandestinas, e tanto elas como as professoras corriam o risco diário de serem executadas.⁵

Todas essas determinações eram publicizadas por meio da edição de decretos, fixados por toda Cabul, com o objetivo de controlar a maioria dos aspectos da vida em sociedade. Eram impostos desde costumes familiares até as vestimentas e o comprimento da barba dos homens, sob a fiscalização severa do Departamento de Promoção da Virtude e da Prevenção do Vício, cujo alvo principal eram sempre as mulheres.

Após os atentados de 11 de setembro de 2001 em Nova York, o Afeganistão tornou-se um dos principais focos da chamada Guerra ao Terror deflagrada pelos Estados Unidos contra a organização fundamentalista internacional *Al-Qaeda*. Fundada em 1988 pelo saudita Osama Bin Laden, combatente da guerra soviética-afegã, a *Al-Qaeda* mantinha seus campos de treinamento terroristas dentro do território afegão com o apoio do governo Talibã.

⁵ROSTAMI-POVEY, Elahch. *Afghan Women: Identity and Invasion* Paperback. London: Zed Books, 2007.

Pressionados pelo presidente americano George W. Bush, os talibãs se recusaram a entregar Bin Laden, que já era procurado pela ONU desde 1998 por liderar dois ataques a bomba simultâneos às embaixadas dos Estados Unidos no Quênia e na Tanzânia. Foi o sinal necessário para que os americanos invadissem o Afeganistão em outubro de 2001.

Como resultado da invasão, a estrutura operacional da *Al-Qaeda* no Afeganistão foi desmantelada e o governo do Talibã foi deposto, iniciando-se um período de total reestruturação do país. Apesar da derrota dos talibãs, somente em 2011 Bin Laden foi capturado e morto por tropas americanas na cidade de Abbottabad, no Paquistão.

Presença Americana (2001-2021)

A fim de efetivar o processo de transição política no Afeganistão, um novo governo interino foi nomeado em dezembro de 2001, a partir do Acordo de Bonn⁶, mediado pela ONU com grupos anti talibã, sob a tutela da Força Internacional de Apoio à Segurança⁷, uma missão liderada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Para auxiliar na reconstrução do país, em março de 2002 foi instituída a Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA).

⁶ Assinado em Bonn, Alemanha, em dezembro de 2001, foi o primeiro de uma série de acordos sobre o regime de transição política no Afeganistão até o restabelecimento de instituições permanentes do governo após a queda do Talibã.

⁷ Estabelecida pela Resolução nº 1386/2001 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Texto integral disponível em: [https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1386\(2001\)](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1386(2001)). Acesso em: 13 mai. 2022.

Em 2004 o país aprovou uma nova Constituição⁸, baseada na Carta de 1964 e obrigatoriamente vinculada aos tratados e convenções internacionais, bem como à Declaração Universal dos Direitos Humanos, dando início ao período conhecido como República Islâmica do Afeganistão (2004-2021). A Carta foi aprovada após a convocação de uma *Loya Jirga* composta por 502 participantes, eleitos por representantes comunitários, dos quais cerca de 20% eram mulheres.⁹

O artigo 22 da Constituição preconiza que “qualquer tipo de discriminação e distinção entre cidadãos do Afeganistão será proibida” e que os “cidadãos do Afeganistão, homens e mulheres, têm direitos iguais direitos e deveres perante a lei”¹⁰. O texto manteve o Parlamento Bicameral, consistindo de uma Câmara Baixa eleita, com um assento de cada província reservado para mulheres; e uma Câmara Alta, com um terço das vagas divididas igualmente entre homens e mulheres nomeados pelo Presidente.¹¹

Em outubro do mesmo ano, cerca de 8 milhões de cidadãos afegãos compareceram para votar na primeira eleição democrática da turbulenta história do país. A participação massiva da população representou um marco inédito para o povo afegão e uma vitória significativa dos Estados Unidos na campanha contra o terrorismo internacional. O cientista político Hamid Karzai, que liderava o governo de transição, derrotou 22 adversários e tornou-se o primeiro presidente afegão eleito pela via democrática.

¹⁰Conferir a íntegra do texto constitucional em: https://www.constituteproject.org/constitution/Afghanistan_2004.pdf?lang=en. Acesso em: 14 mai. 2022.

¹¹EHLER, Rose; ESPINOSA; Elizabeth, FARRINGTON et All. Op. cit, p. 23.

¹²Ibid, p. 31.

¹³ ARJOMAND, Said Amir. Op. cit., p. 956.

O governo de Karzai contou com ampla ajuda internacional e o apoio do ex-rei do país, Maomé Zair Xá, deposto em 1973. Após os primeiros anos de mandato e os ataques recorrentes dos insurgentes talibãs, que continuaram a orquestrar ações terroristas, Kazai insistiu na estratégia de reincorporar os talibãs à vida política, recebendo fortes críticas do governo americano.

A despeito das tensões internas, a ocupação americana impulsionou a economia do país e provocou melhorias significativas na esfera educacional e de saúde, que beneficiaram especialmente as mulheres. O novo governo ratificou, sem reservas, a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher da ONU (CEDAW), que exige que os países incorporem a igualdade de gênero em sua legislação interna. As mulheres puderam voltar a estudar, trabalhar, ocupar cargos públicos e a sair de casa sozinhas, sem a exigência da burca.

Em 2009, o governo sancionou a Lei sobre o Fim da Violência contra as Mulheres (EVAW), criminalizando 22 atos, como o estupro, casamento forçado, agressão, impedimento de mulheres de trabalhar ou adquirir propriedade e proibição da educação feminina¹². Apesar de enfrentar resistência dos setores conservadores do Judiciário e do Parlamento afegãos, a EVAW foi ratificada em 2018 e tornou-se o principal eixo de defesa dos direitos das mulheres afegãs.

A implantação da EVAW também propiciou o aumento das denúncias e investigações de crimes violentos contra mulheres e meninas e, na medida do possível, as condenações dos responsáveis.

¹⁴ Texto da lei disponível em: <https://www.refworld.org/pdfid/5486d1a34.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2022.

Para fazer cumprir a EVAW, o governo afegão estabeleceu promotorias e tribunais especiais compostos por juízas capacitadas – como é o caso de algumas das magistradas acolhidas no Brasil –, além das unidades policiais especializadas, chamadas “Unidades de Resposta Familiar”.¹³

Em junho de 2015, as autoridades também promulgaram um Plano de Ação Nacional para implementar a histórica Resolução n° 1325¹⁴ do Conselho de Segurança sobre Mulheres, Paz e Segurança da ONU, criado em 2000 para incentivar a participação das mulheres nas mediações para a construção da paz, a proteção das violações dos direitos humanos e a promoção do acesso à justiça.

Na prática, entretanto, tais medidas beneficiaram apenas uma pequena parcela da população feminina urbana. A situação de grande parte das mulheres residentes na área rural pouco se alterou, de acordo com a deputada afegã Malalai Joya¹⁵, crítica direta da intervenção americana no país. Malalai é considerada uma das mulheres mais corajosas do Afeganistão¹⁶ por arriscar sua vida dando aulas para meninas nas escolas clandestinas de Cabul, durante quase todo

¹³ *I Though Our Life Might Get Better: Implementing Afghanistan's Elimination of Violence against Women Law*. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2021/08/05/i-thought-our-life-might-get-better/implementing-afghanistans-elimination>. Acesso em: 06 ag. 2022.

¹⁴ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução n° 1325/2000. Disponível em: [https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1325\(2000\)&Lang=S](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1325(2000)&Lang=S). Acesso em: 06 Ago. 2022.

¹⁵ Joya se tornou uma das mais jovens integrantes do parlamento afegão em 2005 sendo expulsa dois anos depois por denunciar mortes e violações de direitos humanos.

¹⁶ *The Bravest Woman in Afghanistan: Malalai Joya Speaks Out Against the Warlord-Controlled Afghan Government & U.S. Military Presence*. Disponível em: https://www.democracynow.org/2007/6/19/the_bravest_woman_in_afghanistan_malalai. Acesso em: 07 Ago. 2022.

o período do primeiro governo do Talibã.

Em 2014, o presidente Hamid Karzai foi sucedido por seu ex-ministro das Finanças, Ashraf Ghani, que governou o Afeganistão até o retorno do Talibã, em agosto de 2021, quando fugiu para o exílio nos Emirados Árabes Unidos.

Participação feminina na Justiça

Forjado a partir de uma cultura milenar e multiétnica, o sistema jurídico afegão tem como alicerce dois pilares fundamentais: o direito tribal consuetudinário e a lei islâmica. Após a ocupação americana, houve uma tentativa de reconstruir o sistema legal de acordo com os princípios do Estado de Direito.

O novo sistema legal adotou uma ordem constitucional definida por códigos civis e tribunais formais que possibilitou oportunidades de emancipação feminina por meio do direito à educação, ao trabalho e ao voto, entre outras garantias individuais. Foram essas garantias e avanços legais que permitiram que centenas dessas mulheres se tornassem juízas, atuando de forma competente e combativa nos diversos tribunais do país.

O Poder Judiciário é um órgão independente do Estado, composto pelo Supremo Tribunal, Tribunais de Apelação e Tribunais Primários, conforme preconiza o artigo 116 da Constituição da República Islâmica do Afeganistão de 2004. O mais alto foro judicial é a Suprema Corte, composta por nove membros nomeados pelo presidente afegão e endossados pela Câmara do Povo (art. 117).

Existe um Tribunal de Recurso em cada província do país, que inclui a Divisão Criminal Geral, a Divisão de Segurança Pública, a Divisão de Assuntos Cíveis e Pessoais, a Divisão de Direitos Públicos e a Divisão Comercial.

A grande maioria das magistradas trabalha em determinados tribunais especializados, como tribunais de menores e tribunais de família, além dos tribunais comerciais primários e divisões antidrogas. Mesmo com todos os avanços, o número de mulheres em altos cargos nos tribunais é muito pequeno.¹⁷

Em maio de 2003, foi realizada em Cabul a I Conferência Nacional sobre Direitos, Lei e Justiça das Mulheres no Afeganistão¹⁸, com o intuito de adotar uma agenda de promoção dos direitos humanos das mulheres por meio de interpretações progressivas da lei islâmica.

Ainda em 2003, com o apoio do Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM), foi criada primeira entidade de classe de magistradas do País, a *Afghan Women Judges Association* (AWJA), com o objetivo de assegurar a participação ativa de juízas e advogadas no sistema judicial, bem como promover aconselhamento jurídico de qualidade e confiável para mulheres vulneráveis em todo o país. A primeira iniciativa da AWJA foi a criação do Programa de Capacitação Jurídica de Juízas e Advogadas,

¹⁹ *Women Judges in Afghanistan: An Interview with Anisa Rasooli*. Disponível em: <https://www.cmi.no/publications/7268-women-judges-in-afghanistan-an-interview-with-anisa-rasooli>. Acesso em: 05 mai. 2022.

²⁰ INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS LAW GROUP. *National Conference on Women's Rights, Law and Justice in Afghanistan*. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/afghanistan/national-conference-womens-rights-law-and-justice-afghanistan>. Acesso em: 06 Ago. 2022.

que preparou cerca de 100 profissionais em diferentes legislações do país e dispõe de voluntárias que ofertam aconselhamento gratuito para mulheres vulneráveis.¹⁹

Em colaboração com a *United States Agency for International Development* (USAID), em 2014 a AWJA abriu seu escritório na Suprema Corte Afegã e o número de juízas subiu para aproximadamente 250 em todo o país. A partir de 2016, com o apoio da *Assistance for the Development of Afghan Legal Access and Transparency* (ADALAT), a AWJA participou de comitês de revisão de leis, desenvolveu manuais de procedimentos e liderou programas de estágio judiciário para mulheres graduadas em Direito²⁰. Em 2018, a AWJA foi registrada como Organização Independente no Ministério da Justiça.

Com o apoio de bolsas concedidas pela ADALAT, a AWJA também ministrou treinamentos para juizes e outros profissionais do direito sobre os temas de Direito de Família, Resolução de Disputas de Terra e Lei de Eliminação da Violência Contra a Mulher (EVAW), em sete províncias: Cabul, Bamyan, Herat, Balkh, Kandahar, Badakhshan e Nangarhar.²¹

Em 2018, **Anisa Rasooli** se tornou a primeira juíza a tomar assento na Suprema Corte do país, cumprindo uma promessa eleitoral do presidente Ashraf Ghani. Sua nomeação, no entanto, foi precedida por protestos de grupos conservadores, que já haviam conseguido impedi-la de assumir o cargo, três anos antes.²²

²¹ *First female judges association*. Disponível em: <https://www.thenewhumanitarian.org/fr/node/188417>. Acesso em: 23 mai. 2022.

²² Cf. Relatório da ADALAT (2020-2021) disponível em: https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PA00Z2QPR.pdf. Acesso em: 02 Ago. 2022.

²³ Ibid.

²⁴ *Ghani once again nominates Anisa Rasooli for Supreme Court membership*. Disponível em: <https://www.khaama.com/ghani-once-again-nominates-anisa-rasooli-for->

Dados de 2021 apontam que das cerca de 270 juízas no Afeganistão, mais de 100 eram membros da *Afghan Women Judges Association* (AWJA), afiliada à IAWJ. Do total de juízas, mais de 90% trabalhavam na capital Cabul em situação de crescente insegurança nos últimos cinco anos. Vale lembrar que, no dia 17 de janeiro de 2021, as juízas da Suprema Corte do Afeganistão Zakia Herawi e Qadria Yasini foram brutalmente assassinadas quando seguiam para o trabalho. O crime provocou forte reação da comunidade jurídica internacional, que lançou uma nota de repúdio por meio da IAWJ.²³

Em maio do mesmo ano, o mesmo ódio à emancipação das mulheres motivou o ataque à escola secundária feminina Sayed Ul-Shuhada, vitimando fatalmente cerca de 90 pessoas e ferindo dezenas de outras, a grande maioria meninas entre 12 e 16 anos.²⁴

Era um prenúncio claro e violento do período de extremo retrocesso que se avizinhava.

-supreme-court-membership-05662/. 27 jul. 2022.

²³ Disponível em: <https://www.iawj2021auckland.com/assets/Spanish-State-ment-on-the-Killings-of-Women-Judges-in-Afghanistan.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

²⁶ Bombing Outside Afghan School Kills at Least 90, with Girls as Targets. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/05/08/world/asia/bombing-school-afghanistan.html>. Acesso em: 15 ago. 2022.